

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

VERIDIANNA OLIVEIRA DE QUEIROZ

**O SENTIDO DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO QUE NÃO PERMITEM AO
TRABALHADOR INTERVIR NA REALIDADE**

CAMPO GRANDE

2019

VERIDIANNA OLIVEIRA DE QUEIROZ

**O SENTIDO DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO QUE NÃO PERMITEM AO
TRABALHADOR INTERVIR NA REALIDADE**

**Relatório de dissertação apresentado
para defesa ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, como
requisito para a obtenção do título de
Mestre, pelo Curso de Mestrado em
Psicologia da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Inara Barbosa
Leão**

CAMPO GRANDE

2019

VERIDIANNA OLIVEIRA DE QUEIROZ

O SENTIDO DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO QUE NÃO PERMITEM AO
TRABALHADOR INTERVIR NA REALIDADE

Relatório de dissertação apresentado para
defesa ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre, pelo Curso
de Mestrado em Psicologia da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Inara Barbosa
Leão

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^a Dr. ^a Inara Barbosa Leão (UFMS/Orientadora)

Prof. ^a Dr. ^a Livia Gomes dos Santos (UFG)

Prof. ^a Dr. ^a Branca Maria de Meneses (UFMS)

Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório (UFMS)

AGRADECIMENTOS

Pensar em tudo que foi transformado e construído mediado nas relações que se constituíram na realização desta pesquisa me faz pensar que – “o fruto do mestrado não é somente a dissertação, é muito além da produção de pesquisa e conhecimento”. As relações de amizade, carinho, troca, apoio, suporte foram fundamentais neste processo de produção acadêmica, e eu tenho muito a agradecer a todos que estiveram e estão neste lugar em minha vida, vocês tornaram a realização desta pesquisa possível.

Agradeço a minha família, pelo apoio e compreensão frente a minha ausência em tantos momentos que foram importantes e que estive dedicada a outros afazeres.

Agradeço aos amigos e amigas que, estiveram apoiando, ouvindo e acreditando na realização deste sonho tanto quanto eu, obrigada.

Às *Muselines* que compuseram a turma de mestrado, as quais pudemos consolidar bem mais que parceria, eu agradeço. Vocês que tantas vezes seguraram as minhas mãos em momentos de dificuldade, questionamentos profundos, desespero e angústia. Mas que também comemoraram cada pequena grande vitória, e conquista. Aprovações alcançadas, conceitos compreendidos, definições de objetivos, e capítulo escrito – estar com vocês foi muito importante!

Às professoras que estiveram nesta trajetória, sobretudo às que compõe esta banca de avaliação - registro minha admiração e respeito, vocês são gigantes e representam luta e sabedoria pra mim. Estiveram mediando conhecimento, dando suporte, e com muita paciência conduzindo não só a construção e amadurecimento desta pesquisa acadêmica, mas também o conhecimento acerca da psicologia e da minha compreensão de mundo, agradeço.

RESUMO

O presente trabalho visa compreender como a atuação do psicólogo, nas ações de implementação da política pública de Assistência Social, promovem alterações na sua consciência, sobretudo, no sentido individual das teorias e técnicas psicológicas como instrumentos de trabalho que devem possibilitar o desenvolvimento das suas atividades. Para isso nos apoiamos na teoria psicológica Sócio-Histórica, que nos permite analisar criticamente as relações entre os sujeitos e a sociedade, devida a sua orientação pelos pressupostos filosóficos e metodológicos do materialismo histórico e dialético. Esta mesma filosofia nos orienta na discussão epistemológica sobre o método de conhecimento que adotamos nesta pesquisa. Guardando a coerência exigida pela metodologia entre a teoria e o objeto de estudo, adotamos como recurso técnico para coleta de dados a entrevista. Buscamos o sujeito como um participante que pudesse ser considerado como sujeito representativo dos psicólogos trabalhadores nos CRAS. A análise do discurso elaborado pelo entrevistado foi realizada pela técnica denominada Análise Gráfica do Discurso, que possibilitou detectar os núcleos do pensamento que viabilizaram a elaboração do discurso. Na presente pesquisa utilizamos a versão simplificada proposta por Leão (1999), que consiste em uma variação da técnica desenvolvida por Lane (1989). Os resultados da análise gráfica geraram um enunciado que, ao ser interpretado, nos possibilita apreender os processos psíquicos gerados na consciência do sujeito ao ser afetado pela pergunta mobilizadora. Os capítulos correspondem as interpretações teóricas dos pensamentos e emoções presentes na consciência do psicólogo, bem como as mudanças ocorridas em decorrência da sua atividade, apreendidos nos enunciados, ou seja, uma explicitação da consciência do psicólogo entrevistado dada pela interpretação dos dados da análise do discurso. As considerações à guisa de conclusão indicam que as alterações que ocorreram em sua consciência, são expressas nas alterações dos sentidos atribuídos aos instrumentos psicológicos, devido a constatação da insuficiência deles para a sua atuação.

Palavras-chave: Atuação. Psicólogo. Assistência Social. Consciência.

ABSTRACT

The present work aimed to understand how the psychologist's actions in the implementation of the public policy of Social Assistance promote changes in his conscience, especially in the individual sense of psychological theories and techniques as work tools that should enable him to develop his activities. In order to do so, we rely on the Socio-Historical psychological theory, which allowed us a critical analysis of the relations between subjects and society, due to their orientation by the philosophical and methodological assumptions of historical and dialectical materialism. This same philosophy guided us in the epistemological discussion about the method of knowledge that we adopted in this research. Keeping the coherence required by the methodology between the theory and the object of study, we adopted as a technical resource for data collection the interview. We sought as a source a participant who could be considered a Representative Subject of the working psychologists in CRAS. The analysis of the discourse elaborated by the interviewee was carried out by means of the technique called Graphic Analysis of the Discourse, which made it possible to detect the nuclei of the thought that enabled the elaboration of the discourse. In the present research, we use the simplified version proposed by Leão (1999), which consists of a variation of the technique developed by Lane (1989). The results of the graphic analysis generate a statement that, when interpreted, allows us to apprehend the psychic processes generated in the subject's consciousness when being affected by the mobilizing question. The chapters are the theoretical interpretations of the thoughts and emotions present in the psychologist's consciousness, as well as the changes that occur because of their activity, apprehended in the statements, that is, an explanation of the conscience of the interviewed psychologist given by the interpretation of the data of the discourse analysis. The initial considerations to conclude indicate that the changes that occurred in their consciousness are expressed in the alterations of the senses attributed to the psychological instruments, due to the finding of their insufficiency for their efficient performance.

Key words: Acting. Psychologist. Social assistance. Consciousness.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A MEDIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAPITALISMO: AS AÇÕES DE CONTENÇÃO OU MINIMIZAÇÃO DA POBREZA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL	21
2.1 O CONTROLE OU A PROMOÇÃO DOS POBRES NO BRASIL: AS FUNÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	28
2.2. O CONTROLE OU A PROMOÇÃO DOS POBRES NO BRASIL: AS FUNÇÕES DA PSICOLOGIA	33
3. EU ISSO SOU	43
4. ENTÃO, VOCÊ, A GENTE (por) UM TRABALHO VAI (para) CRAS.	56
4.1 PSICÓLOGO PENSA (QUE) TEM DESSA ATIVIDADE ENTENDER MUITO / (NA) REALIDADE, (O) CONHECIMENTO (SE) CONSEGUIE (NA) PRÁTICA, (NO) FAZER, (NA) ATUAÇÃO	66
4.2 ACHO POUCO NOSSO OLHAR (da) PSICOLOGIA.	72
5. HOJE (para) ALGUNS (que) TRABALHAM AQUI/, FICAM MESMO ESPAÇOS (de) PODER.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXOS	96
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE.....	97
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	98
ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	101
ANEXO D – DISCURSO INTEGRAL NORMALIZADO E COM OS NÚCLEOS MARCADOS	102
ANEXO E - PALAVRAS/NÚCLEOS E SUAS INCIDÊNCIAS NO DISCURSO	107
ANEXO F –ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO	112

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é o elemento mediador entre o sujeito e a realidade, pois o homem - por meio do trabalho - organiza e transforma a realidade social, tornando-a resultado da prática histórica efetiva dos indivíduos em sociedade. Karl Marx

O presente estudo tem o objetivo principal compreender as modificações da consciência de um psicólogo, devido ao seu trabalho, realizado na execução da Política de Assistência Social, mais especificamente em um Centro de Referência de Assistência Social. Ou seja, buscamos compreender se, e como se dá a modificação de sua consciência devido a mediação das técnicas e teorias psicológicas no trabalho do psicólogo e nas ações de implementação da política pública de Assistência Social ao promoverem alterações em sua consciência.

Durante a graduação em Psicologia e, principalmente, no contato com a teoria psicológica sócio histórica, que desde então norteou a produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, somado a efervescência de diversos questionamentos construídos ao longo da formação acadêmica e, também, cimentados nos estágios extracurriculares, me propus a desenvolver esta presente pesquisa.

Dos estágios e espaços que houveram o desenvolvimento de trabalho durante a graduação, certamente um dos mais importantes foi o período em que estive lotada no Conselho Regional de Psicologia – 14ª região. Foram dois anos de intensa descoberta acerca das normativas e regulamentações que organizam e orientam as práticas em Psicologia, enquanto profissão, bem como das relações sociais e políticas que envolvem seu desenvolvimento. Pude acompanhar com proximidade os debates políticos, articulações, idealizações e desenvolvimento de congressos, assim como reuniões que buscavam delinear e orientar as ações dos profissionais em psicologia, a nível regional, articulado ao Conselho Federal de Psicologia.

O Conselho Regional de Psicologia funciona como órgão orientador, mas também fiscalizador dos profissionais em suas práticas, e infelizmente, os casos de falta ética são recorrentes. Estive mais próxima a diversas contradições, que me impulsionavam a questionar: em que medida usamos e intencionamos ajudar como

psicólogas(os), quando de fato acabamos por reproduzir lógicas de controle e opressão?

É certo que o arcabouço teórico-prático da psicologia instrumentaliza para ações nas relações sociais que devem ser utilizadas com responsabilidade e ética, caso contrário se tornam instrumentos de controle e poder. E, durante as vivências das atividades durante o estágio extracurricular tive contato com diversos casos de profissionais que haviam faltado com a responsabilidade ética, e haviam sido denunciados ao Conselho. Na aproximação com tais casos, passei a questionar a necessidade urgente de repensar criticamente o fazer do profissional de psicologia em seus campos de atuação.

A escolha pelo questionamento e autocritica passaram a ser frequentes, na direção de apreender quais os limites e possibilidades da atuação do profissional de psicologia.

Para tanto, elegemos a teoria psicológica Sócio Histórica como norteadora de nossas análises para a presente pesquisa. Essa teoria, tem como pressupostos filosóficos e metodológicos o materialismo histórico e dialético elaborado por Marx (2011), para a análise da sociedade capitalista, seu modo de produção e a sua superação na sociedade. Para a psicologia a contribuição maior desse referencial filosófico é a indicação de que as respostas para os problemas devem ser buscadas na realidade, na materialidade concreta, ao considerar a totalidade e dinamicidade histórica da vida. Por isso, ao procurarmos compreender o sujeito real e concreto, temos que iniciar com a investigação do empírico, e, ao realizar análises sucessivas buscarmos o desvelamento das inter-relações e contradições dialéticas que o envolvem. Assim, objetivamos alcançar a compreensão de suas múltiplas determinações, indo além do modo aparente como se apresenta; almejando chegar à essência do fenômeno.

Sustentados nesses mesmos princípios filosóficos e metodológicos, a Psicologia Sócio Histórica foi elaborada junto ao processo de consolidação da União Soviética, no início do século XX, após a I Guerra Mundial e a Revolução de 1917. Naquele momento, a União Soviética estava devastada materialmente e ainda precisava garantir o desenvolvimento do projeto social e econômico socialista. Entretanto, todo esse projeto dependia da constituição de uma nova consciência para os sujeitos e a ciência foi tomada como instrumento para tal.

Seu desafio maior, tal como o que nos acomete ainda hoje no Brasil, é que apesar de o país ter grande parte da população desolada pela fome e haver falta de trabalho remunerado, era preciso pensar possibilidades de agir e desenvolver subjetividades capazes construir o novo, a partir daquelas condições.

Nessas condições, a ciência psicológica passou a ser vista dentre as ciências como importante ferramenta para a transformação psicossocial.

A União Soviética, que naquele momento realizava a Revolução socialista, buscava conhecimentos científicos para a promoção de um novo homem, cuja consciência fosse predominantemente voltada para a vida social e cuja nova forma de pensar tivesse as necessidades sociais como seus motivos. A existência desse homem dependia de uma situação social igualitária e, conseqüentemente, de um psiquismo composto por funções e sistemas psicológicos diferentes daqueles moldados pelo feudalismo ou pelo capitalismo.

Assim, caberia à ciência psicológica o entendimento do homem, com o objetivo de o compreender, e também de pensar a transformação da sociedade (LORDELO; TENÓRIO, 2010; TULESKI, 2008). Complementa Sirgado,

Embora este clima fosse propício para o “uso do Marxismo” como meio para conservar ou conquistar posições na *intelligenza* da nova sociedade (academia e associações científicas), é inegável que muitos intelectuais encontravam nos princípios do materialismo dialético e nos princípios do materialismo histórico as bases de uma Psicologia que permitisse superar os impasses e paradoxos com que se debatia a Psicologia da época. Esta parece ter sido a posição do grupo que deu origem à corrente sócio-histórica e dos seus continuadores, depois. É difícil, todavia, estabelecer toda a extensão da influência das ideias marxistas em cada um desses autores. Aparentemente, alguns são mais restritos que outros na utilização dessas ideias. (...) Em relação à corrente sócio-histórica, mais do que falar em “Psicologia marxista” é mais correto falar numa Psicologia com fundamentos marxistas. (1990, p.63)

Os princípios indicados foram os adotados por Lev Semyonovich Vigotsky¹, psicólogo bielo-russo, em sua construção da Teoria Psicológica Sócio histórica. Nesta teoria propôs uma nova concepção do psiquismo humano, atendendo assim às necessidades do seu período histórico e a um contexto social e científico específico.

¹ Ao passar pelo processo de tradução e transliteração do russo para o português, o nome de Vigotski, é grafado de diferentes formas, dependendo da obra. Portanto, nessa pesquisa vamos manter a forma adotada pela obra que viermos a citar e a usaremos em nossa própria escrita como exposto aqui.

Ao trabalhar com os fundamentos marxistas para construir uma nova psicologia, Vigotski (2004) entendeu que os homens seriam diferentes se considerassem as relações sociais. E que essas relações entre os sujeitos é a origem das Funções Psicológicas Superiores e, ao defender a origem social da constituição do psiquismo humano, propôs a consciência como objeto principal de estudo da psicologia e explicou a constituição do humano como consequência da relação dialética entre ele e o meio social, mediado pela cultura.

A Teoria Psicológica de Vigotski (2004) se torna, então, uma referência para a discussão das questões humanas no interior das sociedades, porque foge do determinismo inatista ou social ao considerar que o meio em que os seres humanos vivem, o qual denominamos de sociedade, é artificial e construído por eles próprios. Explica que, sendo assim, há a possibilidade de mudanças das sociedades e dos sujeitos, ambas promovidas pelos sujeitos. Isso porque a fragilidade da espécie exige para sobreviver a constante adaptação do meio aos homens. Se está ruim, é possível mudar.

Por isso, cabe à sociedade proporcionar aos indivíduos que compõe a sociedade os instrumentos mediadores para a apropriação dos elementos culturais acumulados historicamente. Para nós, nesta pesquisa importa que essa relação seja ativa, e permita ao sujeito transformar o meio para atender às suas necessidades, assim, ele também muda e constitui as características psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2004).

A ciência psicológica proposta por Vigotski para intervenção na sociedade soviética, ao reconhecer a crise existente na ciência psicológica apontou grandes limites devidos a variedade de seus objetos de estudo e métodos de conhecimento até então consolidados. Essa condição foi evidenciada naquele momento pela diversidade e antagonismos das vias de investigação da constituição do homem como sujeito e dos pressupostos epistemológicos e metodológicos de investigação, tais como: a corrente científico-natural materialista, com considerações inatistas acerca do desenvolvimento humano e outras correntes de estudos com bases idealistas que se encaixavam em outro polo da controvérsia. Como afirmam Lordelo e Tenório:

[...] se uma tendência recorria a um pólo científico-naturalista e rejeitava a ideia de um fenômeno psíquico irredutível ao físico em termos de propriedades e substâncias, a outra posicionava-se no outro oposto do polo:

afirmava a existência de um fenômeno psíquico formado por uma substância própria e isto dificultava sua sujeição a métodos de apreensão e análise rigorosamente científicos. Em palavras mais simples, o dilema era a existência de uma psicologia que, aceitando o fenômeno psíquico, deixava de ser ciência. É nesta espécie de encruzilhada que se encontrava o fenômeno psicológico. (LORDELO; TENÓRIO, 2010, p.80)

Vigotski (2004) se dedicou a discussão dessa problemática em seu texto “O significado histórico da crise da psicologia” – uma investigação metodológica, onde a discute em termos metodológicos e filosóficos os limites das diversas abordagens da ciência psicológica, propondo a construção de uma nova ciência psicológica embasada nos pressupostos do materialismo histórico dialético. Nas palavras do autor:

É através da análise da realidade científica e não por meio de raciocínios abstratos que pretendemos obter uma idéia clara da essência da psicologia individual e social – como aspectos de uma mesma ciência – e do destino histórico de ambas. E do mesmo modo que o político extrai suas regras de atuação da análise dos acontecimentos, extrairemos dessa análise nossas regras para organizar a investigação metodológica, que se baseia no estudo histórico das formas concretas que a ciência foi adotando e na análise teórica dessas formas para chegar a princípios generalizadores, comprovados e válidos. Em nossa opinião, é aí que deve estar o germe dessa psicologia geral. (VIGOTSKI, 2004, p.210)

Assim, Vigotski (2004) esclarece que, o ser humano quando nasce não traz interiorizado em si mesmo as ações: como pensar, como manifestar emoções, como trabalhar, como escrever uma poesia etc. Portanto, não tem controle nem capacidade para agir de modo organizado na realidade para suprir às suas necessidades. O que ocorrerá quando puder usar os instrumentos culturais e constituirá as Funções Psicológicas Superiores, que permitem a possibilidade de controle sobre si e os outros. O posterior progresso acontecerá pela ampliação da apropriação desses instrumentos físicos e psicológicos, durante as relações com os outros, organizadas pelo meio social conforme o período histórico em que vive; possibilitando assim que garanta a sua vida pela sua atividade de transformação do mundo.

Dentre as Funções Psicológicas Superiores, que ao serem constituídas passam a influenciar nas atividades dos sujeitos, por orientar as suas emoções e pensamentos. Vigotski (1995) pesquisou, também, a personalidade, como via para

entender o processo de constituição desse elemento recorreu à investigação do seu desenvolvimento desde a infância. Ao explicar sobre esta técnica longitudinal de pesquisa, Vigotski (1995) demonstrou que a análise científica do desenvolvimento, em sua totalidade, depende de se localizar os marcos históricos na trajetória da vida. Aqueles fatos que exigem mudanças qualitativas no sujeito, do nascimento à fase adulta.

Ou seja, para a Psicologia orientada pela dialética marxista, o dado que é determinante no desenvolvimento dos sujeitos são as exigências de cada sociedade, sobre o que é necessário e adequado para ser dominado em cada faixa etária, nos diferentes marcos históricos. São essas decisões sociais que são implementadas pelas instituições e promovem as transformações nos indivíduos, para suprirem as necessidades sociais e individuais.

Estabelece-se, assim, o papel decisivo para o psiquismo humano na capacidade de agir dos sujeitos. Daí, Vigotski (2004) amplia a concepção de desenvolvimento humano ao mostrar que, seus momentos mais importantes são os que mudam os processos relacionais, mediados pela cultura. Esses servirão de base para o posterior reordenamento das suas ações sociais, que avançam devido as mediações culturais dos signos. Estes por serem instrumentos psicossociais, possibilitam a aquisição das funções psicológicas superiores, sendo sua origem social, como a linguagem (desde o balbuciar) e a utilização dos instrumentos físicos (possibilitam alcançar e utilizar objetos para satisfação de suas necessidades). Com isso, a sociedade supre as condições fundamentais para a ampliação da ação dos órgãos determinantes na re-evolução biopsicossocial.

Dentre as contribuições teóricas à psicologia, Vigotski (2004) propõe um novo entendimento do homem a partir do marxismo, instituindo na psicologia a concepção dialética de um sujeito histórico, ativo, de ação concreta e transformadora, e, que será mediado e constituído nas relações sociais. Conforme pontua Tuleski:

Para Vigotski, a natureza determina que o homem tenha necessidades, e a história, por sua vez, determina quais serão estas necessidades. Decorre, portanto, que o conhecimento científico é o conhecimento da natureza, mas são as relações sociais engendradas pelos homens em um determinado período que determinam a forma de relação do homem com a natureza. Consequentemente, a organização real dos homens determinará, em última instância, quais idéias, terão predominância e de que forma predominarão. (TULESKI, 2008, p.87)

Para Vigotski (1927/2004), as divergentes correntes psicológicas expressavam também as diferentes visões de homem, oriundas das lutas de classes marcadas na sociedade capitalista, são concepções dicotômicas que não explicam de fato o psiquismo humano e seus processos constituintes (TULESKI, 2008). Tais abordagens teóricas tomam como objeto de estudo o ser humano, porém a partir de partes específicas, reduzido ora com ênfase fisiológica objetiva no comportamento, ora filosófico idealista no psiquismo, desconsiderando a relação entre estes elementos na constituição de uma unidade, por isso há um problema no entendimento da constituição da consciência do indivíduo e sua relação com a sociedade. Tais contradições são expressão da sociedade capitalista dividida em classes. Assim Vigotski (2004) explica historicamente as diferentes abordagens teóricas psicológicas desenvolvidas.

A concepção teórica psicológica de Vigotski (2004) está inter-relacionada a proposição de novo um modelo político econômico de produção de vida na sociedade. O autor almejou a criação de uma psicologia geral, com uma base e princípios explicativos nas relações, nos elementos de ligação dos fenômenos, e não em suas partes isoladas. Essa proposta não seria um acordo entre as diversas e divergentes teorias psicológicas, seria uma ruptura e superação para o entendimento do novo homem.

A consciência para Vigotski não é um pressuposto, ela não está na origem da história humana (como querem os idealistas) nem à sua margem (como querem os naturalistas) tampouco na superfície de forças biológicas profundas (como propagam os adeptos das psicologias profundas), mas se constitui como função e desdobramento da própria história social. (DELARI JR., 2013, p.114)

Dessa maneira, embasados pela teoria psicológica sócio histórica, entendemos a consciência como um todo, tendo em vista que, o movimento da materialidade é anterior ao das ideias, assim, o homem se constitui nas relações sociais, que por sua vez, são determinadas pelo modo de produção e reprodução de sua própria vida.

E, ao tomarmos a psicologia como uma ciência cuja orientação na atuação profissional pode alterar as relações sociais, reafirmamos ser a Psicologia Sócio Histórica que pode nos respaldar. Nos oferece a explicação sobre como o homem, um

ser naturalmente ativo, se desenvolve ao adaptar o meio a si mesmo, agindo e transformando-o de acordo com as suas necessidades históricas.

Vigotski (2004) considera que, enquanto o homem age transformando o seu meio social, para suprir suas necessidades, modifica também a si mesmo. Desse modo, a realização de suas atividades é ontologicamente ligada ao processo de sua constituição humana. Na medida em que transforma a sociedade, concretiza-se objetivamente, e assim é determinado historicamente pelas condições do tempo e espaço no mundo.

Da mesma maneira, as palavras também organizam o pensamento lógico verbal, ou seja, pensamento e palavra estão imbricados. Assim, a partir dos significados socialmente determinados e dos sentidos subjetivamente atribuídos à palavra, que o pensamento se organiza e estrutura.

O pensamento verbal se nos apresentou como um todo complexo e dinâmico, no qual a relação entre pensamento e palavras se revelou como um movimento que passa por uma série de planos internos, como uma transição de um plano a outro. No drama vivo do pensamento verbal, o movimento faz um caminho inverso: do motivo, que gera algum pensamento, para a informação do próprio pensamento, para a sua mediação na palavra interior, depois nos significados externos das palavras e, por último, nas palavras. (VIGOTSKI, 2001, p. 481)

Portanto, a palavra carrega elementos individuais e sociais, assim é possível compreender como uma pessoa organiza seu pensamento a partir da análise de seu discurso.

De acordo com Sirgado:

A importância desta análise é que ela mostra as relações estreitas que ligam o pensamento humano à linguagem, uma vez que os significados das palavras, socialmente constituídos, cumprem uma dupla função: de representação e de generalização, o que permite a reconstrução do real ao nível simbólico, condição da criação de um universo cultural, e a construção de sistemas lógicos de pensamento que tornam possível a elaboração de sistemas explicativos da realidade. Por outro lado, esta dupla função permite a comunicação da experiência, individual e coletiva. A introdução da mediação semiótica no modelo psicológico permite superar antigos dualismos e explicar certos paradoxos que marcaram a história da psicologia (corpo/mente, natureza/cultura, indivíduo/sociedade, espaço privado/espaço público etc.) Por outro lado, a mediação semiótica torna compreensível a origem e a natureza social da vida psíquica, o caráter produtivo da atividade humana e o processo da produção social do conhecimento e da consciência. (SIRGADO, 1990, p.66)

Baseados nesses conhecimentos, objetivamos identificar quais mediações possibilitam a atuação do profissional de psicologia no CRAS, para chegarmos à verificar como o trabalho que realiza, promove alterações nos significados e sentidos dos instrumentos que medeiam a constituição de sua consciência. Uma vez que “pensamento e linguagem são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana” (VIGOTSKI, 2001, p.485).

Para a coleta, análise e interpretação dos dados nos embasamos em alguns pressupostos particulares, conforme aponta Leão:

[...] a Psicologia Social que desenvolvemos adota os seguintes pressupostos: existem processos sociais que determinam as características psicológicas humanas e, em contraposição, existem processos psicológicos (processos mentais de sentir, recordar, perceber, pensar, avaliar, etc.) que ordenam a forma como se dão as interações sociais e, conseqüentemente, o modo de funcionamento da sociedade. A mútua determinação torna as manifestações sociais e as subjetivas - individuais - categorias superiores: sínteses que se expressam em unidades provisórias geradas pela relação entre estes contrários, que se relacionam como teses e antíteses, mas que na realidade são identificados um ao outro.” (LEÃO, 2012, p. 63)

No que se refere aos processos dos sistemas e funções psicológicas, nos pautamos nas contribuições da teoria psicológica de Vigotski (2004). Este afirma a unidade entre desenvolvimento biológico e psicológico, estruturado em sistemas, processos e funções psicológicas, numa relação dialética. Explicita assim, que a criação e o funcionamento desses processos decorrem da operacionalização das atividades na realidade objetiva, mediada por instrumentos, práticos e psicológicos. Assim, o ser humano desenvolve sua estrutura psíquica, ou seja, desenvolve as funções psicológicas superiores em totalidade, portanto, processos subjetivos que são objetivados como consciência, identidade e afetividade estão articulados entre si.

Conforme destaca Silva (2009) em seu artigo “Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural”, a utilização do termo identidade relacionado a personalidade passa a ser adotado por alguns autores na psicologia social crítica no Brasil, na década de 1980, numa tentativa de desvincular e ressignificar o uso do termo personalidade que era utilizado até então pela psicologia tradicional que determinava o entendimento de tal conceito como inato e encerrado em perfis psicológicos determinados.

Recorremos ao recurso técnico da entrevista para coleta de dados. A análise do discurso elaborado pelo entrevistado como resposta à pergunta geradora, que

funciona como um afeto para o entrevistado, foi realizada por meio de uma técnica denominada Análise Gráfica do Discurso (LANE, 1995), que possibilita “detectar os ‘núcleos’ do pensamento que geraram o discurso sem esfacelá-lo, (...) mantendo a originalidade empírica, e assim a consistência desejada à análise que desvende novas significações” (LANE; SAWAIA, 1995, p. 75-76). Na presente pesquisa utilizamos da versão simplificada proposta por Leão (1999), que consiste em uma variação da técnica desenvolvida por Lane (1989).

Para a realização da entrevista, buscamos um participante que pudesse ser considerado como Sujeito Representativo² dos psicólogos trabalhadores nos CRAS. Para tanto, solicitamos à Secretaria de Assistência Social (SAS), a indicação de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Campo Grande–MS que representasse um modelo de trabalho em Psicologia. Fomos ao CRAS designado e realizamos o convite ao psicólogo que lá trabalha para que participasse da pesquisa, foram esclarecidas as intenções da pesquisa e também a salvaguardado o sigilo quanto a identificações pessoais do profissional.

O psicólogo participante, eleito como Sujeito Representativo por ser uma síntese das relações sociais que se vivencia em espaços específicos, por períodos demarcados historicamente – aqui, um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e um curso de formação de psicólogo. Esses, que o levam a apresentar características inerentes a essas realidades concretas, como outros sujeitos que também estejam ou estiveram nas mesmas situações e condições.

Assim, o discurso produzido pelo indivíduo, reflete as representações que são comuns sobre o mundo em que vivem – sua realidade subjetiva, que por sua vez é determinada e determinante de sua atividade (LEÃO, 1999).

Na preparação da entrevista, elaboramos um roteiro semiestruturado (Anexo C) contemplando temas que são inerentes aos processos da consciência e sua constituição. Desses, elaborada uma pergunta em função do nosso objetivo principal,

² A busca pela representatividade da amostra passa a ser priorizada pelas ciências humanas e sociais, baseadas nos princípios da metodologia qualitativa. Consequentemente, requer o aprofundamento do conhecimento do contexto social e das condições subjetivas que permeiam o fenômeno estudado, bem como a própria relação que se estabelece entre pesquisador e sujeito(s) em estudo. Por estas características inerentes a tais áreas de conhecimento, a identificação e utilização de “sujeitos representativos”, passam a ser determinadas pelo acúmulo de aspectos relativos aos processos sociais e psicológicos presentes no grupo social e que alguns sujeitos apresentam cristalizados em suas características devido à especificidade de sua inserção ou função social. (LEÃO, I.B., O sujeito representativo: o sujeito socialmente determinado. Campo Grande. No prelo.)

sustentada nos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a pesquisa. A pergunta foi pensada com o intuito de evocar no sujeito os significados e sentidos do trabalho da psicologia para o trabalho na assistência social. A intenção dessa etapa foi a de garantir que ao apresentarmos a pergunta, ela fosse percebida como um afeto que suscitasse a atividade do sujeito para respondê-la, ou seja, que provocasse um diálogo consigo mesmo, a organização de significados, busca de palavras para estruturar a resposta, que permitissem que o outro (o emissor da pergunta) compreendesse o que estava sendo respondido. Assim, ao responder à pergunta, são desdobrados em linguagem verbal oral as ideias produzidas devido a necessidade de agir sobre o afeto. Dá-se a escolha de palavras que, em seus significados, representam o que é dito, o que se pensa a respeito da questão apresentada.

No caso desta nossa pesquisa, a pergunta geradora das atividades que produziram a resposta foi:

“Você pensa com quais conceitos da Psicologia, para trabalhar aqui no CRAS?”

Na pergunta questionamos acerca do pensamento, e principalmente fazemos referência ao pensamento conceitual a partir das teorias psicológicas por reconhecer serem estes os instrumentos fundamentais no trabalho do Psicólogo. Uma vez que a partir da abstração e interpretação por meio de um arcabouço teórico conceitual que o profissional organizará sua atuação. É por meio da utilização das palavras que o entrevistado poderá expressar e compartilhar das informações abstraídas e os conhecimentos apropriados em sua formação acadêmica para a realização de sua atuação profissional.

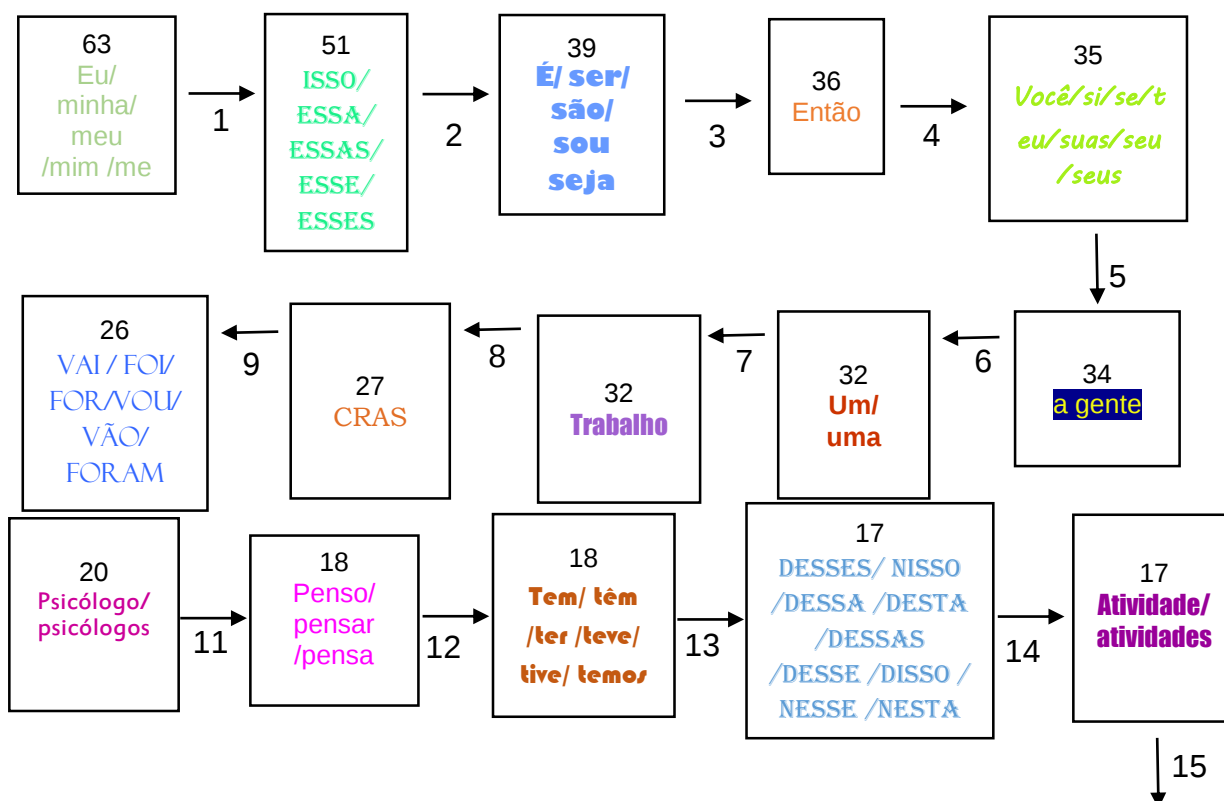
A palavra não somente designa uma coisa e separa suas características. A palavra generaliza uma coisa, a inclui em uma determinada categoria, ou seja, possui uma complexa função intelectual de generalização. (...) Ao generalizar os objetos a palavra converte-se em um instrumento de abstração e generalização, que é a operação mais importante da consciência. Precisamente por isso, ao designar com uma palavra este ou outro objeto, o incluímos em uma determinada categoria. Isto significa que a palavra não é somente um meio de substituição das coisas, é a célula do pensamento, precisamente porque a função do pensamento é a abstração e a generalização. (LURIA, 1986, p.37)

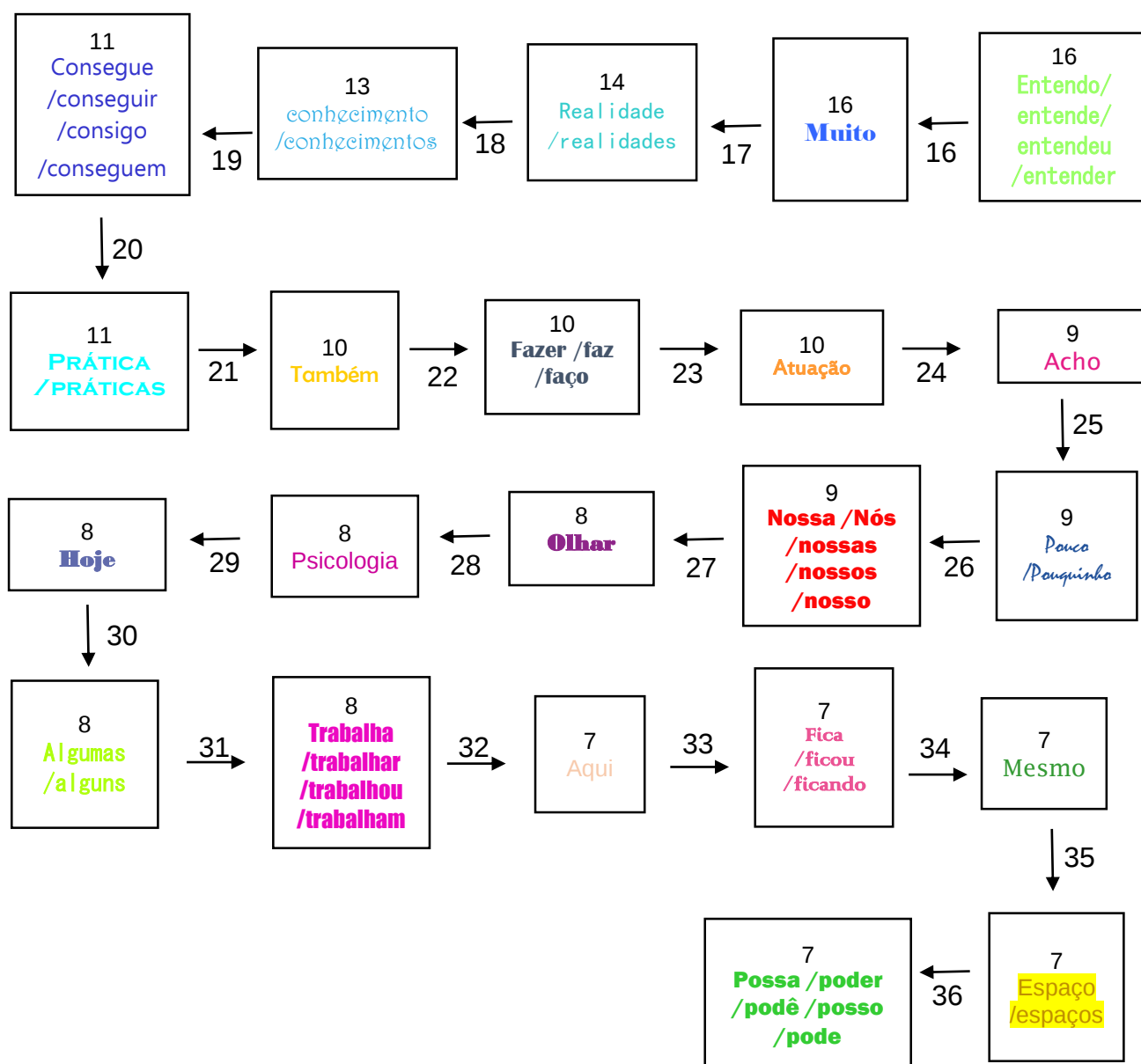
Desse modo, a resposta emitida pelo psicólogo foi transcrita pela pesquisadora e o texto discursivo que resultou denominamos de normalização do texto, de modo que se transforma em *corpus* empírico para ser analisado. Isto porque, por meio da

linguagem e das palavras utilizadas pelo entrevistado para responder a pergunta, podemos compreender a que modo seu pensamento foi organizado, por meio de quais palavras utilizou. De acordo como Luria (1986) à linguagem desenvolvida e organizada em um sistema sinsemântico, ou seja, como sistema de signos que estão relacionados uns aos outros por seus significados, formam também um sistema de conceitos, portanto podem ser transmitidos a outros sujeitos e compreendido por estes, mesmo quando não se conhece a situação.

Na etapa seguinte da técnica da Análise Gráfica Simplificada, realizamos a identificação e a contagem das palavras que se repetem (Anexo D). Essas palavras que são frequentes ao longo do discurso de um sujeito são as Unidades de Significação (LEÃO, 2007). Ou seja, elas compõem os núcleos do pensamento com os quais o discurso foi elaborado e, de acordo com a teoria psicológica sócio histórica, representam os significados sociais e os sentidos individuais presentes na consciência, e utilizados pelo sujeito para elaborar as suas emoções e pensamentos diante da afecção provocada pelo tema da pergunta e do entrevistador.

Para a realização da análise ordenamos os núcleos conforme as suas incidências (Anexo E). Em seguida, elaboramos um gráfico obedecendo a ordem que as incidências nos oferecem. Esta sequência nos permite identificar o movimento do pensamento. O gráfico (Anexo F) com os Núcleos nos mostra os enunciados das ideias pensadas:





No gráfico fica exposta a ideia, não desenvolvida no discurso, portanto, o conteúdo condensado do pensamento que nem o próprio sujeito teve consciência quando elaborava o discurso de sua resposta (LEÃO, 2007). Desse modo, chegamos a um enunciado que demonstra a ideia do sujeito à pergunta realizada. O enunciado encontrado na Análise Gráfico é:

EU ISSO SOU. ENTÃO VOCÊ, A GENTE (por) UM TRABALHO VAI (para o) CRAS. / PSICÓLOGO PENSA (que) TEM DESSA ATIVIDADE ENTENDER MUITO./ (Na) REALIDADE, (com o) CONHECIMENTO (que) CONSIGO (na) PRÁTICA (e), TAMBÉM (no) FAZER (da) ATUAÇÃO/ ACHO POUCO NOSSO OLHAR (da)

PSICOLOGIA./ HOJE (para) ALGUNS (que) TRABALHAM AQUI/ MESMO, FICA ESPAÇOS (de) PODER.

A resposta que nos foi dada, foi transcrita e normalizada em formato de texto, e as palavras que se repetiram foram marcadas, mostrando os núcleos de emoções e pensamentos que organizaram a sua consciência na elaboração da resposta ao afeto emitido por nós (Anexo D). Esses núcleos estão organizados conforme o índice de incidência e apresentados no Anexo E, e compuseram o gráfico da Análise Gráfica do Discurso, que está no Anexo F.

A análise gráfica nos mostrou que a resposta que o interlocutor nos deu, decorreu da sua ideia que: Eu isso sou. Então você, a gente (por) um trabalho vai (para o) CRAS. Psicólogo pensa (que) tem dessa atividade entender muito/ (na) realidade, (com o) conhecimento (que) consigo (na) prática (e), também (no) fazer, (na) atuação/ acho pouco nosso olhar (da) psicologia hoje. (Para) alguns (que) trabalham aqui mesmo / fica (os) espaços (de) poder.

Para compreendermos as alterações na consciência do psicólogo, pelas mediações dos instrumentos de trabalho que permitem sua atuação na assistência social, realizaremos as interpretações e discussões embasados na teoria psicológica Sócio Histórica.

Cabe destacar que discorreremos sobre a metodologia e as técnicas utilizadas para análise nesta Introdução porque a apresentação dos resultados da nossa pesquisa está organizada de modo a explicar o pensamento presente na consciência do psicólogo. Portanto, os capítulos são nossas explicações dos enunciados apreendidos na análise do discurso, ou seja, uma explicitação da consciência do psicólogo entrevistado dada pela análise do discurso.

No capítulo dois, para compreender o contexto de nosso objeto de pesquisa, iniciamos situando historicamente a constituição e função social da política de assistência social, bem como a inserção da psicologia nesse campo de atuação.

No capítulo três, denominado “EU ISSO SOU” - nortearmos a discussão apresentando o profissional psicólogo e algumas características pertinentes ao modo como ele se apresenta. E, em seguida tratamos de aspectos sobre a formação da Personalidade a partir da teoria psicológica sócio histórica.

No capítulo quatro: ENTÃO, VOCÊ, A GENTE (por) UM TRABALHO VAI (para o) CRAS, discutimos sobre o trabalho como fenômeno sociológico e psicológico,

sendo um ponto fundamental na discussão da constituição do sujeito, bem como sua subjetividade/objetividade no mundo.

O subitem denominado PSICÓLOGO PENSA (que) TEM DESSA ATIVIDADE ENTENDER MUITO/ (na) REALIDADE, (com o) CONHECIMENTO (que) CONSIGO (na) PRÁTICA (e), TAMBÉM (no) FAZER (da) ATUAÇÃO./ ACHO POUCO NOSSO OLHAR (da) PSICOLOGIA.

Discutimos a atividade que o psicólogo realiza no CRAS, articulados pelo conceito de Práxis, uma vez que, fica evidente a partir da análise do discurso a síntese trazida pelo profissional – “NOSSA, ACHO POUCO” – acerca do predominante empirismo em sua prática.

No capítulo cinco: HOJE (para) ALGUNS (que) TRABALHAM AQUI/, FICAM MESMO ESPAÇOS (de) PODER discorremos sobre as práticas tradicionais de psicologia presentes no CRAS, bem como a configuração de espaços de poder e luta de classes.

As considerações à guisa de conclusão indicam que as alterações que ocorreram em sua consciência, são expressas nas alterações dos sentidos atribuídos aos instrumentos psicológicos, devido a constatação da insuficiência deles para atuação eficiente, mas também relacionado a ausência de discussões políticas sociais profundas nos currículos para formação em Psicologia.

2. A MEDIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAPITALISMO: AS AÇÕES DE CONTENÇÃO OU MINIMIZAÇÃO DA POBREZA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Ao considerar os princípios teóricos da psicologia Sócio Histórica, apresentados na introdução, esta pesquisa que realizamos tem como objetivo principal entender as modificações da consciência do psicólogo devidas ao seu trabalho na assistência social, por ser, cotidianamente, mediado pela pobreza que está presente nas relações sociais da classe trabalhadora. Cabe destacar que, reconhecemos as ações das políticas públicas na sociedade como parte de um fenômeno característico da sociedade capitalista, que pela necessidade de contenção da classe trabalhadora no decorrer da luta de classes, portanto, uma problemática constituída a partir da pobreza propriamente dita. Portanto, antes de tornar-se política social, exige o reconhecimento da pobreza como questão social, inerente ao modo de produção capitalista e ao ordenamento desta sociedade dividida em classes sociais, que produz as relações sociais caracterizadas pela luta entre as classes. É a partir dos embates e reivindicações do proletariado frente a burguesia, ou seja, entre as classes sociais que se resultam as políticas sociais.

Embora a pobreza exista ao longo da história, as relações sociais de enfrentamento, ou não, deste fenômeno se alteram de acordo com cada momento social e histórico. Como aqui nos interessa a pobreza na sociedade moderna, que surge durante a transição do feudalismo para o capitalismo, a compreensão do fenômeno se modifica. De acordo com o historiador Rezende Filho,

Na civilização cristã que floresce na Europa, uma categoria específica de pobres emerge como minoria: aquela necessária à prática da caridade. Os pobres adquirem, na ótica cristã do período, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os “não-pobres” possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos. Não se pode erradicar a pobreza! O que na Antiguidade era generosidade, na forma de donativos distribuídos pelo Estado Romano (anona), tornou-se, com o cristianismo, caridade, que, juntamente com a fé e a esperança, compõe as virtudes teológicas. (REZENDE FILHO, 2009, p.3. Destaque no original)

As mudanças decorrentes das transformações no modo de produção da vida, levaram do feudalismo ao capitalismo e, nesse novo período histórico, surge o trabalhador que, em tese, poderia ser livre. Desse modo, o trabalhador que

anteriormente vivia na condição servo, com a parte que lhe cabia da sua produção no feudo, ainda que fosse responsabilidade do Senhor feudal a alimentação e a moradia, foi liberto, para vender sua força de trabalho. Desde então, para garantir suas necessidades básicas passou a vender sua força de trabalho aos donos dos bens de produção, em troca de um salário, que supostamente possibilitará acesso aos elementos necessários à sua sobrevivência.

O trabalhador, anteriormente na sociedade feudal, ainda que na condição de servo, mantinha a posse dos seus instrumentos de trabalho, o que garantia a possibilidade de poder produzir nas terras dos senhores. Com a transformação social, foi separado dos seus meios de produção e perdeu toda proteção e garantia para a sua vida. Estas mudanças ressignificaram a organização social e o modo como se realiza a produção do trabalho.

Os que antes eram servos em um determinado feudo, o que lhe dava uma identidade social, ao passarem a trabalhadores “livres”, são destituídos dessas características psicossociais. No processo de transformação do modo de produção ocorre a mudança social: formação dos burgos, criação dos Estados-Nação e a gradual transformação dos modos de garantir a manutenção da vida.

Na Inglaterra, a gradual transformação aconteceu durante o final da Idade Média, até o século XVIII, nesse contexto em específico, o pauperismo, pois a ausência de condições básicas de sobrevivência, passa a ser entendida em uma nova perspectiva, sob o modo de produção capitalista.

Naquele novo contexto social, com a ascensão econômica da burguesia, a realização do trabalho, bem como o significado do labor foram modificados. O consumo passou a adquirir valor social, a pobreza devido aos baixos salários e a exploração da mais valia, passou a ser a parte necessária do sistema capitalista e, portanto, negligenciada, e ideologicamente é creditada a preguiça. Conforme esclarece Lima (2014),

O estabelecimento progressivo do modo de produção capitalista e a absorção crescente de trabalhadores pela indústria em expansão não trouxeram consigo, porém, a melhora nas condições de vida dos ex-servos e camponeses, agora proletários. Se até então a pobreza era associada àqueles que não podiam ou não queriam trabalhar, uma mudança de perfil ocorreu e a economia tipicamente capitalista fez surgir uma multidão de trabalhadores miseráveis que muito mal podiam garantir sua subsistência. (LIMA, 2014, p.178)

No modo de produção capitalista, a organização social se estrutura em classes, sendo as principais: a burguesia, detentora dos bens de produção, e o proletariado, os detentores da força de trabalho. Uma das formas de relação estabelecidas entre essas classes ocorre pelo assalariamento, um valor pago pelo capitalista ao trabalhador em troca de sua força de trabalho. Desta relação, e da apropriação da mais-valia, isto é, da retenção pelo capitalista do excedente de produtos e do tempo dedicado pelos trabalhadores para a produção, o que garante a reprodução e acumulação de seu capital. O que foi explicado por Marx nos seguintes termos: “o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho”. (MARX, 2011, p.392)

A exploração da força de trabalho esteve e está presente histórico nas extensas e exaustivas jornadas de trabalho a que os trabalhadores são expostos, o que intensifica a produção e gera a mais valia para o capitalista. Naquele momento com a inserção e uso de maquinário para a realização do trabalho, a produção passou a ser aumentada em grande quantidade. E, com isso, há excedente da produção, acumulado para novas negociações transações comerciais e reinvestimentos do capitalista na valorização de seu próprio capital, culminando também no desenvolvimento industrial.

Assim sendo, é por meio da exploração da força de trabalho dos operários que a burguesia acumula seu capital. Conforme registra Marx (2011), inicialmente, eram “jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações. O capitalista comprou a força de trabalho por seu valor diário. Ele adquiriu, assim, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele (...) a maior quantidade possível de mais-trabalho” (MARX, 2011, p. 390-391).

As pesquisadoras Behring e Boschetti (2008) explicam:

Naquele momento - a segunda metade do século XIX -, a força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com a extensão do tempo de trabalho, e também à exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos. A luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas. (2008, p.54)

Se a exploração da mais-valia era intensa, as condições de trabalho e de manutenção de vida cotidiana dos operários eram sub-humana. No registro descritivo

de Engels (1975), relata as precárias condições de existência da classe pobre nas cidades, que começavam a ser criadas naquele momento:

As ruas são em geral tão estreitas que se pode saltar de uma janela para a da casa em frente, e os edifícios apresentam por outro lado uma tal acumulação de andares que a luz mal pode penetrar no pátio ou na ruela que os separa. Nesta parte da cidade não há nem esgotos nem lavabos públicos ou retretes nas casas, e por isso que as imundícies, detritos ou excrementos de, pelo menos, 50 000 pessoas são lançados todas as noites nas valetas, de tal modo que, apesar da limpeza das ruas, há uma massa de excrementos secos com emanções nauseantes, que não só ferem a vista e o olfato, como, por outro lado, representam um perigo extremo para a saúde dos habitantes. Será para admirar que em tais sítios se negligenciem os mínimos cuidados com a saúde, os bons costumes e até as regras mais elementares da decência? Pelo contrário, todos os que conhecem bem a situação dos habitantes testemunharão o alto grau que a doença, a miséria e a ausência de moral ali atingiram. Nestas regiões a sociedade desceu a um nível indescritivelmente baixo e miserável. Os alojamentos da classe pobre são em geral muito sujos e aparentemente nunca são limpos, seja de que maneira for; compõem-se, na maior parte das casas, de uma única sala — onde, apesar do arejamento ser dos piores, faz sempre frio por causa das janelas partidas ou mal adaptadas — que muitas vezes é húmida e fica no subsolo, sempre mal mobilada e perfeitamente inabitável, a ponto de um monte de palha servir frequentemente de cama para uma família inteira, cama onde se deitam, numa confusão revoltante, homens, mulheres, velhos e crianças. (ENGELS, 1975, p.69)

Do ponto de vista econômico, se por um lado, o modo de produção capitalista permitiu a acumulação de riqueza em um polo, na mesma proporção aumentou a miserabilidade no lado oposto, à classe trabalhadora. Assim sendo, a pobreza já não estava mais relacionada com a escassez ou ausência de tecnologias adequadas para produção em larga escala, capaz de atender as necessidades da população em geral. Muito pelo contrário, a pobreza configura condição necessária para o capitalismo, é a garantia que o trabalhador venderá a sua força de trabalho a preços baixos.

Sendo assim, se tornaram inevitáveis os conflitos de interesse entre as classes sociais. De um lado, trabalhadores empregados submetidos à exploração, às jornadas de trabalho exaustivas, à sobrevivência em condições precárias, sucumbiam ao agravante quadro de miserabilidade nas ruas; do outro lado, a classe burguesa em crescente ascensão social: financeira, política e econômica.

Neste contexto, os primeiros grupos de trabalhadores passam a se organizar, reivindicando melhores condições de trabalho. Foram os primeiros movimentos grevistas e de contestação do ideário liberal.

O modo de produção capitalista se mostrou, assim, desde o princípio, sob a contradição explícita de ser modo de produção e acumulação de riqueza e de miséria, com uma intensidade e em um ritmo de expansão nunca vistos. O acirramento da situação de pobreza extrema dos trabalhadores, empregados ou desempregados, se tornou assim um problema que não poderia ser ignorado. Mais do que isso, a condição miserável do proletariado colocava em xeque a concepção segundo a qual o capitalismo representava o mais elevado e último estágio de desenvolvimento histórico na medida em que seria a plena efetivação das leis naturais de produção de riqueza. Por esta razão, a pobreza aparece como objeto de análise da economia política. (LIMA, 2014, p.183)

Tais condições sócio históricas tornam a pobreza uma relevante questão social. O surgimento, naquele momento, da expressão, para referir-se à miserabilidade de grande parte da população, representou o reconhecimento por parte do Estado capitalista da problemática. E, desde então, ela é enfrentada como um fenômeno que pode abalar a sociedade burguesa (DANTAS, 2007).

Assim, emerge a necessidade de se lidar com a situação.

Ainda que as formas propostas para o enfrentamento da questão social venham sendo apresentadas de modo a não alterar os fundamentos basilares da sociedade capitalista como observa Netto (1996), o Estado começa a intervir diante deste conjunto de problemas. Nos dizeres de Behring e Boschetti:

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (2008, p.63-64)

O Estado que, inicialmente, concentrava ações de regulação social com o intuito de manter a ordem social (BOSCHETTI, 2008), passa a intervir e regulamentar as relações entre os trabalhadores e os patrões. Assim, realiza “algumas iniciativas pontuais com características assistenciais identificadas como protoformas de políticas sociais.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p.47). Estas iniciativas sempre acontecem quando o crescimento acelerado do capitalismo, promovem o aumento das condições insalubres e miseráveis para a classe trabalhadora.

Foram nessas condições que surgiram as primeiras regulamentações da duração da jornada diária de trabalho por parte do Estado. Bem como outras ações legisladoras que foram movidas pela necessidade de lidar com o pauperismo, na tentativa de estabilizar as crises sociais inerentes ao modo de produção capitalista.

São elas: Leis dos Pobres Elisabetanas (entre 1531 e 1601), Lei de Domicilio (de 1662), Lei Revisora da Lei dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres (de 1834). (BEHRING e BOSCHETTI, 2008)

Desde então, o Estado assume um novo papel na manutenção da sociedade.

O Estado ao passar a ser o responsável por conceder direitos aos pobres conforme a necessidade de manter o ordenamento social. Entretanto, mesmo as mudanças mais tímidas nas condições de vida da classe trabalhadora, como as jornadas de trabalho, que foram conquistas obtidas com os enfrentamentos dos trabalhadores ao Estado e aos capitalistas, mesmo assim, podem ser revogadas quando for conveniente ao capitalismo.

Como pontua Vieira (1992, p.23), “os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Certamente, não se estende a todas as reivindicações, mas na aceitação do que é conveniente ao grupo dirigente do momento”. Portanto, compreender as ações de enfrentamento da pobreza via políticas sociais adotadas pelo Estado, implica em considerar esta conquista de direitos sociais inserida nas relações da luta entre as classes sociais, burguesia e proletariado, para que possamos ir além da aparência e da concepção simplista de benemerência

Haja vista que, ao fazermos a análise das políticas sociais de modo unilateral, em uma perspectiva acrítica, as consideraremos como instrumentos estatais com a finalidade redistributiva, e com o objetivo principal de reestabelecer certo equilíbrio social mínimo, com intuito de diminuir desigualdades sociais (PASTORINI, 1997). No entanto, ao aprofundarmos a análise crítica das políticas sociais e ao fazermos a partir da perspectiva da totalidade, temos que considerar que não há neutralidade nas ações político econômicas estatais, mesmo quando o Estado adota uma posição liberal, proclamando a sua isenção nas regulações econômicas. Com isso compreendermos que a discussão incorpora outros elementos importantes que determinam o modo como as políticas sociais são dispostas.

Deve-se levar em consideração que as relações sociais que determinam esse contexto de implementação de políticas sociais são múltiplas, pois existem diversos atores envolvidos, com necessidades antagônicas, e a funcionalidade das políticas sociais se apresentam de modo divergente para cada sujeito, correspondente aos interesses e de acordo com a classe social que pertence. Ao se analisar as ações das

políticas sociais, como sendo um benefício que o Estado oferece – despreza as contradições, os conflitos e lutas por trás desses serviços.

Portanto, políticas sociais têm múltiplas funções para além da aparente conquista frente às exigências dos trabalhadores. Assim, não se pode explicar a gênese, desenvolvimento e implementação das políticas sociais, nas quais diversos profissionais da psicologia atuam, sem compreender sua articulação com os aspectos político-econômicos e sociais.

Faz-se necessário reconhecer que a utilização de políticas sociais como recurso para suprir as necessidades dos trabalhadores que perecem na miserabilidade, atende também a lógica de manutenção do sistema capitalista. E, para analisarmos a desigualdade social na realidade brasileira, vale observar que em 2017 o país tinha 54,8 milhões de pessoas que viviam com menos de R\$ 406,00 por mês, sendo 2 milhões a mais que em 2016. Isso significa que 26,5% da população é pobre. Esses são dados apresentados na Síntese de Indicadores Sociais, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), realizados conforme os critérios do Banco Mundial, considerando pobres aqueles com rendimentos diários abaixo de US\$ 5,5. Mas, para sistematizar esses dados, o IBGE considera para a recolha das informações sobre a pobreza: a ausência de acesso à educação, a falta da proteção social, de moradia adequada, ausência dos serviços de saneamento básico e dos de comunicação (acesso à internet).

Os dados apresentados nessa Síntese, mostram que “alguns grupos se destacaram ao longo da análise, mostrando-se mais vulneráveis (com direitos violados): crianças, homens e mulheres de cor parda ou raça preta, além de pessoas que vivem em arranjo domiciliar composto por mulher sem cônjuge com filhos pequenos” (IBGE, 2017, p.85). A situação fica mais grave entre os 7,6 milhões de moradores de domicílios onde vivem mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos até 14 anos, desses, 64,4% estavam abaixo da faixa de renda de R\$406 por mês.

Assim, de acordo com a nossa interpretação dos últimos dados do IBGE, considera-se pertinente o empenho na problematização dos sentidos atribuídos pelo profissional de psicologia aos instrumentos psicológicos para a sua atuação junto a pobreza.

2.1 O CONTROLE OU A PROMOÇÃO DOS POBRES NO BRASIL: AS FUNÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A pobreza é um fenômeno multidimensional. No Brasil, podemos tomar como gênese da preocupação com o controle sobre os pobres a década de 1930. Em decorrência da maior e mais longa crise do capitalismo, a de 1933, que resultou em desastrosas consequências sociais e econômicas no mundo, findando apenas com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil que era pouco industrializado até então, tem esse processo acelerado. (LEÃO, 2012).

Cabe destacar os diferentes contextos históricos do capitalismo no Brasil e nos países capitalistas centrais em termos de desenvolvimento do modo de produção capitalista. (BEHRING E BOSCHETTI, 2008). Principalmente porque, desde a sua constituição, o Brasil foi subordinado às práticas político-econômicas do exterior, conforme clarifica o pesquisador e historiador Caio Prado Jr.:

Se vamos a essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (2006, p.29)

As relações entre as classes “à brasileira”, assumem algumas características particulares comparadas às estabelecidas nos países capitalistas desenvolvidos. Essas se caracterizam pela lógica do clientelismo e do paternalismo que camuflaram e disfarçaram a violência das relações de produção no país. Mediado por essa cultura “o Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade, entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008 p.75). As negociações se realizam por meio de troca de favores, e foram decisões orientadas à manutenção de privilégios.

Assim sendo, consolidou-se uma história marcada pela subordinação político-econômica ao mercado internacional, refletido nas relações internas - por um lado o autoritarismo exacerbado das elites, e do outro a imagem de operários que formavam uma sociedade debilitada que necessita de tutela. Tem-se assim, “um desenho formal

moderno e liberal de instituições como a burocracia e a justiça, mas internamente estas eram regidas por relações de clientela, numa coexistência estabilizada entre princípios distintos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.74).

No Brasil, as políticas acompanham o processo de implementação e desenvolvimento do capitalismo dependente das nações do capitalismo central, e segue seus ajustes de acordo com esses precedentes. A nossa economia, que até pouco tempo antes era predominantemente agrária e escravista, inicia o seu processo de industrialização com a produção de máquinas pesadas. E com a mudança nos modelos de produção alterados, também, as relações sociais no país. Com isso, foi consolidado uma classe trabalhadora de operários empregados, além do maciço processo imigratório de trabalhadores dos países em guerra, que corroboram com a organização da classe trabalhadora do país.

Assim, foi alterada a prática da assistência social, que desde o Período Colonial, era realizada apenas por instituições como a igreja católica, como uma ação de benemerência, principalmente, destinada a crianças e mulheres. Naquele momento de industrialização havia um impulso na incorporação da mulher à força de trabalho urbana, corroborando então, às primeiras ações de políticas sociais direcionadas aos filhos destas trabalhadoras. São instituídas ações assistenciais e incitadas ações do apostolado laico, conforme a explicação de Yamamoto e Carvalho:

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se a ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (2006, p.167)

Logo em seguida, com o golpe militar de 1964, associado ao capital estrangeiro, em especial o norte americano, desenvolveu no país o seu projeto, mesmo usando a violência. A ditadura civil-militar permaneceu por vinte (20) anos e se caracterizou como um novo momento de modernização conservadora no Brasil. A reorganização do capitalismo foi iniciada na execução do plano de metas, e intensificada na década de 1960, com a produção de automóveis e eletrodomésticos para o consumo em massa. Esse momento foi reconhecido, na historiografia, como o Milagre Brasileiro, aparentemente em descompasso com o modelo keynesiano-

fordista dos países capitalistas centrais, que naquele momento já estavam em crise. Mas, também, por isso reconheciam o Brasil e outros países periféricos como mercados com potencial de expansão para exploração e recuperação do que havia sido os anos de ouro.

No campo da prática das políticas sociais brasileiras, aumentavam as ações geridas de forma tecnocrática e conservadora, “reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.135)

A Ditadura Militar no Brasil foi um período marcado pela violenta repressão e retirada de liberdades democráticas, censura, prisões e torturas para os movimentos reivindicatórios e contrários a política militar-ditatorial. Porém, o bloco militar-tecnocrático-empresarial almejava adesão e legitimidade em suas ações por meio da modernização das políticas sociais de até então. As modificações passaram pela centralização da Previdência Social, quando em 1966 os órgãos responsáveis anteriormente, chamados de Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), foram unificados e uniformizados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e a questão previdenciária passou a ser tratada em caráter técnico. Além dessa reestruturação, houveram outras mudanças e reformas administrativas:

A previdência foi ampliada para os trabalhadores rurais, por meio do Funrural (1971), (...) também alcançou as empregadas domésticas (1972), os jogadores de futebol e os autônomos (1973), e os ambulantes (1978), cria-se a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário mínimo para os que tivessem contribuído ao menos um ano para a previdência. (...) Contudo, no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas, mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do Welfare-State europeu. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.136-137)

Ao final da década de 1970, devido as mudanças no contexto político-econômico, a restrição de fluxo de capital internacional por consequência da crise econômica internacional e da limitação nos fluxos de capital interno, o Milagre Brasileiro esgotou e o projeto tecnocrático conservador de modernização entrou em declínio. Assim, a transição do regime ditatorial para o democrático foi acontecendo

gradualmente, condicionada pela orientação conservadora neoliberal, já em curso em nível mundial. (BEHRING; BOSQUETTI, 2008)

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorrem novos ajustes neoliberais para estancar os problemas do sistema capitalista, como os graves índices de pobreza, devidos a efervescência das crises políticas e econômicas internacionais, que reverberavam nas estruturas da política interna do país. Movimentos sociais nacionais, como os populares e estudantis passam a se organizar, e reivindicar mudanças no país. De acordo com Lane e Sawaia (1995), “a repressão militar e o movimento universitário de 1968, obrigaram-nos a uma reflexão crítica sobre a universidade e seu papel social, sobre o conhecimento que cabia a ela produzir” (1995, p.68).

Somente em 1988 as Políticas Sociais foram inscritas na Constituição Federal do país, implementadas com o intuito de instituir novos procedimentos, orientados por conceitos norteadores mais avançados. Mas, a hegemonia do Estado já era dos liberais. Tivemos como presidentes: José Sarney (1985-1990, PMDB), Fernando Collor (1990-1992, PRN), Itamar Franco (1992-1995, PMDB) e, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003, PSDB), portanto, representantes da classe burguesa conservadora, liberal e contrária às políticas de promoção dos trabalhadores pobres.

Desde a Constituição de 1988 até a instauração da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) e a efetiva materialização das suas propostas decorreu uma década. Isso porque os debates e articulações entre o Estado e os setores sociais, foram minimizados e, às vezes, interrompidos; uma vez que o contexto do país era dificultador da participação democrática da classe popular no plano político e econômico.

Somente em 2004, já sob o governos de Lula (2003–2011, PT), começaram a ser traçadas as diretrizes para a construção da Política Nacional da Assistência Social – PNAS, na qual se previa a atuação do Estado para a defesa da renda, da segurança alimentar e da assistência social. E, como proposta de materialização dessas diretrizes foi implantado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2005. Esse Sistema passou a adequar, de norte ao sul do país, os instrumentos de atuação de assistência social junto à população. De acordo com as Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

O SUAS estabelece dois níveis de proteção social: básica – de caráter preventivo e especial - quando ocorre violação de direitos. Essa subdivisão é meramente formal, já que há interação permanente entre elas. Enquanto a proteção especial exige atenção em serviços ou centros especializados, a proteção básica tem no Centro de Referência da Assistência Social – o CRAS – o equipamento social público capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território. (BRASIL, 2006, p.6)

Considerado um dos pilares da proposta de seguridade social no país, a Política Nacional da Assistência Social – PNAS foi destinada a definir como a sociedade civil participa e usufrui dos serviços de garantia dos direitos básicos e promoção de autonomia social.

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p.33)

A partir de então, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socio Assistenciais (2013) os serviços a serem executados no CRAS, são especificamente: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Para execução da oferta desses serviços, programas e projetos nos CRASs, a Normativa Operacional Básica - NOB-RH/SUAS (2011) prevê uma equipe de profissionais, composta por dois técnicos com formação no nível superior, preferencialmente sendo esses: um assistente social e um psicólogo e dois técnicos de nível médio.

No que diz respeito a prescrição das atividades a serem realizadas pela equipe de trabalho no Centro de Referência da Assistência Social – o CRAS, a Política Nacional de Assistência Social–PNAS aponta que os trabalhadores devem ter como objetivo:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços

públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. (BRASIL, 2004, p.34)

Deste modo, considera-se o campo da Assistência Social um amplo espaço para ações do trabalho do psicólogo junto à população pobre, promovendo ações que contribuam para a ampliação da consciência das pessoas atendidas pelos projetos, através do fortalecimento das relações sociais.

2.2. O CONTROLE OU A PROMOÇÃO DOS POBRES NO BRASIL: AS FUNÇÕES DA PSICOLOGIA

A regulamentação do exercício da profissão de psicólogo e a aprovação do seu ensino no nível superior da educação ocorreram em 1962, ainda que já houvesse práticas de cunho psicológicos realizadas por médicos e professores. Segundo alguns historiadores, foi uma das medidas liberalizantes que acompanharam as transformações econômicas e sócio-políticas do governo ditatorial. (ANTUNES, 2004)

Da instauração da ditadura, a partir do golpe burguês-militar em 1964, até as eleições democrática para um governo de direita em 1985, houveram acontecimentos políticos e econômicos no país que culminaram em mudanças no mercado de trabalho e levaram a um alto índice de desemprego, gerando uma concorrência mais acirrada para a inserção no mercado de trabalho. Conforme pontua Antunes (2004):

Nessa década, instaurou-se a ditadura militar, implantada a partir do golpe de 31 de março de 1964, que trouxe, entre tantos desastres e retrocessos, a Lei n. 5540, mais conhecida como Reforma Universitária de 1968, no bojo dos acordos MEC-USAID. Em nome da expansão do número de vagas para responder o denominado “problema dos excedentes dos exames vestibulares”, essa lei, aprovava à revelia dos grupos diretamente interessados na questão, na verdade garantiu a abertura do ensino superior para os setores privados e estabeleceu mecanismos para dificultar e reprimir os movimentos estudantis e docentes, movimentos estes que se constituíam numa das mais poderosas frentes de oposição ao regime de exceção então instalado. (...) Soma-se a isso o fato de que o rápido crescimento dessas instituições não foi acompanhado de igual crescimento do número de docentes preparados para assumir competentemente a formação de novos profissionais, fato que, acompanhado pelos baixos salários e pela precariedade das condições de trabalho, contribuiu para uma crescente perda de qualidade do ensino da Psicologia. (2004, p.138-141)

Assim a psicologia, logo após a sua normatização como ciência e profissão, ao oferecer serviços às elites nas clínicas, escolas e indústrias foi confrontada com as suas limitações nas pesquisas e no campo teórico metodológico.

E, até então, não tinha se voltado hegemonicamente para as características sociais e psíquicas da população trabalhadora do Brasil. Há registros de alguns movimentos que se voltam a essa questão desde 1980, contudo não compunham número significativo.

Dessa forma, paulatinamente, os objetivos determinados para os psicólogos que passam a integrar as equipes de trabalho dos Centros de Referência da Assistência Social – os CRASs, conforme a Política Nacional de Assistência Social– PNAS, detalhados no item anterior, preveem que esses trabalhadores deviam colaborar para a emancipação econômica e social dos indivíduos. No entanto, como pontua Yamamoto:

Intervir como profissão (entendida como uma prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada), no terreno do bem-estar social, portanto, remete a Psicologia para a ação, exatamente, nessas seqüelas da questão social transformadas em políticas estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada, com prioridades definidas ao sabor das conjunturas históricas particulares. Isto conferirá tanto a relevância quanto os limites possíveis da intervenção do psicólogo. (2007, p. 32)

Ainda que a implementação do SUAS tenha criado empregos para os psicólogos, o novo campo de atuação não tem correspondido com a ação das práticas psicológicas. Criou-se assim, um descompasso entre o exercício profissional tradicional dos psicólogos, voltados para a atenção à burguesia e as necessidades, nesse campo, de novas atividades eficientes para a realidade social pauperizada.

Porém, essas dificuldades já estavam sendo analisadas desde a década de 1980, a partir do início do redirecionamento histórico das atividades científicas, intelectuais e profissionais da Psicologia no Brasil. As análises dos conhecimentos e práticas psicológicas buscaram conhecer a realidade do país e produzir novas explicações e atuações, na tentativa de acompanhar as necessidades a que os profissionais se deparariam junto a classe popular, como de deu na assistência social, pois:

A formação do psicólogo nos primeiros tempos da Psicologia reconhecida como profissão era, em geral, baseada na reprodução de teorias e pesquisas estrangeiras, vindas principalmente dos Estados Unidos e da Europa e transplantadas mecanicamente para a nossa realidade, quando não aligeiradas e difundidas precariamente por obras de comentadores e não dos autores originais, obedecendo a uma lógica de mercado editorial precária e limitada. Assim, a crítica à prática profissional do psicólogo fez-se acompanhar também da crítica teórica e do questionamento da maneira como tais teorias eram aqui difundidas. A produção de conhecimento em Psicologia expandiu-se e deu um salto de qualidade, em grande parte com a implantação de alguns cursos de pós-graduação que, embora com recursos escassos, conseguiram produzir críticas fundamentadas e articuladas aos problemas sociais, produzindo um significativo acervo de conhecimento original e criativo. (ANTUNES, 2012, p.61)

Assim, ações significativas que visavam mudanças passaram a ser organizadas. O Conselho Federal de Psicologia, criado em 1971, estabeleceu ações que objetivavam difundir e qualificar as atividades profissionais dos psicólogos. Essas foram materializadas em propostas como o Programa Banco Social de Serviços em Psicologia (2003-2005) e a instituição de frentes para orientar sobre questões deste campo de atuação como o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2006-) e a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS, 2014-). Também, foram elaboradas produções científicas para que os psicólogos pudessem se orientar quanto às ações que atendessem a realidade social da pobreza.

Nesta pesquisa, como intencionamos compreender as contradições pertinentes aos diversos desafios das atividades do psicólogo, atentamos para a análise de Yamamoto:

Em anos passados, a tentativa (nem sempre eficiente) de focalização das atenções dos psicólogos para as classes subalternas, no contexto da rearticulação do movimento popular (de corte antiditatorial), era fortemente motivada por um reconhecimento da importância do comprometimento social da ação profissional. Hoje, o quadro nos parece radicalmente diverso. A ação profissional dos psicólogos que atuam no setor do bem-estar público (ao menos considerados os exemplos que temos em mãos, o que não representa, necessariamente, a ausência de outras formas de inserção) – a despeito da direção que o Conselho Federal de Psicologia (CFP), procura imprimir – indica-nos uma extensão da prática convencional (calcada no modelo médico) com uma escassa ou nenhuma de problematização dessa forma de intervenção, reforçando um dos aspectos mais dramáticos da prática dos profissionais que atuam no setor social público: o acesso desqualificado por parte de parcelas cada vez maiores da população aos serviços básicos no setor social. Não estou desconhecendo as ações nos diversos níveis de intervenção, mas constatando que a ampliação da ação do psicólogo para o campo da saúde pública (para trabalhar com um caso emblemático) tem representado uma ampliação do mercado de trabalho do psicólogo, com a extensão das formas consagradas de ação para as classes subalternas (algo como um aumento da “clientela”). (2007, p.34)

Tal atuação, por falta de conhecimentos e instrumentos adequados para os psicólogos no campo de atuação da assistência social ainda hoje, se faz. Nota-se que embora haja normas e orientações para realização do trabalho do profissional da psicologia essas não garantem que haja ações eficientes, uma vez que a promoção de atividades nesse campo não se restringe a orientações técnicas, diversos outros limites se impõem frente a realidade destes profissionais.

Porém, para melhor contextualizarmos a situação do trabalho dos psicólogos na política de Assistência Social, como uma síntese entre a sua formação profissional e as características inerentes a esses serviços destinados à classe trabalhadora, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca do conhecimento teórico mais avançado existente sobre a prática dos psicólogos no CRAS. Essa investigação foi orientada pelo objetivo desta dissertação de entender quais as alterações que as consciências dos psicólogos sofrem devidas as limitações dos seus instrumentos de trabalho, as técnicas e as teorias psicológicas, que dispõem para trabalhar. Verificamos, então, as produções científicas realizadas na área da Psicologia, nos últimos quatorze anos, de 2004 a 2018, buscando os conhecimentos já desenvolvidos a respeito das possibilidades de atuação com a pobreza.

O objetivo de conhecermos os limites explicativos, sobre as consequências para as consciências dos psicólogos da práxis de seus trabalhos nos CRAS, presentes na produção, para podermos avançar o conhecimento a partir delas. Interessou-nos, principalmente, mas não exclusivamente, as alterações dos sentidos individuais atribuídos à ciência psicológica, suas técnicas quando mediados pelo trabalho dos psicólogos. Pois, mantemos a hipótese de que ocorrem alterações nas consciências do profissional de psicologia devidas a constatação, na relação dialética entre a sua prática profissional e os conhecimentos oferecido pela ciência psicológica, ao dar-se conta da insuficiência destes para a solução dos problemas que se lhe apresentam.

Realizamos as buscas nas seguintes plataformas: Portal de Teses e Dissertações da CAPES, Portal de Periódicos da CAPES, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Índice da literatura técnica e científica da América Latina e Caribe (LILACS) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Para a realização desta pesquisa, utilizamos dos seguintes descritores: Psicologia, Serviço Social, Assistência Social, CRAS e materialismo histórico dialético - com variações para captar as produções científicas que se relacionassem com o tema, o trabalho do Psicólogo na Assistência Social.

Os levantamentos das produções foram realizados ao longo dos meses maio, junho e julho de 2018. No Portal de Teses e Dissertações da CAPES trinta e seis (36) trabalhos atenderam ao critério de inclusão, no Portal de Periódicos da CAPES sete (7), no Scientific Electronic Library Online (SciELO) dois (2), no Índice da literatura técnica e científica da América Latina e Caribe (LILACS) dois (2) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) dois (2). Totalizando neste primeiro momento 49 trabalhos, sendo onze (11) artigos, vinte nove (29) dissertações e nove (9) teses.

Como critério de inclusão abarcamos os trabalhos que tratam da atuação profissional do psicólogo na Assistência Social e no CRAS, mas foram eliminados os trabalhos repetidos nas plataformas de pesquisa, e os trabalhos que não atendiam ao critério de inclusão.

No primeiro momento de análise, os trabalhos foram agrupados de acordo com a teoria psicológica adotada na pesquisa para discussão da temática – o trabalho do profissional de psicologia na Assistência Social. Embora várias das pesquisas encontradas apresentassem análises dos seus objetos em uma perspectiva teórica psicológica diferente desta dissertação, consideramos que tais pesquisas nos possibilitam compreender como vem sendo discutido o trabalho do psicólogo na assistência no campo científico nas perspectivas teóricas do Construcionismo Social, Psicanálise, Psicologia Social Comunitária, e com base nas ideias de Foucault. Na segunda etapa desta pesquisa exploratória sobre os avanços do nosso tema de estudo, buscamos identificar como o objeto de estudo tem sido abordado nas pesquisas que utilizam como referencial filosófico teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, e em especial na teoria psicológica sócio histórica, por ser essa a que adotaremos nesta pesquisa.

Na análise dos quarenta e nove (49) trabalhos, destacamos sete (07) realizados com base nos pressupostos filosóficos do materialismo histórico dialético, elaborado por Marx, a qual Vigotski se apoia para o entendimento da constituição e desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.

O mais recente trabalho encontrado, durante a realização desta revisão, foi o elaborado no Mestrado de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí. Em sua dissertação, Carvalho (2018) teve como objetivo analisar a prática profissional dos psicólogos que atuam na proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Para isso, o pesquisador realizou análises das “mediações que têm sido acionadas pelos psicólogos quando lançam mão de suas ações” (CARVALHO, 2018, p.6). Consideramos que os resultados desta pesquisa dialoga com a hipótese da nossa pesquisa, ao indicar que “na sua maioria, os psicólogos não atuam na Assistência Social porque desejam atuar, mas por diversas outras questões que fogem às suas capacidades de escolha e, portanto, não se reconhecem como profissionais de uma política coerente e eficiente” (CARVALHO, 2018, p.6). Em sua pesquisa, o autor levanta como problemática não somente a atuação dos profissionais que apresentaram ações imediatistas e deslocadas da complexidade que envolve o trabalho profissional com a pobreza em suas expressões, mas também pontua que há uma ausência de discussão e produção científica coerente e efetiva da Psicologia em relação a pobreza do país. Esta consideração demonstra a pertinência de nossa proposta de pesquisa, que objetiva compreender a que modo os instrumentos psicológicos estão mediando as transformações na consciência do psicólogo em sua ação.

Nas produções da área de Psicologia, outros trabalhos (PEREIRA, 2016; CORRÊA, 2016; MACEDO, 2014; MENZ, 2012; ARAUJO, 2010) que objetivaram discutir a atuação dos psicólogos nas políticas sociais, e apresentaram de modo semelhante os resultados de suas pesquisas quanto as limitações que o profissional encontra neste campo de atuação como a precarização nos recursos destinados a área, as condições de trabalho, e predomínio de práticas assistencialistas.

Sobretudo, foi levantado em todos os trabalhos pesquisados, a pontuação de suas considerações finais de modo semelhante, apontando como o indicativo de dificuldade da ação dos psicólogos, remetendo às fragilidades na formação acadêmica profissional, e capacitações em Psicologia as quais tiveram acesso, que não contribuíram efetivamente para atuação na Assistência Social. Assim faz com que a psicologia atue mais numa perspectiva de controle social dos usuários, do que na efetivação dos direitos sociais dos sujeitos.

Ainda que os trabalhos citados anteriormente colaborem ao apontar a urgência em repensar as ações da psicologia junto a pobreza, entendemos que somente a

formação em psicologia é insuficiente para atuar nessa realidade, e interpretamos essa condição vinculada a sua concepção enquanto ciência, e não atribuída somente à formação educacional dos profissionais.

O desenvolvimento da ciência psicológica esteve, em sua grande maioria, historicamente a serviço das elites, isto por que a própria lógica do conhecimento científico na sociedade sob o modo de produção capitalista determina em seus objetivos, em sua grande maioria, articulados na manutenção do sistema capitalista. Por outro lado a concepção epistemológica enquanto ciência expressa na diversidade de seus objetos de estudo, nas interpretações do saber no interior da psicologia e na cisão subjetividade/objetividade, também, nos métodos de atuação na realidade, refletidos na dificuldade dos profissionais ao depararem com uma realidade social com limites materiais concretos.

Em sua dissertação, Lima (2014) realizou a uma discussão sobre o trabalho de psicólogos na assistência social, e em seu trabalho articula a história social da pobreza e as conexões entre as trajetórias da profissão de psicólogos e da política de assistência social. Dentre as análises tecidas pelo autor, quantos aos desafios teóricos e práticos para a ações da psicologia junto a pobreza, apontou perspectivas que consideram que:

É preciso compreender que se trata de uma objetividade sócio-historicamente determinada e desmistificá-la. Uma psicologia crítica, na perspectiva radical aqui apontada, precisa superar não apenas as dicotomias que fragmentam seu objeto de estudo e intervenção, mas a própria fragmentação (típica da decadência ideológico burguesa) que estabelece sua existência enquanto ciência particular com um objeto específico de estudo e intervenção. Precisa ser cada vez menos psicologia, no sentido como hoje a conhecemos. Precisa ser apreensão ontológica da realidade, para a qual o recurso à crítica da economia política é indispensável (e não apenas enquanto apêndice metodológico ou na forma de importação de categorias). (LIMA, 2014, p. 543)

Sendo assim, consideramos necessário discutirmos acerca das alterações promovidas nas consciências dos profissionais de psicologia, em específico, em suas ações nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS).

Neste momento, ao adotarmos como teoria norteadora da pesquisa a Psicologia Sócio Histórica, trataremos de explicar algumas particularidades pertinentes a Psicologia Social brasileira que ao ter por referência o materialismo histórico dialético como fundamento filosófico e se aproxima da teoria Psicológica

Sócio Histórica na compreensão da constituição da consciência, a Teoria Laneana ou Teoria da Escola de São Paulo.

A Psicologia Social no Brasil foi desenvolvida por pesquisadores e pesquisadoras, após o reconhecimento da crise teórica e metodológica da Psicologia Social na América Latina. Interrogava-se como a psicologia poderia dar subsídios efetivos para a transformação social no Brasil. Esta questão passou a ser formulada após revisões sistemáticas de conceitos e experimentos realizados por psicólogos, mas que demonstraram não terem capacidade de responder sobre às necessidades da classe popular, a grande maioria da população do país.

Foi no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, sob a orientação da Professora Silvia Tatiana Maurer Lane, que se desenvolveu a Psicologia Social no Brasil. Esta é conhecida como Teoria Laneana ou Escola de São Paulo, pautada nas suas discussões com pesquisadores da França e Inglaterra, Lane realizou as revisões dos trabalhos de autores como Pêcheux, Moscovici, Politzer, George Mead, Vigotski e outros autores soviéticos. Essas revisões propiciaram as reflexões teóricas, que possibilitaram o processo de construção de uma Psicologia Social com particularidades, que objetivavam responder as demandas populares no Brasil.

De acordo com Lane (1995) foram a epistemologia e o método materialista histórico e dialético marxistas que lhe permitiram criar a Psicologia Social de base materialista histórico dialética no Brasil. Nas suas palavras:

Grande impulso veio de Vigotski ao demonstrar a mediação fundamental que a linguagem exercia na constituição do psiquismo humano, em especial na consciência. Também ficou clara a presença da ideologia nos significados, e quando os processos comunicativos permitiam uma reflexão crítica destes significados, em confronto com a realidade social, desencadeavam avanços da consciência ao se desvendar os conteúdos ideológicos que encobrem as contradições sociais históricas. (LANE, 1995, p.69)

Ao adotar o materialismo histórico dialético como posição filosófica para fundamentar a sua Psicologia Social, Lane (1995) se aproximou da teoria Psicológica Sócio Histórica e ampliou as possibilidades de compreensão da constituição da consciência e das mediações necessárias nesse processo. Esses avanços permitiram

apreender as múltiplas determinações que incidem sobre o indivíduo no processo da sua constituição como sujeito histórico.

Ao longo do aprimoramento dos estudos da teoria psicológica sócio histórica e por meio do acesso a outras traduções e obras de Vigotski (1998) discutiu o termo identidade como sendo um processo que ocorre da constituição das funções psicológicas superiores, que são mediadas culturalmente. A identidade refere-se a uma síntese provisória como parte do processo que irá constituir a personalidade, esta por sua vez está para a constituição do sujeito e sua visão de mundo.

Assim sendo, é a partir da análise e interpretação do discurso apresentado por um Sujeito Representativo, aqui pelo psicólogo que atua em um CRAS, sendo este um serviço de Política Pública, que nos propusemos a compreender e discutir as mediações que alteram a consciência do Psicólogo a respeito de seu trabalho em Políticas Públicas, e é a partir de seu discurso que estruturamos a discussão dos próximos capítulos.

Para tanto, selecionamos um dos psicólogos que trabalham nos CRASs em Campo Grande – MS, considerado por nós um Sujeito Representativo, conforme as teorias de Psicologia Social, como a Laneana (LANE, 1989; LEO, 1999), ou conforme a Unidade Amostral da Ciência Estatística.

Para a estatística, se trata de recurso para compormos uma Amostragem Não-Probabilística, quando escolhemos os elementos da amostra por critérios que julgamos atender as necessidades da pesquisa. Se trata, então, de uma Unidade Amostral, a qual, é “definida de acordo com o interesse do estudo, podendo ser uma peça, um indivíduo, uma família, uma fazenda etc.” (LIMA FILHO, s/d, p. 03) Atendendo a esses critérios científicos, o entrevistado é uma Unidade Amostral, um sujeito representativo, que nos oferece dados para compreendermos como o seu trabalho promove mudanças na sua visão de mundo, através das modificações dos significados e sentidos sobre os seus instrumentos de trabalho: as teorias e as técnicas psicológicas.

O movimento de revisão e problematização da atuação da psicologia é recente. Em termos históricos, as intenções nas reformulações teóricas surgem na década de 1980. A inserção da psicologia nas políticas públicas de assistência social, são consolidadas na implementação do Sistema Único de Assistência Social, em 2005, embora historicamente não seja algo novo a atuação junto a populações pobres. O arcabouço teórico por parte da psicologia para compreender a pobreza e seus

desdobramentos psicológicos no sujeito é pouco. De acordo com Yamamoto e Oliveira,

[...] o trabalho na proteção social básica exige dos psicólogos não apenas uma adequação do trabalho; exige um conhecimento de aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. A atuação com pessoas em situação de pobreza exige não a adequação de um conhecimento teórico-técnico, mas, sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na postura que marca historicamente a atuação dos psicólogos. (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p.21).

Embora exista a iniciativa e a discussão da atuação de psicólogos na assistência social, historicamente é recente e, embora aconteça, ainda é significativa a defasagem na produção de conhecimento da psicologia como ciência e profissão para a atuação junto a pobreza. A inconsistência de discussões neste aspecto acarreta, a ineficiência para a população atendida, e também gera insatisfação aos profissionais não alcançam o entendimento da dinâmica da realidade, tampouco conseguem referenciar caminhos para a criação de novos conhecimentos a partir dos instrumentos psicológicos, que sejam efetivos e transformadores. Dessa maneira, ora os profissionais recorrem às práticas psicológicas tradicionais que não cabem nesses espaços, ora abandonam os instrumentos psicológicos na execução de suas ações, atuando a partir de normativas e técnicas engessadas, que mantém a lógica clientelista assistencial. Exercer ações nessa direção é fazer resistência. Conforme afirmam as Behring e Boschetti,

É preciso entender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdade, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades, já que a existência e a persistência da pobreza e das desigualdades sociais são determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida (Marx, 1987) e não apenas pela não distribuição equânime de seus produtos. O reconhecimento desses limites não invalida a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos no marco do capitalismo, mas sinaliza que a sua conquista integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.195)

3. EU ISSO SOU

Este capítulo, está dedicado à interpretação dos dados que compõem o primeiro enunciado apreendido pela Análise Gráfica Simplificada (LEÃO, 2007) que implica as mediações instrumentais para a constituição do próprio psicólogo. Nesse primeiro enunciado, mostra sua autoconsciência acerca das suas características, que permitem aos outros e a ele próprio ser distinguido dos demais, e se reconhecer e ser conhecido como ele, durante o processo de transformações em que foi fazendo a sua vida. Conforme explica Delari Jr.:

A consciência é o humano vivo e real consciente. Mas o humano vivo e real só pode se reconhecer e se produzir como tal na medida em que sua vida vai se tornando consciente. Não se trata de um processo que se dê num passe de mágica, num instante milimetricamente captável, mensurável, que possa fotografar, paralisar, congelar, dissecar. Mas, também, não é algo místico, incompreensível, inefável, que tenha sempre existido como condição prévia para o advento da humanidade. É um movimento que vai se dando no curso da história das sociedades, mas, também e indissociavelmente no curso da história de cada ser humano singular. Essa história nos termos de Vigotski, é dialética, é processo e acontecimento. (2013, p. 79)

A constituição da consciência portanto está relacionada a constituição da personalidade, que por sua vez não deve ser pensada como separada das relações sociais vivenciadas pelo sujeito no mundo.

Dessa forma, a consciência de si, ou seja o autoconhecimento, é mediada nas relações sociais e na medida em que dá-se conta do outro, “o mecanismo do conhecimento de si mesmo (autoconsciência) e o do outro é o mesmo” (VIGOTSKI, 1996, p.81). Por isso, ainda que consideremos as outras funções e processos do psiquismo, aqui enfatizamos a personalidade, tal como é tratada na concepção elaborada por Vigotski (1931): uma síntese das relações entre os processos interpsicológicos e os intrapsicológicos, que se manifesta como uma visão de mundo, que dá sentido às atividades do sujeito e organiza os significados da realidade atribuídos pela cultura.

Então, quando se pergunta a alguém algo que diga respeito a ele, como a questão geradora: “Você pensa com quais conceitos da Psicologia para trabalhar aqui no CRAS?”. Ao nosso ver, provocamos um desequilíbrio psíquico, pois não lhe demos motivos para usar somente as funções psicológico do sistema do pensamento; mas, principalmente, o sistema afetivo emocional. O que o afeta é o fato de a resposta que

venha a oferecer mostrá-lo como profissional e como pessoa, que receberá avaliações sociais. As respostas que oferecer, vão projetá-lo tal como é! Afinal, a linguagem é o recurso cultural que usamos para pensar e também nos emocionar. É a estrutura da consciência, constituída pelos seus dois elementos: o significado e o sentido.

Como as ideias expressas nesse enunciado não são conhecidas pelo sujeito que elaborou o discurso, porque está condensada, na forma de núcleos representativos e não de discursos articulados sobre a sua realidade na consciência, temos que interpretá-las baseados na teoria que nos subsidia. Então, vamos examinar o primeiro enunciado composto pelos núcleos do pensamento do psicólogo entrevistado: Eu isso sou. Que se refere à sua personalidade. (LEÃO; QUEIROZ, 2019)

Considerando somente a lógica semântica e sintática da língua portuguesa, podemos, inicialmente, lidar com um primeiro entendimento sobre como o psicólogo entende a si mesmo quando mediado pelo seu trabalho: Eu isso sou: (por) um trabalho vai (para o) CRAS. Psicólogo pensa (que) tem dessa atividade entender muito/ (na) realidade, (o) conhecimento (se) consegue (na) prática, (no) fazer, (na) atuação,/ acho pouco nosso olhar (da) psicologia hoje. (Para) alguns (que) trabalham aqui mesmo, / fica (os) espaços (de) poder.

Já podemos destacar que, sua percepção intrapsicológica de si mesmo confirma o exposto na teoria psicológica, elaborada por Vigotski (1931), pois o sujeito apreende que a sua constituição como ser humano está sendo reelaborada na relação dialética entre ele e os outros. Nessas relações está ocorrendo a apropriação e transformação dos elementos culturais acumulados historicamente e que, ao mediar a sua relação com o meio social de trabalho está lhe permitindo construir uma crítica sobre a psicologia: Eu isso sou: (na) realidade, (o) conhecimento (se) consegue (na) prática, (no) fazer, (na) atuação,/ acho pouco nosso olhar (da) psicologia hoje.

. Embasados nos pressupostos teóricos da psicologia sócio histórica, podemos afirmar que o que foi dito pelo psicólogo entrevistado é um indicador de seu pensamento expresso na resposta eliciada, e uma expressão da dinâmica de sua consciência.

Sendo assim, para o psicólogo, inicialmente é impossível compreender a constituição das funções psicológicas superiores e o processo de constituição subjetiva e sua objetivação, uma vez que a mediação dos instrumentos simbólicos

está diretamente relacionada a constituição do sujeito, visto que é por meio das palavras que o sujeito organiza e expressa seu pensamento. E as palavras e conceitos que ele aprendeu e que o fizeram psicólogo, não refletem a realidade que ele precisa pensar e interpretar para trabalhar com as pessoas que vão ao CRAS

Como resultado da organização dos núcleos na Análise Gráfica do Discurso Simplificada (LEÃO, 2007), a primeira expressão do movimento do pensamento a que chegamos na análise do discurso emitido, foi o enunciado: “EU ISSO SOU”. Remetendo-nos a apresentação de quem ele é, ou seja, sua personalidade. Vimos, então, que ele considera que a pobreza da psicologia não lhe permite ser um trabalhador, um Psicólogo [que] pensa (que) tem dessa atividade entender muito. A partir da constatação dessa sua insuficiência, vamos buscar como ele se tornou devido as atividades do seu trabalho, expresso na sua consciência como - Eu isso sou: (na) realidade, (o) conhecimento (se) consegue (na) prática, (no) fazer, (na) atuação.

A compreensão e explicação de que a personalidade é influenciada pelos estudos e pelo trabalho, decorre na teoria psicológica Sócio-Histórica (MOLON, 2015; LEÃO, 1999; VYGOTSKY, 1930, 1931, 1998) do entendimento que o processo de desenvolvimento individual é social histórico e cultural. Sendo assim, foi no processo de domínio de seus próprios processos, e na transformação de sua realidade concreta, que o processo de humanização, bem como o desenvolvimento da personalidade do psicólogo vem se constituindo. O que refuta Sigmund Freud, Carl Jung, Alfred Adler entre outros autores tradicionais. (FADIMAN; FRAGER, 1986), pois esses idealistas acreditavam que a estrutura da personalidade é uma característica inata, perfilada, portanto não passível de transformação ao longo da vida.

A proposição do psicólogo sobre ele ter mudado, aprendido no trabalho, na atuação os limites da psicologia como mediadora para as suas ações com a classe popular, coincide com a explicação de Vigotski (1931), que o desenvolvimento cultural individual, que promove as capacidades e características de cada sujeito consiste na apropriação e domínio dos meios próprios do seu grupo social para a formação e o controle dos processos psíquicos e do comportamento.

Assim está ocorrendo a progressiva constituição de sua personalidade.

A personalidade, como explicada nesta teoria, é uma qualidade do humano que integra todas as demais funções e processos psíquicos. A personalidade, corresponde à capacidade e ao modo de apreensão do mundo, que cada um alcança mediados

pelas relações sociais nas quais participa. São esses processos, que determinarão sua concepção do mundo, o modo como agirá com os objetos e sujeitos. Isto é, sua personalidade.

Por isso, estamos vendo os dados da Análise nos mostrarem que o nosso sujeito representativo corrobora a conclusão de Vigotski (1931), que

[...] a concepção do mundo é tudo o que caracteriza o comportamento global do homem, a relação cultural da criança com o mundo exterior. Ao animal falta uma concepção cultural do mundo, também não a tem, como produto cultural, a criança quando nasce. O homem necessita de uma concepção do mundo, visto que não possui tais características ao nascer. Nos primeiros anos de vida, às vezes até o período de sua maturação sexual, não há nele uma concepção do mundo no verdadeiro sentido da palavra. É mais uma atividade no mundo do que uma concepção do mundo. Atribuímos, portanto, ao termo “concepção de mundo” um significado puramente objetivo da atitude da criança diante do mundo em que vive. (1931, p. 229. Destaque no original. Tradução nossa)³

Também o psicólogo, sujeito representativo, nos mostra que as características que criamos ao longo das nossas vidas são determinações sociais, que orientam o nosso desenvolvimento até a nossa humanização. O que provém dos processos desenvolvimentais estarem relacionados aos procedimentos educativos e de aprendizagem, pelos quais cada sujeito terá as mediações para seu desenvolvimento. Mas, o outro ponto fundamental para o desenvolvimento do homem é a sua capacidade de agir para transformar o meio e a si próprio, devida à apropriação e utilização de ferramentas.

Ou seja, como bem apreendeu o psicólogo no CRAS, é o trabalho que promove a apropriação e o uso dos instrumentos mediadores como um processo mediado pelas relações sociais estabelecidas no meio onde se está inserido (Vigotski, 1931), e só no CRAS pôde saber o que é necessário para trabalhar lá; uma vez que as ciências modernas não têm sintetizado conhecimentos e práticas da classe popular suficientes para serem ensinados e usados nos trabalhos voltados para essa classe. Por isso, Vigotsky (1998, p. 75) propôs como a primeira Lei do desenvolvimento psicológico

³ Texto original: [...] la concepción del mundo es todo aquello que caracteriza la conducta global del hombre, la relación cultural del niño con el mundo exterior. El animal carece de una concepción del mundo así entendida y tampoco la tiene, en ese sentido, el niño cuando nace. En los primeros años de su vida, a veces hasta el período de la maduración sexual, no existe en el m una concepción del mundo en el verdadero sentido de la palabra. Es más bien una actividad en el mundo que una concepción del mundo. Atribuimos, por tanto al término ‘concepción del mundo’ un significado puramente objetivo de la actitud del niño frente al mundo en que vive. (VIGOTSKY, 1931, p.229)

que, “todas as funções no desenvolvimento [...] aparecem duas vezes: primeiro no nível social e depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológico) e depois, no interior da criança (intrapicológico).

Estar trabalhando sem os instrumentos adequados provocaram as transformações dos sentidos e significados da psicologia na consciência do psicólogo sujeito da pesquisa, porque a interiorização da realidade foi possibilitada pela representação em símbolos e signos criados pela cultura para que os indivíduos possam duplicar a realidade em suas consciências. Assim, os conteúdos, funções e processos que constituem a consciência se tornam intrapsíquicos porque os signos estabelecidos pelos grupos sociais e preservados nas culturas, a nível interpsicológico, são apropriados, interiorizados e utilizados pelo sujeito individualmente, através da aprendizagem dos seus significados sociais e na produção de sentido pessoal a nível intrapsicológico. Porém, como essas relações são contraditórias, as sínteses desses processos dialéticos constituem as funções psicológicas superiores, as quais permitem a superação também do velho e um novo domínio sobre as suas atividades e o seu comportamento, bem como a redefinição de sua personalidade.

Como pontua Vigotski (1931), trata-se da realização do humano, que possui um aparato biológico que por um lado limita certas ações, e por outro exige a ajuda das ferramentas para ampliar a sua capacidade de ação. É a necessidade dos instrumentos de trabalho que promoveu o novo desenvolvimento cultural e social, do psicólogo e o fez aceitar e desenvolver o imprescindível manejo e domínio de novas ferramentas, as formas de adaptação às condições externas do ambiente de trabalho.

Outra mudança significativa nessa sua nova etapa de desenvolvimento foi a transformação da linguagem. Esses momentos são marcos fundamentais no desenvolvimento da personalidade, pois podemos observar essas mudanças e transformações da linguagem que articula as ações com o ambiente social, assim, através dos outros podemos alcançar um caminho mais curto entre as palavras e o objeto. Neste processo, serão desenvolvidos os demais aspectos de seu aparato psicológico (funções psicológicas superiores), e biológico (domínio de suas reações e comportamentos), de acordo com Vigotski:

No capítulo dedicado ao pensamento, mostramos que o domínio da linguagem leva à reconstrução de todas as peculiaridades do pensamento, da memória e de outras funções. A linguagem se torna o meio universal de

influenciar o meio ambiente. Uma nova e peculiar concepção do mundo surge a partir de então. (VIGOTSKI, 1931, p. 235. Tradução nossa)⁴

Por isto, personalidade é explicada como um conceito social e histórico, desenvolvida e mediada nas relações humanas. Ao realizar a investigação e explicação do desenvolvimento humano pela apropriação da linguagem, Vigotski (1931) nos possibilita compreender que este processo também está articulado ao desenvolvimento e as operacionalizações dos sistemas psicológicos organizados.

As limitações para o trabalho do psicólogo, demonstram que o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores é consonante a constituição da concepção do mundo do sujeito, que quando deixa de ser produtiva provoca a sua própria transformação. Portanto, podemos afirmar que ao investigarmos o desenvolvimento de funções psicológicas superiores também estudamos a personalidade.

A constituição da personalidade portanto está relacionada a constituição da consciência, que por sua vez nunca é pensada como separada das relações sociais vivenciadas pelo sujeito no mundo. Dessa forma, a consciência de si, isto é, o autoconhecimento é mediado nas relações sociais e na medida em que dá-se conta do outro, “o mecanismo do conhecimento de si mesmo (autoconsciência) e o do outro é o mesmo” (VIGOTSKI, 1996, p.81).

Temos consciência de nós mesmos porque a temos dos demais e pelo mesmo procedimento através do qual conhecemos os demais, porque nós mesmos em relação a nós mesmos, somos o mesmo que os demais em relação a nós. Tenho consciência de mim mesmo somente na medida em que para mim sou outro, ou seja, porque posso perceber outra vez os reflexos próprios como novos excitantes. (1996, p.82)

O conhecimento de si, está para uma relação da pessoa consigo mesma, assim como está se relaciona com os demais. Sendo que, tais relações, sejam estas consigo mesmo ou com os demais, se dão mediadas pela linguagem culturalmente

⁴Texto original: En el capítulo dedicado al pensamiento hemos ya demostrado que el dominio del lenguaje lleva a la reconstrucción de todas las peculiaridades del pensamiento infantil, de la memoria y de otras funciones. El lenguaje se convierte en el medio universal de influencia sobre el entorno. Surge entonces una nueva y peculiar concepción infantil sobre el mundo. (VYGOTSKY, 1931, p.235)

estabelecida. Portanto, “o conhecimento e o reconhecimento são funções da palavra, sendo que uma outra pessoa está sempre presente na sua formulação.

Também nesta perspectiva teórica, compreende-se que o papel da atividade, sendo orientada socialmente, é o ponto fundamental na mediação no processo de constituição da personalidade. Uma vez que, será por meio da ação, visando o suprimento de necessidades, que o sujeito entrará em movimento. Conforme elucida Molon,

O acesso à consciência dá-se quando ela se objetiva, isto é, quando está constituída para o sujeito. As objetivações da consciência ocorrem por intermédio da linguagem e do trabalho. A objetivação da consciência pelo trabalho é um pressuposto defendido por Vigotski; no entanto ele apreendeu a determinação do trabalho por meio da significação, considerando que a técnica e o instrumento de trabalho acontecem na cultura, no campo das significações compartilhadas. (MOLON, 2015, p. 110)

Assim, compreende-se a estruturação da personalidade constituída através das relações sociais, e passível de transformação conforme as modificação na atividade realizada.

É esse processo que nos permite entender que trabalhar com as diferenças impostas pela organização social fez surgir o reconhecimento da necessidade de posições sociais de poder. O que expressou no seguinte enunciado produzido pelos seus Núcleos de pensamento: (Para) alguns (que) trabalham aqui mesmo, / fica (os) espaços (de) poder.

Como explica Barros, na concepção da Políticas de Estado, tão usada nos discursos liberais:

É o Estado Nacional que reúne os poderes e possui os órgãos políticos de comando da organização econômica e social, seja internamente, seja no plano das relações internacionais. Sendo assim, o conjunto de instituições políticas, jurídicas e administrativas que expressam e exercem a soberania sobre o território correspondem a um Estado. Uma das características dos Estados é que os mesmos são o núcleo do poder de cada nação e são responsáveis pela ordenação e organização das respectivas sociedades nacionais, em toda a sua complexidade; realizam essa ordenação através de aparelhos político-administrativos (burocráticos). O Estado controla a economia nacional, a vida social e política (conflitos sociais, distribuição da renda), a orientação dos sistemas de ensino, a legislação da imprensa etc. Todas estas orientações internas dos Estados vão configurar as características de seus espaços regionais e locais; portanto o Estado-Nação permanece como uma unidade política espacial. [...] Temos, portanto, que o

Estado é o espaço referência no tocante as dimensões regionais. No plano local, mais uma vez é o Estado que possui importância primordial. [...] É bem verdade que cada nível (regional, local) também possui características, determinações e poderes específicos; mas em última instância é o Estado quem comanda os outros níveis. [...] Convém lembrar que a força apenas não basta ao Estado; para que o poder seja levado a frente uma instância ideológica se faz necessária. Com o controle pela força e pela ideologia o Estado impõe suas "necessidades" às regiões e às localidades. [...] Cabe aqui colocar a questão central da função do Estado. O Estado sempre esteve ligado aos interesses de uma classe dominante, ele nasce da necessidade de refrear as oposições das classes, desta forma as questões locais e regionais pouco significadas têm perante a dominação de classe; efetivada pelo Estado. Em certos, casos, quando o Estado torna-se realmente democrático, questões regionais são levadas em conta com muito mais propriedade. Numa economia em que o Estado é básico para as atividades, todo espaço interno está de uma certa forma em dependência do poder central, tendo-se como resultante o fato de que pouco significado tem para a definição do Estado os aspectos regionais e locais, bem como o espaço regional e local. Sendo importante para esta definição as relações de poder de classes e de delimitação do território. (BARROS, 1984, p.59-60)

Por isso, o nosso sujeito da pesquisa parece estar transformando a sua personalidade na medida em que a mediação social lhe mostra as diferenças de classe, inclusive a sua negação pela psicologia. Nessa direção, Vigotsky (1931) já tinha constatado que, na medida em que ocorre aumento, aprofundamento e diferenciação da experiência social, personalidade vai sendo (trans)formada e amadurecida, assim, entende-se que a personalidade depende do aprofundamento das mediações as quais se é exposto.

Já sabemos que, de acordo com Vigotski (1931), cada um de nós passa a se apropriar de si mesmo, ao apreender e aplicar em si os procedimentos de adaptação que os demais se aplicam. Por isso, a personalidade é o resultado do social em nós. Quando não entendemos a sociedade, não nos entendemos também. Se não temos atividade e consciência mediadas pelas condições da nossa classe social, nossa autoconsciência ou personalidade, é incompleta e dificulta as nossas próprias atividades na sociedade, inclusive o nosso trabalho social.

Todos os processos psíquicos se desenvolvem mediados pelas relações sociais e pela interação entre emoções, pensamento, linguagem, consciência e

personalidade. Assim, conforme afirma Vigotski (1931, p.230)⁵, “a personalidade se desenvolve como um todo. Somente convencionalmente e para fins de análise científica podemos abstrair um ou outro aspecto de seu desenvolvimento.” Nessa direção, o conceito de personalidade deve ser compreendido como uma totalidade, porque ela é a expressão histórica e social da vida do sujeito. Inclusive, o avanço do sujeito da pesquisa na apropriação da realidade social levou-o ao domínio crítico sobre os aspectos teóricos e práticos da psicologia no campo da cultura e o desenvolvimento da sua personalidade.

Este processo está diretamente relacionado ao processo de educação escolar e aprendizagem, cujo caráter ideológico se confrontou com a insuficiência do ensino sobre a sociedade concreta e as explicações psíquicas aprendidas. Conforme apontam Lordelo e Tenório:

Podemos, primeiramente, pensar na escola como um local privilegiado de desenvolvimento dos processos psíquicos que compõem a consciência, já que é no contexto escolar que as crianças passam grande parte de seu tempo. Aliado a isso, há a natureza material e objetiva do fenômeno da consciência e sua formação através da cultura e de seus instrumentos (físicos e simbólicos). (LORDELO; TENÓRIO, 2010, p.84)

Vigotski (1931) já apontava que na escola, é aonde se apresenta a formação da personalidade, ou seja, uma concepção de mundo mais estável e consistente, isto porque é lá também que a formação da linguagem conceitual e do pensamento por conceitos formam a linguagem interior e se torna ferramentas constituintes do pensamento. Posteriormente, conforme o desenvolvimento cultural, mediado por signos e palavras, o pensamento será estruturado por meio da linguagem. De acordo com Molon:

A linguagem é constitutiva e constituidora do sujeito. O sujeito é constituído pelas significações culturais, porém a significação é a própria ação, ela não existe em si, mas a partir do momento em que os sujeitos entram em relação e passam a significar, ou seja, só existe significação quando significa para o sujeito, e o sujeito penetra no mundo das significações quando é reconhecido pelo outro. (MOLON, 2015, p.111)

⁵Texto original: La personalidad se desarrolla como un todo. Sólo convencionalmente y para los fines de análisis científico podemos abstraer uno u otro aspecto de su desarrollo. (VYGOTSKY, 1931, p.230)

Destaca-se que, a constituição de todas as funções psíquicas superiores está relacionada com a interiorização da ordem social, propiciada pelas mediações das relações sociais. Portanto, a personalidade e a consciência estão relacionadas com a capacidade do sujeito estar ciente de si mesmo e do mundo em que está inserido. Pois delas derivam o fato do indivíduo poder refletir sobre sua existência enquanto ser social. Como explica Delari Jr.:

A consciência, que só pode ser tratada como sendo de alguém, como acontecendo em/para um determinado ser humano vivo e ativo, também não pode surgir espontaneamente de dentro dele, como derivada de suas leis orgânicas mais básicas. Mas surge a posteriori, relacionada ao próprio caráter aberto da constituição biológica humana, e como função e desdobramento de relações sociais, num processo histórico mediado pela palavra. (2013, p.114)

Desse modo, a consciência se constitui e desenvolve na história social, assim como a personalidade. Nesse sentido, o desenvolvimento não alcança um final, muito pelo contrário, se dá ao longo de toda a vida do sujeito. Como o sujeito é ativo e em constante transformações, devidas às mediações decorrentes das suas vivências no meio sócio-histórico no qual está inserido, se torna as sínteses entre significados sociais interiorizados e os sentidos que constrói para esses. Mas, eles como constituintes da personalidade, estarão em constante modificação, visto que o psiquismo e os comportamentos são produzidos pela dinâmica social vivenciada cotidianamente. Ou seja, são transformados ao longo da história, mediados pela materialidade que permeia a existência.

Embasados na teoria sócio histórica como via de interpretação e explicação do empírico, analisamos o enunciado resultante da entrevista e interpretamos que, no primeiro conteúdo expresso de seu pensamento, o psicólogo assume uma apresentação e representação de si, decorrente da sua vida no modo como se posiciona diante de quem ele é, afirmando nesse primeiro momento ser “isso”. Assim, ele mostra que tem uma representação sócio-histórica de si, compreende a sua personalidade como um processo constituído de forma totalitária, e gradual, com sínteses provisórias e constantes, decorrentes do processo contínuo da identificação do sujeito com o meio social. Esse processo de identificação foi formado a partir das suas atividades realizadas, em meio aos grupos e instituições sociais que está inserido.

Dessa maneira, o psicólogo adotou uma concepção de si, como não estanque e fechada, que nega algumas interpretações teóricas deterministas da personalidade sustentadas pela psicologia tradicional, que de um modo geral defende perfis e traços psicológicos inatos e pertinentes aos sujeitos, impossíveis de mudarem. (FADIMAN; FRAGER, 1986). Ao adotar uma concepção de si próprio como um ser restrito, nega a concepção de mundo correspondente ao padrão inatista. De acordo com as explicações a partir da perspectiva psicológica sócio-histórica, podemos afirmar que, a concepção de mundo do sujeito influenciará no modo como este se orientou diante das atividades inerentes a sua vida profissional.

Essa expressão do pensamento do psicólogo, já é uma negação das teorias tradicionais da psicologia, que certamente lhes foram ensinadas em sua formação profissional. Quando, essas se mostraram insuficientes para a compreensão das particularidades dos sujeitos históricos sociais em constante dinamicidade, e afetados pelas desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista no qual estamos inseridos - o profissional demonstra começar a entender o cotidiano da sua atuação na Assistência Social. Isso é inerente ao fato da constituição da personalidade dos sujeitos ser inerente aos trabalhos e ao modo como esse se organiza em cada momento histórico. Neste momento histórico, o sistema de produção vigente é o capitalismo, portanto, podemos afirmar que as exigências gerais que este modo de produção impõe para sua reprodução, será determinante na constituição da personalidade dos sujeitos neste sistema.

Nesse sentido, na psicologia sócio-histórica, compreende-se que as ações atribuídas ao trabalhador, sendo este orientado socialmente, consistirá o ponto fundamental na mediação no processo de constituição da personalidade. Uma vez que, será por meio da ação, visando o suprimento de necessidades, que o sujeito entrará em movimento de transformação.

A pesquisadora Leão (1999) embasada nos fundamentos do materialismo histórico dialético, que norteiam a teoria psicológica Sócio-Histórica, demonstra que por meio da realização das tarefas, as instituições originadas socialmente atribuirão aos sujeitos funções e papéis, estabelecendo assim suas ações atividades gerais em seu trabalho. Assim, de acordo com o contexto institucional, serão geradas novas necessidades, denominadas de motivos sociais.

O processo de mediação, pelas instituições, na execução das tarefas exigidas pelas mesmas, gera produção de necessidades e motivos sociais, que serão

internalizados pelo sujeito e por vezes reconhecidos por este sujeito como necessidades singulares de si mesmo. Esses processos estão diretamente articulados na constituição da personalidade do sujeito. Portanto, a estruturação da personalidade é constantemente construída através das relações sociais, e passível de transformação conforme as modificações na atividade realizada.

Sinaliza Vigotski (1930, p.3) que “as várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado”. Uma das características deste modo de produção é a divisão social do trabalho.

Para analisar as suas consequências no psiquismo individual, Vigotski (1930) recorreu a Marx (2011) que em seus estudos explicitou que com a divisão social do trabalho e o estabelecimento das classes sociais, o desenvolvimento humano foi diferenciado e fragmentado – com a divisão do trabalho entre físico e intelectual e a exploração da força de trabalho, o homem foi seccionado, e o desenvolvimento pleno de seu potencial se tornou impossível. Pontua Vigotski (1930, p.5) que “como resultado do avanço do capitalismo, o desenvolvimento da produção material trouxe simultaneamente consigo a divisão progressiva do trabalho e o crescente desenvolvimento distorcido do potencial humano”, referenciado nos trabalhos de Marx (2011), Vigotski (1930) destaca que, se anteriormente o trabalhador iniciava o movimento da ferramenta, ele mesmo em sua autonomia de produção, com o advento do capitalismo, e a utilização de máquinas necessárias a produção em larga escala, o trabalhador é forçado a acompanhar o movimento da máquina.

Ainda que, não realize um trabalho especificamente industrial, todo trabalho realizado sob sistema capitalista será determinado por ele e estruturado em suas características de competição, exploração da força de trabalho, que fomenta a constituição de características que deverão ser úteis à manutenção e reprodução do sistema socioeconômico, retardando as possibilidades de desenvolvimento integral humano.

Considerando especificamente o trabalho do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social, os usuários do serviço com quem este profissional irá trabalhar ou trabalhou podem vir a ganhar características de promoção de consciência, prevenção e atenção às famílias configuradas nas mais variadas formas.

Essas possibilidades decorrem de o contexto social de acirramento do capitalismo neoliberal, com altos índices de desemprego, miserabilidade e instabilidade. Ou seja, está relacionado a constituição de sujeitos com alta vulnerabilidade objetiva e subjetiva. Se o psicólogo trabalhar com o entendimento e modelo de mundo não estático, muito provavelmente vai enfrentar a este o padrão referencial de como o mundo deve ser parte de si mesmo, isso irá se expressar na maneira como irá organizar e executar suas ações. Cabe destacar que essa limitação ideológica não é responsabilidade deste psicólogo em específico, muito pelo contrário, expressa uma questão posta historicamente ao desenvolvimento da ciência psicológica, na composição da mesma que culmina em uma atuação fragmentada na sociedade.

4. ENTÃO, VOCÊ, A GENTE (por) UM TRABALHO VAI (para) CRAS.

Neste capítulo discorreremos alguns aspectos a respeito da categoria trabalho, a sua análise confere em um dos pontos centrais evocados e expressos no pensamento do sujeito representativo na presente pesquisa. Além disto, embasados na teoria psicológica sócio histórica reconhecemos o trabalho como sendo uma das categorias fundamentais desta teoria psicológica, ou seja, consideramos que é pelo trabalho, tido como fenômeno que se realiza a análise e interpretação e permite a compreensão da constituição dos sujeitos na sociedade.

A concepção de trabalho compreende diversos significados, historicamente constituídos de acordo com o modo de organização social dos homens. Em síntese, o trabalho se caracteriza em uma atividade realizada pelo homem, geralmente em um coletivo para garantir a satisfação de suas necessidades, sobretudo a necessidade de sobrevivência.

Conforme pontuado por Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem que reproduzir (...) Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem”. (2013, p.36-37). Sendo assim, o modo como é organizado o sistema de produção para suprir as necessidades e a sua sobrevivência, também determina o modo como se constituem as relações sociais entre os sujeitos e sociedade, isto porque mediados pelas relações sociais permeadas pelo modo de produção econômico estabelecido é que se dá a constituição e o desenvolvimento e/ou limites de suas potencialidades humanas.

Embasado na concepção marxiana que explica as relações de trabalho no modelo de produção capitalista, e fundamentado nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, Vigotski compreende que através da realização do trabalho o homem não só transforma a natureza e neste processo modifica a si mesmo por ser esta ação constitutiva de ambos; mas também o trabalho está ontologicamente ligado ao processo de constituição do psiquismo humano. De acordo com Palangana (2015):

A influência de Marx e Engels sobre o pensamento de Vygotsky vai muito além da analogia entre signos e instrumentos. O próprio Vygotsky afirma que o cerne da sua teoria, ou seja, sua proposta metodológica, é decorrente da epistemologia dialético-materialista. Para Marx, o desenvolvimento da

consciência social não tem história independente da existência material, sendo por esta determinado. Ao analisar o desenvolvimento da consciência ou do pensamento individual, Vygotsky transpõe, integralmente, para esta análise, a concepção marxista de consciência social. (...) É participando ativamente na coletividade, partilhando das relações de trabalho, que o sujeito apropria-se da linguagem, dos instrumentos físicos produzidos historicamente, do conhecimento acumulado pelas gerações precedentes e culturalmente disponível. Assim, como os instrumentos de trabalho mudam no decorrer da história, na mesma medida transformam-se também os instrumentos de pensamento. (2015, p.111)

Conforme explica o autor referido, se faz necessário à psicologia admitir, sobretudo, o papel do trabalho no desenvolvimento e constituição das funções psicológicas superiores – uma vez que, na realização das transformações da realidade por meio do trabalho, houve também o gradual ao processo de hominização.

Dessa forma na realização do trabalho e a transformação do meio, o ser humano foi adaptando às suas necessidades de sobrevivência o meio, sendo esta uma características que diferenciam a realização da atividade humana de todos os outros animais. Como destaca Luria (1986):

O homem vive não só no mundo das impressões imediatas, mas também no mundo dos conceitos abstratos. Acumula não só sua experiência visual imediata, mas também assimila a experiência social, formulada no sistema dos conceitos abstratos. Consequentemente o homem, diferentemente dos animais, pode operar não somente em um plano imediato, mas também em um plano abstrato, penetrando assim profundamente na essência das coisas e suas relações. Desta forma, diferente dos animais, o homem domina novas formas de refletir a realidade, não por meio da experiência sensível imediata, mas sim da experiência abstrata racional. Esta é a particularidade que caracteriza a consciência humana, diferenciando do psiquismo dos animais. (1986, p.13)

Para que houvesse o desenvolvimento e constituição de pensamento, houve a necessidade do desenvolvimento do aparato biológico humano, simultâneo a este percurso de realização da atividade do homem no mundo, o momento mais importante foi o que este adotou a posição bípede, deixando suas mãos livres, permitindo o manuseio deste órgão para a busca de alimentos que passam a ser pinçados, coletados. Contudo, para a realização de uma ação, motivada por uma necessidade, antes é necessário que tal realização exista na mente, como imagem psíquica, que mediatiza a sua realização, portanto não motivado apenas por necessidades biológicas, mas também a partir de determinações históricas, conforme destaca Engels:

A mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação às novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia aos quadros de Rafael, às estatuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (1876, p. 7-8)

Vigotski (2004) esclarece em seus estudos que, assim como os homens realizam a invenção e uso dos instrumentos físicos de trabalho para a transformação da realidade, de modo análogo no campo psicológico o homem estabelece socialmente instrumentos psicológicos constituídos em signos para se relacionar, assim, o homem é constituído e mediado nas relações sociais na realização das atividades em coletivo. É no processo de apropriação e internalização das atividades culturalmente estabelecidos que se constituem as funções psicológicas superiores. Neste ínterim a utilização da linguagem, por meio de signos, passa a significar os objetos como meio expressão na realização de seus afazeres, mas também nesse processo desenvolve seu pensamento e a si próprio.

Assim, Vigotski (2004) explica que a origem destes processos psíquicos de constituição da consciência, devem ser buscados nas relações que o sujeito mantém com o mundo exterior, em sua atividade no mundo. Dessa forma, a teoria psicológica sócio histórica elucida que:

A atividade vital humana caracteriza-se pelo trabalho social e este, mediante a divisão de suas funções, origina novas formas de comportamento, independentes dos motivos biológicos elementares. A conduta já não está determinada por motivos instintivos diretos. Desde um ponto de vista biológico, não há nenhum sentido em atirar sementes na terra em lugar de come-las, em espantar a presa ao invés de captura-la diretamente, ou afiar uma pedra se não se tem em conta que essas ações serão incluídas em uma atividade social complexa. O trabalho social e a divisão do trabalho provocam a aparição de motivos sociais de comportamento. (LURIA, 1986, p.21)

Portanto, são precisamente nas condições objetivas que devem ser buscadas as explicações para a compreensão do processo de constituição da consciência.

Baseados nesta teoria psicológica para a realização da interpretação do discurso do nosso sujeito representativo, a afirmação enunciada: “(por) UM TRABALHO VAI (para) CRAS”, nos permite confirmar as explicações materialistas

históricas e dialéticas da constituição do ser humano, e também das relações sociais instituídas na sociedade que se estruturam mediados pelo trabalho.

O trabalho na sociedade capitalista, conforme expresso em seu pensamento e explicado nos estudos Marx (2011), se realiza no modo de produção capitalista na forma específica de emprego. Esta atividade é uma forma específica de trabalho, que sustenta a organização da produção no sistema capitalista e que se caracteriza fundamentalmente pela venda da força de trabalho. Ou seja, é resultante da transformação da força de trabalho em mercadoria como outra qualquer, que passa a ser vendida em troca de um salário.

É pertinente destacar que houveram, historicamente, diferentes modos de produção de vida predominantes tais como o escravismo, feudalismo, contudo, cabe também pontuar que é no modo de produção vigente que se configura um ponto específico de cisão na relação do homem com a produção de seu trabalho. Destaca-se, conforme Wood (2001), que foi no capitalismo que consolidaram mudanças cruciais na concepção do trabalho, trata-se de uma transformação completa das relações implicadas nas práticas de ação humanas, isto porque:

Somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente “econômicos”. Como os produtores diretos, no capitalismo plenamente desenvolvido, são desprovidos de propriedade, e como seu único acesso aos meios de produção, aos requisitos de sua própria reprodução e até aos meios de seu próprio trabalho é a venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem coação direta (WOOD, 2001, p.77).

Dessa maneira, a estruturação do trabalho neste modo de produção é demarcada por duas classes sociais principais: a burguesia e o proletariado. Sendo a burguesia detentora dos meios de produção, e o proletariado destinado a vender sua força de trabalho para sobreviver, “o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas a ele pertencentes” (MARX, 2011). Portanto, resta ao trabalhador no modo de produção de vida capitalista, vender sua força de trabalho para garantir sua existência.

Nesta presente pesquisa, as condições objetivas trabalho em análise são as que estão regulamentadas e estabelecidas nas Políticas Sociais, em específico - a

atuação do psicólogo no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). Desse modo, para que possamos compreender as múltiplas determinações que esbarram na realização dessa atuação neste local específico, é preciso compreender também a que modo tal política social foi construída historicamente.

Conforme discutimos anteriormente, no capítulo dois, no Brasil, o poder burguês foi acomodado historicamente aos interesses da aristocracia rural numa aliança que tratava de reprimir quaisquer manifestações contra a manutenção dos seus privilégios, sendo marca social a predominância do conservadorismo da dominação burguesa. A persistência do trabalho escravo deixou importantes traços no modo como veio a se configurar o trabalho livre no país, como se consistisse em um desdobramento do trabalho escravo (FERNANDES, 1987 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Nisso reside o modo a qual culturalmente foi constituído o a articulação e ação do movimento operário (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.77). Foram engendradas na cultura desde a fundação relações sociais de exploração do trabalho, via escravismo, justificado em benfeitoria e ajuda. Esse cenário deixou marcas profundas nas articulações entre as classes, nos valores, na ética e nas condições de trabalho no país. No que diz respeito a pobreza, esta passa a ser reconhecida como questão social pelo Estado a partir da década de 1930. Até então não existia uma legislação social no país, ainda que houvesse algumas iniciativas e reivindicações por parte da classe operária. Parte dessas iniciativas visava a garantia de direitos relacionadas às condições de trabalho, tais como: regulamentação do trabalho infantil, e jornada de trabalho em doze horas, no entanto essas leis não foram efetivamente asseguradas.

Naquele contexto histórico, surgiram as primeiras Políticas Sociais no país, voltadas à Proteção do Trabalho, a partir destas dá-se início as primeiras ações da Assistência Social. Assim sendo, em 1930, foram criados o Ministério do Trabalho, e dois anos depois a Carteira de Trabalho, que passou a garantir alguns direitos a quem possuía, portanto a garantia de alguns direitos era destinada aos portadores de emprego registrado em carteira, logo considerados como cidadãos.

A iniciativa regulatória por parte do Estado em relação ao trabalho, segue a referência de ações dos países desenvolvidos do capitalismo central. Nesse sentido, teve como objetivo atender, minimamente, as necessidades da classe trabalhadora

para que esta continuasse a vender e reproduzir de sua força de trabalho, sustentando a manutenção do sistema capitalista.

Cabe destacar que a cobertura destas iniciativas de um sistema de proteção social e políticas sociais, eram destinadas apenas aos trabalhadores de carteiras de registradas, especialmente da indústria, portanto, trabalhadores informais ou desempregados estavam a margem desses direitos. Assim, as camadas pauperizadas ficavam a cargo de ações filantrópicas de caridade geridas pela igreja católica e que a partir do governo Vargas recebem incentivo e passam a ser regulamentadas.

Cabe elucidar que, é ligado ao processo de desenvolvimento e manutenção do modo de produção capitalista, e a exacerbação da pobreza que algumas ações passaram a ser tomadas para lidar com a questão da pobreza, isto por que a necessidade de manutenção de um exército de reserva de força de trabalho, ainda que em condições de miserabilidade é pertinente a continuidade desse modelo de produção econômico.

Nessa retomada no contexto histórico de consolidação das políticas sociais, que, de modo geral, advém em um contexto histórico específico, como parte das necessidades de reestruturação do próprio modo de produção capitalista, e vão se modificando sempre que surgem novas necessidades.

Após inúmeros desdobramentos políticos sociais e econômicos permeadas em negociações e lutas pela garantia de direitos sociais um dos marcos significativos para a legitimação da política social, ocorreu somente na Constituição Federal em 1988, contudo conforme explicita Yamamoto & Oliveira (2010),

O período após a promulgação da Constituição não convalidou a condição da assistência social como política pública, nem como integrante da seguridade social, pois, nesse período, o Brasil ainda encontrava-se num momento de redefinição dos seus rumos políticos e preparava-se para a sua primeira eleição direta após 21 anos de ditadura militar. Assim, só em 1990, após as eleições, é que o novo Congresso começa a aprovar as leis regulamentadoras: da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7.853); o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069); a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080); o Sistema Único de Saúde (Lei 8.142). (2010, p.17)

Somente 2005, a Assistência Social passou a ser desdobrada nacionalmente e efetivada como Política Social no país por meio da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que constitui um conjunto de serviços de assistência

social para todo o território nacional. A partir do novo formato intensificou-se a participação popular e as diversas esferas de governo em ações e relações firmadas num pacto federativo para a implementação da política de assistência social, substanciados em conceitos integradores, voltados a universalização do direito e da cidadania.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implantado 15 anos após o SUS, em 2005, é a grande estratégia de operacionalização das propostas do Fome Zero no que se refere à assistência social. Agrega a proteção social, a inclusão produtiva, a segurança alimentar e nutricional e o Programa Bolsa Família (PBF). Em adição, o SUAS possui uma rede própria de avaliação e gestão de informação (MDS, 2004). Apresenta um modelo de gestão descentralizado e participativo, pautado pela regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p.18)

Desse modo, representa uma reforma significativa no formato e nas ações da política de assistência social. O cenário se apresenta como desafio a estruturação, regulação, monitoramento e avaliação dos programas, projetos e serviços oferecidos aos usuários. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS apresenta diretrizes norteadoras do que se pretende para as ações do SUAS. Reafirmando as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, como um marco na intenção da construção e consolidação do novo modelo de gestão. Assim, o documento dá subsídio quanto a articulação do conjunto de serviços continuados, benefícios, programas e projetos.

Nesse processo de construção e materialização da política, em 2005 se desdobram a partir da PNAS outras normativas com novas definições detalhadas para a operacionalização dos serviços. Com a aprovação a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, inicia uma série de normatizações que estruturam a política, são elas: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/ 2006 e atualizada em 2011); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (de 2009 e atualizada em 2014), e a Nova Norma Operacional Básica (atualizada em 2012).

Essas mudanças são significativas no plano subjetivo e objetivo e refletem nas implementações da política pública, principalmente em se tratando do campo da assistência social que historicamente foram negligenciadas, como pontuam as pesquisadoras Behring e Boschetti,

É a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como morosidade na sua

regulamentação como direito (a LOAS só foi sancionada em 1993 e efetivada a partir de 1995), redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e os programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos; manutenção e mesmo reforço do caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços, sobretudo os dirigidos às pessoas idosas e com deficiência; e permanência de apelos e ações clientelistas (Behring, 2000; Boschetti, 2003) e ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído a partir de 2004, se propõe alterar esse quadro e, neste cenário tão difícil, traz avanços que precisam ser reconhecidos, a exemplo de uma concretização do sistema descentralizado e participativo que considera a dimensão territorial e fortalece as proposições da LOAS quanto à articulação entre Planos, Fundos e Conselhos, diferentemente dos governos anteriores. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 161-162)

No que diz respeito a organização do SUAS, a partir das diretrizes da PNAS, outro importante documento que deu sustentação a efetivação dos serviços foi meio da delimitação das Normas Operacionais Básicas (NOB Básica), essa normativa permitiu a padronização dos serviços socioassistenciais, respeitando as diferenças locais, essas diretrizes norteadoras do SUAS determinam: a descentralização político-administrativa, a participação popular, a primazia da responsabilidade do estado e a centralidade na família. Dentre os eixos os quais se estrutura, destaca-se a matricialidade familiar, e a territorialização.

O caráter desta norma operacional diz respeito a um novo patamar necessário para o aprimoramento do SUAS, por meio da introdução de novas estratégias de financiamento e gestão, consubstanciadas na instituição dos blocos de financiamento, na pactuação de prioridades e metas, valorização da informação, do monitoramento e do planejamento como ferramentas de gestão e na instituição de um novo regime de colaboração entre os entes, por meio do apoio técnico e financeiro, orientado por prioridades e para o alcance das metas de aprimoramento do sistema (NOB/SUAS 2012, p. 15).

Das particularidades da operacionalização do sistema, a NOB/SUAS consolida a estrutura dos serviços em hierarquias de atenção a partir de níveis de proteção social e complexidades (subdivididas em básica, médias e altas), apresentando novas lógicas na gestão dos serviços e atendimento. A intenção é consolidar uma rede de serviços socioassistencial que possibilite o enfrentamento da questão social, e promova continuidade neste processo. Assim, a normativa estabelece uma articulação entre serviços de proteção básica e proteção especial.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, destinado a atendimentos de média complexidade, deve contar com equipamentos e uma equipe

de profissionais para realizar o acolhimento, identificação, encaminhamentos, orientação e inclusão nos programas de transferência de renda mínima, bem como a oferecer serviços e apoio ao grupo familiar por meio dos programas e projetos da área de assistência social ofertados naquela unidade. Por se tratar do nível de proteção básica, se configura como “porta de entrada” e primeiro contato desta população em vulnerabilidade social a estes programas de assistência.

No que diz respeito ao alcance desta população em vulnerabilidade é considerável as ações realizadas por meio da implementação do SUAS, os serviços desta política pública de assistência social passam a ser consubstanciados e concretizados, e alcança significativa parcela da população em vulnerabilidade social, buscando promover ações efetivas no enfrentamento da pobreza, tal proposta de ação frente a questão social se diferencia do modo como vinha sendo enfrentado historicamente no país.

Para garantia da realização de um serviço de qualidade, a política de assistência social passa a ter a previsão e exigência de ser exercida por profissionais preparados para tal demanda, diferente do que acontecia anteriormente, em que bastaria a boa vontade em ajudar para realizar ações de apoio socioassistencial. Ou seja, com a consolidação dos serviços por meio do SUAS, e a institucionalização da política pública, os serviços passam a ser realizados por profissionais da área, garantindo acesso a um serviço efetuado por um profissional qualificado para tal, não por benfeitoria ou favor mas como direito social ao cidadão.

A partir de todas essas transformações apresentadas no campo da assistência social, os profissionais inseridos nessa rede de trabalho devem estar qualificados para atuar de acordo com as normativas. Devem exercer sua profissão por meio de seus instrumentos de trabalho utilizando de seus conhecimentos teórico-metodológicos, operacionais e éticos. Dentre os profissionais previstos para atuar neste campo estão os psicólogos.

Embora as conquistas no campo desta política social tenham sido consideráveis historicamente, sobretudo a constituição e implementação do SUAS, a área de atuação permanece marcada com múltiplos limites concretos que inviabilizam o desenvolvimento de um trabalho efetivo. Conforme pontua a pesquisadora Oliveira *et al.* (2017),

Um dos problemas que acometem as políticas públicas é o hiato entre sua concepção e sua execução. Os princípios doutrinários e as diretrizes são ideias que dizem de uma concepção de direito social, do papel do Estado, do combate à desigualdade, de análise de contexto. Já as propostas operacionais se baseiam em ações, metas, procedimentos. Essa transposição da ideia ao ato permite variadas interpretações, pois o que emerge como uma direção do trabalho pode ser executada de formas bem peculiares a depender do perfil profissional, da equipe, da organização do serviço, dos pactos políticos firmados formal ou informalmente, para dizer de algumas mediações. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.298)

Considerando que é neste contexto que se estrutura e desenvolve a política de assistência social no país, buscamos compreender a que modo tais mediações modificam a consciência do psicólogo inserido neste campo de trabalho. Quais são as múltiplas determinações que possibilitam e também limitam a efetiva ação para uma transformação social por meio por meio das teorias e técnicas da ciência psicológica.

Conforme exposto no enunciado resultante da entrevista pelo psicólogo que atua neste campo, “a gente (por) um trabalho vai (para) CRAS”. Podemos interpretar no discurso do sujeito representativo desta pesquisa que o profissional está inserido neste campo de atuação, por sua necessidade de inserção no mercado de trabalho, uma vez que encontra-se inserido no modo de produção capitalista. Assim, o psicólogo como qualquer outro trabalhador vende sua força de trabalho para garantir sua subsistência. Tal expressão também converge com resultados apresentados em pesquisas referente ao movimento de inserção da psicologia nestes espaços de trabalho. Conforme discutido por Yamamoto e Oliveira (2010):

A crise geral do capitalismo, refletida em nosso país com o fracasso do milagre econômico, gerou uma queda nos níveis de emprego e uma diminuição acentuada nos padrões de consumo da classe média – grande consumidora dos serviços psicológicos. A escassez do mercado de trabalho associa-se às discussões acadêmicas acerca da relevância social da profissão que, até então, parecia não considerar as camadas de menor renda como alvo de sua atenção, e empurram o psicólogo para novos espaços capazes de absorver a sua mão de obra. (Yamamoto e Oliveira, 2010, p. 16)

Por outro lado, essa expressão do enunciado também permite interpretarmos que provavelmente não houve um planejamento de carreira, ou direcionamento de um plano de trabalho que intencionasse esse campo. Tal situação parece plausível, uma vez que a ênfase em geral da formação profissional para atuar num campo em que a pobreza e a necessidade material se apresenta como urgência imediata e concreta é ausente nos cursos de psicologia, de modo que essa condição não está relacionada

a um psicólogo específico, mas ao modo como ainda hoje o currículo para a formação em psicologia está organizado em suas ênfases de ensino.

4.1 PSICÓLOGO PENSA (QUE) TEM DESSA ATIVIDADE ENTENDER MUITO / (NA) REALIDADE, (O) CONHECIMENTO (SE) CONSEGUE (NA) PRÁTICA, (NO) FAZER, (NA) ATUAÇÃO

A formação profissional em Psicologia historicamente, tem seu currículo baseado em uma preparação profissional para uma atuação tradicional no mercado de trabalho, com ênfase em atuações em espaços historicamente convencionais ao psicólogo como a clínica, a escola e a indústria. Assim sendo, não esteve orientada a produzir referencial teórico para atuar junto a pobreza, isto é, a psicologia tradicional se constitui sob a égide do capitalismo, direcionada a responder problemáticas elitizadas, da ordem do indivíduo burguês, cindido da sociedade, baseada num entendimento de um sofrimento subjetivo descolado da realidade em que está inserido.

Como aponta Tuleski,

A psicologia burguesa, por seu caráter a-histórico, estabelece ou generaliza, por um lado, ao conjunto da sociedade as características psicológicas de uma determinada classe (a burguesa), estabelecendo estágios de desenvolvimento (motores, afetivos, cognitivos) que independem da origem social ou cultural dos indivíduos e, por outro psicologiza as diferenças originárias das diferenças de classe por meio da ideologia dos talentos e inclinações naturais que justificam, entre outras coisas, a própria divisão do trabalho e as possibilidades de ascensão dos indivíduos na hierarquia social (TULESKI, 2012, p. 112)

Assim, as teorias psicológicas, em geral, se constituem a partir de um modelo de indivíduo burguês, o profissional formado a partir de tais teorias ao se deparar com a realidade concreta, determinada por múltiplas questões de ordem política econômica e social é confrontado em seu conhecimento teórico, e provocado a perceber os limites de seu conhecimento teórico. Assim, ao expressar que “PSICÓLOGO PENSA (QUE) TEM DESSA ATIVIDADE ENTENDER MUITO”, o psicólogo demonstra que em sua formação profissional, embora constitua um saber acerca das questões psicológicas, de modo que ao graduar-se como o psicólogo torna-se preparado para pensar e estar apto a atuar na sociedade por meio dos

instrumentos técnicos psicológicos. Mas, quando se depara com a realidade se dá conta das contradições postas na sociedade e percebe a insuficiência da ciência psicológica na solução dos problemas que produzem sofrimento na sociedade.

Com isso, evidencia que ao iniciar sua atuação o psicólogo pressupõe, a partir de teorias apreendidas, um meio possível de interpretação da realidade para agir. Contudo, percebe ser insuficiente nesse campo específico.

É certo que, um dos instrumentos fundamentais aos psicólogos para atuação na realidade, são teorias psicológicas, que embasam sua capacidade de análise e intervenção. Contudo, ao mesmo tempo que cabe a ao profissional uma leitura da realidade a partir de um referencial teórico, é necessário a este profissional a capacidade de abstração para pensar a partir da realidade concreta, buscando abstrair suas determinações – e não o contrário. Realizar uma interpretação da realidade a partir de teorias que não buscam apreender a realidade concreta do fenômeno impedirão a uma atuação que considere as múltiplas determinações dos fenômenos encontrados na realidade em seu trabalho, por vezes imobilizando o trabalhador quanto as suas possibilidades de ação, assim, este profissional estará orientado ao uso de instrumentos engessados tais como protocolos pré-estabelecidos e formatados genericamente como única opção possível para ação neste espaço, descaracterizando sua atuação como profissional que realiza transformações sociais.

Dessa maneira, podemos interpretar que para o nosso Sujeito Representativo, e para parte significativa dos psicólogos que se encontram nessa área, a condição da vivência que “(na) REALIDADE, (com o) CONHECIMENTO (que) CONSIGO (na) PRÁTICA (e), TAMBÉM (no) FAZER (na) ATUAÇÃO” demonstra que a psicologia como mediadora do seu trabalho não construiu e nem lhe transmitiu conhecimentos sobre como, no processo de internalização dos significados e apropriação dos signos que compõem as construções históricas externas deve atuar.

O que foi desenvolvido e transformado na e pela sociedade, permite a atuação eficiente dos psicólogos na realidade objetiva com os conhecimentos dos sujeitos burgueses. Para isto o sujeito os significados e sentidos que os psicólogos atribuem nas suas interpretações ficam de acordo com a atividade a qual o signo está relacionado. Conforme o sentido atribuído pelo sujeito ao signo no movimento

intrapicológico, são reorganizadas suas funções psicológicas superiores, que por sua vez orientam como se portar diante da situação vivenciada.

Enquanto o psicólogo tinha a sua consciência orientada pelo que aprendeu nas teorias psicológicas fundamentadas nos princípios das filosofias idealistas, não significam e nem dão sentido para os processos psicológicos dos sujeitos que vivem e trabalham com a realidade material, concreta; em outra perspectiva, os trabalhadores, usuários dos CRAS constroem as suas consciências sobre a realidade ao apreenderem como o mundo muda porque eles agiram sobre ele.

Somente no trabalho social o psicólogo pode elaborar uma síntese dessas contradições e entender que a psicologia que sabe, não é um instrumento para o seu trabalho, uma vez que:

O significado do qual o sujeito se apropria por meio de sua atividade é socialmente estabelecido e decorre das características presentes no contexto em que ele está inserido, principalmente do modo de produção da vida em diferentes épocas, das instituições etc. Diferentes contextos implicarão diversas formas de explicação da realidade. Portanto, os sentidos que serão construídos pelos indivíduos, no decorrer das suas atividades, são únicos por serem ligados à própria relação com a realidade, mas dependem daquelas relações sociais condensadas nos significados. O significado existe objetivamente, independente dos sujeitos particulares. Entretanto, no indivíduo ele só integra a consciência quando lhe é atribuído um sentido. (SANTOS, LEÃO, 2014, p.42)

Entendemos a partir da teoria psicológica sócio histórica que, é na atividade mediada que se realiza o processo de constituição da consciência, bem como das demais funções psicológicas superiores. É no processo da atividade mediada nas relações sociais que o homem se apropria da cultura, portanto a realização desta apropriação é através da internalização de signos. Este processo de internalização se realiza por meio da linguagem, ou seja, culturalmente é estabelecido um sistema de signos que permitem a comunicação, apreensão e principalmente significação de objetos, fenômenos e situações vivenciadas pelos sujeitos. Permitindo assim para além da comunicação, a representação da realidade concreta em nós mesmos. (Vigotski, 2004).

Assim, é partir dos significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos historicamente, ao longo de suas relações sociais, que esse irá se constituir, continuamente. As demandas sociais e novos espaços para atuação que surgem requisitando aos profissionais pensar e construir novas formas de atuação para uma

ação e a transformação social demandam considerar os aspectos da realidade específica para comporem suas interpretações e ações. Considerando que, os processos se dão primeiro no nível social para depois organizar a consciência. Portanto, ao elaborar e executar sua atuação profissional, o psicólogo está designado a, também, mediar os processos de ressignificação, e redirecionamento dos sentidos dos sujeitos com que trabalha.

Conforme pontua Leão,

Foi a criação e utilização de instrumentos físicos para suprir as limitações biofisiológicas da espécie humana, no trabalho de transformar a natureza para garantir a sobrevivência, que promoveu a constituição dos instrumentos psicológicos para complementarem as limitações para as atividades mentais necessárias à espécie. As principais características de ambos os tipos de instrumentos é serem produtos socioculturais, criações artificiais. (LEÃO, 1999, p.10)

Os instrumentos artificiais são mediadores entre o sujeito e o meio que o circunda, possibilitando, ampliando, e potencializando as ações humanas. Consistem em instrumentos técnicos, as ferramentas materiais elaboradas pelo homem para atender as suas necessidades; e os instrumentos simbólicos, que são construídos pelos homens a partir de sua atividade, e possibilitam a representação da realidade por meio de signos. Os signos, por sua vez, são formas de representação dos significados sociais, e instrumentalizam os processos psicológicos superiores na medida em que reproduzem na consciência dos sujeitos a realidade culturalmente construída e possibilitam ao mesmo organizar as suas atividades no meio em que vive. Dessa forma, “as transformações realizadas pelos sujeitos materializaram-se sob a forma de construções culturais, ao mesmo tempo em que os sujeitos particulares puderam se apropriar dessas construções.” (SANTOS, LEÃO, 2014, p.40)

Como o nosso sujeito da pesquisa considera os conhecimentos psicológicos como limitados para apreender as necessidades no seu trabalho, as mediações instrumentais, que são o ponto central do entendimento de Vigotski (2004) acerca do movimento e da natureza dos processos de constituição do psiquismo humano, deixam de participar das suas atividades e a linguagem.

Mas, como a linguagem é a ação dos signos na atividade humana e as palavras são as unidades de análise e acesso ao pensamento humano, e a palavra constitui o “microcosmos da consciência”, então, guiemo-nos pelo argumento que:

O uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada - muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica. (VIGOTSKY, 2007, p.56)

Devemos concluir que para o seu trabalho, a linguagem conceitual da psicologia é um sistema simbólico significado socialmente, mas não tem permitido a representação das atividades e expressões subjetivas dos sujeitos com os quais trabalha. Por isso, o que se objetiva nas palavras e signos, pode ser compreendido, porque os processos psicológicos são considerados apenas como um aspecto individual – singular.

Essa constatação, que altera a ele próprio como psicólogo, por criar um novo sentido para o que a psicologia, sem a prática, não lhe permitia entender da realidade. Indica que esse foi um processo realizado durante as atividades com os membros da coletividade, mediados por instrumentos culturais, que se lhe mostraram serem limitados e não possibilitarem, assim, uma práxis, pela qual as suas atividades ocorressem orientadas pelos instrumentos práticos e pelos simbólicos. Assim, as suas atividades de trabalho não puderam se organizar como duplamente mediadas por instrumentos técnicos e simbólicos.

Podemos interpretar que as mediações de suas atividades estão modificando a sua consciência e o seu modo de conceber a psicologia. Em Vigotski, o movimento de compreender e dominar o que se faz, está orientado para o movimento de tornar-se consciente de tal ato, portanto modifica sua própria consciência mediado na sua atividade no CRAS, desse modo, nos dizeres de Delari Jr.(2013) ao dialogar com Vigotski:

Trata-se de conceber a consciência como um movimento cognoscitivo e, em última análise, autocognoscitivo. Movimento pelo qual tornamos conhecidos o mundo. Podendo, também, vir a conhecer e, em certo sentido, ter domínio sobre os nossos próprios modos de conhecer o mundo: uma “percepção autorreflexiva”, como diz o próprio autor. Movimento pelo qual tornamos conscientes, isto é, tornamos conhecidos, passíveis de explicação e também, e certo sentido, passíveis de planejamento e controle, determinados aspectos de nossa relação com o mundo que estavam não conscientes para nós. (2013 p.86)

Em Marx (2013), a direção do conhecimento verdadeiro diz respeito a possibilidade de transformação revolucionária da realidade, chegar a este conhecimento verdadeiro da realidade está vinculado a concepção de práxis, ao dialogar com Vázques (1986):

Com Marx, o problema da práxis, como atitude humana transformadora da natureza e da sociedade, passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente. (1986, P.117)

O que lhe impede de realizar a práxis, reside na impossibilidade de ação a partir dos instrumentos teóricos e técnicos tradicionais que possui. A práxis se realizaria caso as condições de modo de produção de vida fossem outras. Para que haja a relação entre teoria e prática, e estas sejam correspondentes na realização da atividade transformadora, a atividade não pode caracterizar-se plena havendo uma cisão entre teoria e prática. Portanto, atuar a partir de uma perspectiva crítica nestes espaços e romper os limites postos neste campo exige do profissional uma leitura de mundo para além de teorias psicológicas tradicionais.

A atuação profissional que visa o entendimento dinâmico e relacional de constituição do ser humano, e possibilita pensar e atuar, criticamente, com a psicologia e suas perspectivas de constituição humana, sobretudo numa perspectiva de transformação social não é interessante à reprodução do modo de produção capitalista, isso porque, a pobreza é, antes de tudo, um fenômeno inerente ao funcionamento do modo de produção atual.

Portanto,

(...) a práxis é, na verdade, atividade teórico-prática; ou seja tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro. Daí ser tão unilateral reduzir a práxis ao elemento teórico, e falar inclusive de uma práxis teórica, como reduzi-la a seu lado material, vendo nela uma atividade exclusivamente material. Pois bem, da mesma maneira que a atividade teórica, subjetiva, por si só, não é práxis, tampouco o é uma atividade material do indivíduo, ainda que possa desembocar na produção de um objeto – como é o caso do ninho feito pelo passáro – quando lhe falta o momento subjetivo, teórico, representado pelo lado consciente dessa atividade. (VAZQUES, 1986, p.241)

A dificuldade de entendimento por parte do psicólogo, da subjetividade humana daqueles que buscam o atendimento nos CRAS reside nos instrumentos, teorias e técnicas, desconsiderarem o meio sócio histórico no qual esses sujeitos vivem. A classe trabalhadora, como a burguesa, tem histórias sociais diferentes, o que faz com que as suas palavras, enquanto unidades de análise psicológica, carreguem significados socialmente estabelecida e sentidos pessoais atribuídos bastante diferentes entre si, pois decorrem das vivências absolutamente diversas dos sujeitos que ali buscam ser atendidos em suas necessidades.

4.2 ACHO POUCO NOSSO OLHAR (da) PSICOLOGIA.

Isto posto, o psicólogo entrevistado chega a tal síntese - ACHO POUCO NOSSO OLHAR (da) PSICOLOGIA. Neste momento, o psicólogo se refere a constatação que nesse campo não se encontra na execução de suas atividades uma coerência direta com o que foi apreendido em sua formação, tal e qual em sua prática, de modo que, subentende, que ali não há possibilidades para a psicologia, ou acaba por insistir em ajustar as teorias psicológicas tradicionais nesse campo de atuação, tais como a atuação por meio da psicoterapia individual.

Portanto, ao identificar a ausência de direcionamentos para tal atividade em sua formação profissional, e ao concluir que o conhecimento que teve, os instrumentos que possui impossibilita identificar, chegar ao conhecimento verdadeiro das mediações que vivencia em sua atividade, constata a insuficiência da psicologia, portanto dá-se a consciência das impossibilidades de atuação a partir de instrumentos das teoria psicológicas tradicionais nesse campo.

De fato, a psicologia burguesa em seu arcabouço teórico tradicional reitera a ideologia da cisão entre indivíduo e sociedade, de modo que ainda hoje, a demanda pelo profissional da psicologia é pensada para ações a nível estritamente individual. A partir de técnicas e prática predominantemente empirista, reduzida ao aparente, reitera a ideologia dominante e a necessidade do psicólogo enquanto profissional que ao exercer sua profissão adota técnicas que correspondem a uma lógica adaptacionista de controle e cerceamento.

Conforme elucida Tuleski (2004):

A psicologia burguesa em seus diversos matizes viria responder a várias questões de sua época em relação ao homem e seu funcionamento psíquico. (...) Enraizada no período reacionário da sociedade burguesa, trouxe para o

interior do indivíduo as contradições sociais, de acordo com a prática e lógica burguesa, tentando explicar tais contradições como inerentes à condição humana, pela via individual e não coletiva. (TULESKI, 2004, p.138)

Isto porque, historicamente, a psicologia se constitui em teorias tradicionais que consolidam a subjetividade como sendo uma produção da ordem do particular estritamente singular, ainda que a possibilidade de existência do indivíduo seja somente a partir da sociedade. De modo geral, as diversas matizes teóricas surgem como resposta as questões dos homens diante de suas contradições como algo separado da sociedade em que ele vive.

Deste modo, quando pensamos a formação em psicologia, ainda hoje consolidada num arcabouço teórico tradicional, compreendemos que o profissional em formação aprende as diversas teorias psicológicas. Mas, ao se apropriar de um conhecimento e proposição de interpretação do mundo, passará a se orientar a partir dele. Entendemos, com base nos pressupostos teóricos de Vigotski (2004), que no processo de formação o sujeito realiza a internalização de tais conceitos da ciência psicológica, e passa a operar na realidade a partir desta visão de mundo, constituída a partir dos conceitos teóricos, portanto instrumentos psicológicos apropriados ao longo de sua formação acadêmica. Explica Almeida *et al.*:

Conforme os postulados de Vigotski (2001), internalizamos o mundo mediado pelo sistema de conceitos produzido socialmente nas relações materiais entre os homens. Isso significa que nossas expressões, impressões e sensações objetivas, a partir das quais se constitui nossa concepção de mundo, são orientadas pelas mediações do outro e pelos significados atribuídos histórica e socialmente aos objetos e fenômenos. (2011, P. 553)

Contudo, articular o pensamento a partir de conceitos, ou seja, estruturar um modo de pensar, é um devir que se constitui no movimento histórico, uma vez que mediado pela linguagem e pelo desenvolvimento das funções psicológicas superiores que serão apropriados os signos sociais correspondentes a determinada cultura. Com isso, apropria-se do modo de pensar, agir e sentir da sociedade. Ao internalizar um esquema de signos sociais, apreende seus significados, e mediados nas atividades pelas relações sociais estabelecidas produz um sentido pessoal.

Dessa forma, o psicólogo – sujeito da presente pesquisa, bem como todo profissional em formação – ao se apropriar de um sistema teórico conceitual passa a

explicar o mundo a partir deste referencial. Assim, tendo apreendido possibilidades de pensar e interpretar o mundo a partir das teorias psicológicas, aqui posto em discussão, o sujeito irá orientar-se no mundo a partir de tal modo de pensar.

Assim, ainda que as teorias psicológicas tradicionais organizem e orientem cientificamente as atividades dos psicólogos em sua atuação, ao deparar-se com as contradições postas na realidade concreta, os instrumentos psicológicos encontram seu limite, se tornam ineficientes diante das necessidades reais escancaradas pela desigualdade social inerente ao modo de produção capitalista. As questões que apresentam na ordem das necessidades do sujeito que chegam até o CRAS, são questões como fome, condições mínimas de vida, trabalho etc, que escapam as explicações idealistas e/ou empiristas predominantemente presentes nas teorias psicológicas.

Colocando-se numa perspectiva marxiana, a psicologia deveria tomar como seu objeto não o indivíduo empírico, como ocorre predominantemente, mas o indivíduo concreto. O empírico é aquilo que cai sob o campo de nossa percepção sensível; é o aparente, aquilo que aparece diante de nós. É, portanto, de certo modo, uma abstração, pois nossa percepção sensível não alcança as múltiplas conexões e relações que o configuram. Em contrapartida, como assinala Marx (1973, p.229) no Método da economia política, “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”. Assim, apreender o indivíduo em termos concretos significa considera-lo síntese de múltiplas determinações, síntese de relações sociais, o que coincide com a definição de homem enunciada por Marx na sexta tese sobre Feuerbach: o homem é o conjunto das relações sociais. (SAVIANI, IN: Duarte, 2004, p.44-45)

A psicologia, como área de conhecimento não resolverá as contradições apresentadas no campo da assistência social que é composto por múltiplas determinações. Para exercer sua atuação o psicólogo deve estar atento as mediações da realidade que determinarão a que modo deverá orientar sua prática, estabelecendo caminhos e possibilidades. Para tanto, é fundamental ao profissional a capacidade de reflexão e crítica diante das contradições que se apresentam na sociedade. Ter consciência das múltiplas determinações que o atravessam neste processo deverá possibilitar o reconhecimento de si e seus limites, bem como orienta-lo diante das dificuldades e entraves encontrados. Conforme pontuado por Delari Jr.:

Trata-se de dizer que a consciência (de um ser humano), não apenas é condicionada por sua vida, como também compõe o próprio movimento de sua vida. (...) A dimensão dada, agora, à consciência, ainda tida como atividade inalienável ao próprio ser humano consciente, mostra ser, antes, a

de uma possibilidade ativa deste ser humano regular suas próprias ações, mediante uma meta que pode projetar mesmo antes de iniciá-la. Nota-se que as noções de subordinação e derivação da consciência a partir dos processos vitais, dos quais cada ser humano não pode ter estrito domínio (posto que condicionados a tramas políticas e econômicas não criadas pelo indivíduo), tencionam-se com a noção de que há uma postura ativa do homem no processo de transformação da natureza mediante a formulação de projetos aos quais subordina voluntariamente suas ações. Por um lado a consciência deriva da vida material dos homens em suas relações concretas de trabalho, por outro só há trabalho no sentido propriamente humano quando se coloca em jogo se caráter consciente e voluntário. (2013, p. 76-77)

Evidencia-se em seu discurso a contradição que o constitui, e como sujeito representativo, também dos psicólogos que atuam neste campo. O conhecimento para atuação no CRAS é compreendido na prática, na medida em que as ações que realizam, assim, será na realização desta atividade que o conhecimento para realização da atuação se concretizará, e que também encontrará as contradições pertinentes a psicologia e este campo de atuação. Ainda que seja POUCO NOSSO OLHAR (da) PSICOLOGIA, é ao ser levada a prática que o nosso sujeito representativo, desvela os limites da psicologia e portanto a partir de tais lacunas é que precisa ser pensada.

O trecho acima, delimita, o ponto principal de reflexão vivenciado por ele, o sujeito da pesquisa. Expresso no discurso, revela a consciência que adquiriu ao longo do acumulo de atividades no CRAS, ao reconhecer limites. Nesse sentido, abre-se possibilidades de questionar os limites, e também, a sua atuação por meio das teorias psicológicas tradicionais apreendidas em sua formação. Admite-se, assim, a necessidade de buscar respostas para além de seu sistema teórico de explicação, do mundo. Aponta Vigotski:

As mais complexas contradições da metodologia psicológica recaem sobre o terreno da prática, porque somente aí podem encontrar solução. Nesse terreno as discussões deixam de ser estéreis e chega-se a resultados. O método, ou seja, o caminho seguido, é visto como um meio de cognição: mas o método é determinado em todos os seus pontos pelo objetivo a que conduz. Por isso, a prática reestrutura toda a metodologia da ciência. (VIGOTSKI, 2004c, p.346)

Os dados apontados na pesquisa de doutorado “Atuação dos profissionais de psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social”, de Macêdo (2014) convergem com a nossa discussão, ao relatar que nos discursos dos profissionais da psicologia entrevistados, quando foram questionados acerca de

suas práticas ficou demarcado em suas respostas que conseguem: descrever o que é feito, como é feito e para quem, ocultando-se o para quê, e sem saber, portanto, a dimensão política de suas ações. Sendo assim, reproduzem um fazer estritamente técnico, pondo em prática ações sem refletir acerca do propósito e alcance das mesmas. Quando, de fato, a exigência imperativa nesse campo passa a ser a de reinventar as práticas conforme a apropriação das mediações que atravessam a atuação no CRAS, visando a ampliação da consciência de classe dos sujeitos atendidos para a construção de uma ação de transformação efetiva em sua condição social.

Nesse sentido, a atuação da psicologia não deve ser realizada de modo respondente - sem uma análise crítica da totalidade e das consequências de suas ações. Agir de modo pragmático sem reflexões em torno das ações é atuar baseado no senso comum. Para Vigotski (2004), a dialética da psicologia, seria, por sua vez a dialética do homem como objeto da psicologia e a psicologia geral por ele defendida teria como princípio máximo, método e critério fundamental, a busca da correspondência entre pensamento e realidade objetiva (TULESKI, IN: DUARTE, 2004, p.128)

A atividade prática implica não apenas na sujeição de seu lado material a seu lado ideal, como também na modificação do ideal em face das exigências do próprio real (matéria-prima, atos objetivos, instrumentos ou meios e produtos). A prática requer um constante vai-e-vem de um plano a outro, o que só pode ser assegurado se a consciência se mostrar ativa ao longo de todo o processo prático. Resulta daí que se é certo que a atividade prática, sobretudo como práxis individual, é inseparável dos fins que a consciência traça, estes fins não se apresentam como produtos acabados, mas sim num processo que só termina quando a finalidade ou resultado ideal, depois de sofrer as mudanças impostas pelo processo prático, já é um produto real. (VAZQUES, 1986, p.243)

Contudo, o que ocorre nestes espaços de atuação é o assistencialismo e a burocratização, mecanização dos atendimentos às classes populares, caracterizando as relações sociais em relações baseadas no alcance de metas e números pré-determinados por cada região. Dessa forma, os Centro de Referência de Assistência Social atuam como um aparelho do Estado, que “finge” ações frente as questões sociais, quando na realidade instrumentaliza as ações dos profissionais nesse campo de atuação visando o controle e contenção social, a respeito das contradições existentes na sociedade, trataremos no capítulo seguinte.

5. HOJE (para) ALGUNS (que) TRABALHAM AQUII, FICAM MESMO ESPAÇOS (de) PODER

Neste capítulo, de acordo com o exposto no enunciado, discutimos sobre a recorrência a práticas de psicologia baseadas em teorias tradicionais, bem como os espaços de poder presentes no campo de atuação do CRAS.

Em uma perspectiva tradicional, as políticas sociais são definidas como sendo ações redistributivas do Estado e consistem em ações que tem por finalidade corrigir os efeitos negativos produzidos pelo acúmulo capitalista, e portanto reverter as desigualdades sociais, de certo modo entendidas como “naturais” (PASTORINI, 1997). A partir desta perspectiva, é posta a figura do Estado como provedor, comprometido com o bem comum – como instrumento que atende igualmente as necessidade e diversos interesses da sociedade.

Entretanto, a partir de uma análise marxista da estrutura socioeconômica, torna-se evidente a relação existente entre as desigualdades sociais, políticas sociais e acumulação e valorização do capital. A pobreza e miserabilidade é inerente ao modo de produção capitalista. As relações sócio-político-econômica que determinam esse cenário são diversas e antagônicas, como elucida Pastorini (1997, p.86) “não existe uma relação bipolar, mas sim múltipla e que envolve ao menos três sujeitos protagônicos: as classes hegemônicas, o estado intermediador e hegemônico pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras e subalternas como beneficiários das políticas sociais.” Ou seja, com esses diversos atores envolvidos, com necessidades opostas, a funcionalidade das políticas sociais se apresentaram de modo diverso a cada sujeito social. Conforme análise realizada por Pastorini:

Os autores representantes da perspectiva marxista, entendem que as políticas sociais, além de constituírem um instrumento redistributivo, ao mesmo tempo, e principalmente, cumprem outras funções: políticas e econômica – esta última não restrita exclusivamente aos elementos redistributivos e de prestação de assistência e serviços (...) pelo contrário, é necessário analisar a sua contraparte política como mecanismo de legitimação da ordem; e, econômica, que se refere principalmente ao barateamento da força de trabalho por meio da socialização dos custos de sua reprodução. (...) A perspectiva marxista entenderá as políticas sociais como mecanismos de articulação, tanto de processos políticos, que visam o consenso social, a aceitação e a legitimidade da ordem, a mobilização/desmobilização da população, a manutenção das relações sociais, a redução de conflitos etc. quanto econômicos, procurando a redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, favorecendo a acumulação e valorização do capital. (1997, p.86-87)

Sendo assim, de acordo com a autora citada acima, “as políticas sociais podem ser entendidas como um instrumento útil, como uma mediação para transformar as lutas de classes, ou, melhor dizendo, os elementos conflitivos e manifestos delas, convertendo-as num elemento de pacto entre classes opostas” (1997, p.91). Portanto, não se pode explicar as políticas sociais sem compreender sua articulação com os aspectos político-econômicos e sociais em torno destas ações.

Embora represente uma conquista o reconhecimento de direitos sociais da classe popular pelo Estado, a articulação de tais políticas sociais é promovida via contenção de conflitos, e acaba por regular a manutenção do modo de produção capitalista. Conforme esclarece Leão:

Como a política determina a vida em comum, toda política é pública. Porém, nos últimos anos temos nos defrontado com uma expressão que parece ser redundância, as políticas públicas. Sobre estas, Meksenas (2002) acompanha a tradição marxista ao reafirmar que as políticas públicas, desde suas origens estão ligadas ao capital, que as elege para ampliar seu domínio sobre os segmentos da classe popular, oferecendo-lhes a ilusão de que poderão ascender socialmente. Oculta-se assim, a determinação que a divisão social em classes mantém sobre os indivíduos, negando-lhes a possibilidade de fácil mobilidade social. Mostra, também, que políticas públicas não são práticas do Estado para promover melhores condições para a classe trabalhadora, mas um modo de o capital manter sua hegemonia evitando a exacerbação das contradições entre as classes sociais. (LEÃO, 2012, p.67)

Neste campo de atuação das políticas públicas, a psicologia é chamada a pensar a questão social, e embora desde a década de 1980 esteja sendo pesquisado e problematizado a necessidade da atuação com classes populares, em meio as determinações político econômicas, o psicólogo por vezes consolida sua função social como instrumento do Estado, executando uma atuação em torno de práticas tradicionais, promovendo apaziguamento nas relações de tensão, e responsabilização do sujeito por sua condição de pobreza. De acordo com Oliveira *et al.*, (2017),

Discutindo a ampliação e a inserção das/os psicólogas/os no mercado de trabalho, sobretudo em áreas marcadas por contextos de vulnerabilidade e políticas sociais, Pacheco Filho (2009) aponta que a Psicologia sempre esteve pautada mais pela neutralização de conflitos do que por análises críticas e problematizações sobre a realidade social. Esta questão é central para analisarmos a atuação das/os psicólogas/os na assistência social, pois o trabalho do SUAS demanda que sejam considerados os conflitos e a dimensão política que condiciona os problemas que precisam ser enfrentados por estas políticas públicas. (Oliveira *et al*, 2017, p.294)

Se faz necessário considerar que o psicólogo quando atua exerce poder frente ao sujeito que está sendo atendido, e este concerne ao profissional uma valoração destinada socialmente ao seu discurso. Com isso, o fazer deste profissional compõe as práticas de controle social e configuram lugar de poder a ele, uma vez que é a partir de suas explicações de mundo que o mesmo irá direcionar sua ação. Contudo, inserido no espaço de atuação das políticas sociais, está também sob uma hierarquia social, portanto suas ações devem corresponder às determinações.

Assim, pensar a possibilidade de buscar alternativas que permitam ações autônomas nestes espaços, reside em compreender que “HOJE (PARA) ALGUNS (QUE) TRABALHAM AQUI/FICAM MESMO ESPAÇOS (DE) PODER”. Neste trecho do enunciado, a expressão do sujeito representativo exprime de modo coerente o modo como as relações sociais são estabelecidas nestes espaços. Permite compreender que embora ele não possua instrumentos que o possibilitem a realização da práxis em seu trabalho, ele percebe a que modo as relações são constituídas no CRAS, são elas mediadas pelo poder. Conforme explicam ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS & cols. (2004),

(...) nas organizações os indivíduos agem dentro de contextos que lhe são preexistentes, e que, por serem preexistentes, orientam o sentido de suas ações. As estruturas de poder típicas de cada configuração sinalizam os comportamentos esperados dos membros organizacionais. Mas esse pressuposto constitui apenas um dos lados da moeda. Existe o outro lado da mesma moeda cujo pressuposto consiste em que são os indivíduos que, por meio de suas ações, contribuem para a construção da organização. (2004, p.404)

Embora o sujeito da pesquisa esteja subordinado a determinações que regulamentam e prescrevem seu trabalho, há possibilidades de constituir a execução do trabalho a seu modo, e nisto reside a disputa pelo poder e autonomia de ação nestes espaços de execução de políticas públicas, como o CRAS. Caso pretenda executar ações com maior autonomia, se faz necessário a utilização de outros elementos para além de teorias psicológicas para garantir a execução de suas ações - reside nestes espaços uma necessidade de disputar micro poderes na instituição. A nível microssocial, tais disputas resultam na possibilidade de ação, “(...)os fenômenos

micro exercem influência sobre o funcionamento do sistema como um todo, através da mediação das determinações que se estabelecem no nível intermediário das instituições.” (FARIA, p.334)

Deter poder possibilita ações que estão impedidas para outros. Psicologicamente, buscar espaços de poder é um aspecto de personalidade exigido para a execução das atividades em que se enfrentam o Estado e Classes Sociais. Dessa maneira, uma das formas de realizar ações é por meio da articulação de poder,

Mintzberg esclarece acerca do poder dentro e em torno das organizações, considerando o comportamento organizacional como um jogo de poder no qual vários jogadores – influenciadores – tentam controlar as ações organizacionais. Os elementos básicos do poder são os jogadores – pessoas pertencentes ou não à estrutura organizacional que têm a intenção de exercer influência nos resultados organizacionais – chamados influenciadores. Esses influenciadores usam meios e sistemas de influência – autoridade, ideologia, especialidade ou perícia e política – para controlar as decisões nas organizações. A compreensão da dinâmica organizacional exige a identificação dos influenciadores presentes, de suas necessidades que pretendem sejam atendidas pela organização e da capacidade de cada influenciador de exercer o poder buscando satisfazer suas necessidades. (ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS & cols., 2004, p.386)

Contudo, faz necessário preciso compreender que o poder na sociedade capitalista, ainda que em constante tensão nos movimentos, são exercidos com predominância por meio do poder correspondente a uma classe social específica. Neste caso, é a classe dominante, detentora dos meios de produção de vida, e, que por meio de uma ideologia sustenta que as determinações e expressões que considera sejam mantidas e sigam de acordo com o que lhe convém. O poder é concebido como força mobilizadora, e também definido como a capacidade de afetar resultados organizacionais. (ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS & cols., 2004, p.386)

Compreender a configuração de tais relações sociais que por sua vez estruturam as relações de trabalho, é também compreender as possibilidades de intervenção no CRAS, e pensar o modo como se estrutura as relações sociais de classe na sociedade, permite articular espaços de atuação para uma efetiva transformação.

A tomada de consciência dessas relações passa por alguns processos. Se realiza a partir da constituição da consciência social e de classe, seguido do reconhecimento de si no mundo.

Conforme já vimos anteriormente na discussão da categoria trabalho, podemos compreender que é mediado nas relações sociais e na realização de trabalho que os homens produzem sua existência e, assim, esta assume determinadas características conforme o modo como os homens se organizarão para produzir a própria vida.

Assim o trabalho é mediador da constituição dos sujeitos uma vez que viabiliza a transformação e produção de vida material ao mesmo tempo em que transforma e constitui o homem que o realiza. Neste processo de mediação são constituídas a nível intrapsicológico suas Funções Psicológicas Superiores, orientando suas ações e comportamentos no mundo. Assim, o modo de realização do trabalho na sociedade, ou a falta dele, passa a organizar as relações sociais.

No modo de produção capitalista existem características particulares, uma vez que estas relações se organizam da seguinte maneira, “o mecanismo de produção e distribuição da riqueza continua baseado na exploração do trabalho e na produção de mais-valia, concentrando-se e centralizando-se cada vez mais nas mãos da classe capitalista. De outro lado, a grande massa da população torna-se cada vez mais uma classe de expropriados dos meios de produção.” (ALMEIDA *et al.*, 2011, P.522)

De acordo com Marx, logo na primeira parte do Manifesto Comunista:

A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, pátrio e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. Nos primórdios da História encontramos, quase em toda parte, uma organização completa da sociedade em diferentes grupos, uma série hierárquica de situações sociais. (MARX, 2005, P.23-24)

Desse modo, a sociedade, atualmente, segue organizada em classes sociais antagônicas e distintas, de um lado a classe dominante por deter o meio de produção. De outro lado a classe explorada, ao vender a sua força de trabalho em troca de um salário. Ambas as classes se relacionam na tensão de interesses distintos, uma relação via necessidade e, também, de enfrentamento, isto por que, no valor pago ao trabalhador por sua produção, tem-se um mais valor gerado e apropriado pelo capitalista muito além do valor pago em salário ao trabalhador, caracterizando a exploração do deste nesta relação. Conforme explica Almeida *et al.*:

Assim, no que diz respeito à sua atividade prática, as classes sociais, embora partilhem de uma mesma relação, estão em polos opostos e têm interesses antagônicos. Essa relação de conflito – fundamentada na divisão social do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e nas relações de assalariamento - serve de base material para o processo de alienação. (2011, P. 553)

Considerando tais diferenças, é de suma importância reconhecer a dinâmica de tais relações de classes sociais para compreender o indivíduo que nela se constitui, uma vez que os processos de sua constituição se encontram na mediação destas relações no cerne das relações sociais de produção.

O conceito de classe se refere a um grupo de indivíduos que ocupam uma mesma posição nas relações de produção, em determinada sociedade. Devida a essa coincidência de relações na atividade de produção da vida, a nossa classe é que condiciona, de modo categórico, os nossos exercícios sociais. E isso é demonstrado quando nos casos de conflitos, apesar de compartilharmos pensamentos e comportamentos de indivíduos de outras classes, as diferenças se mostram valorizando a posição da classe a que pertencemos. O que geralmente indica o que será valorizado é o valor emocional que é construído e atribuído ao fenômeno por cada sujeito durante a interiorização dos acontecimentos e processos vividos nas relações de produção. (SOUZA, 2015, p.30)

O processo de constituição social e desenvolvimento da consciência individual está diretamente articulado à formação da consciência social a partir das relações sociais de produção material da vida. Cada indivíduo ao nascer encontra um sistema de conceitos, e relações já constituído, que já exista antes dele, que está em constante movimento. E, por isso, inclusive, pode ser modificado por ele em suas relações.

Desse modo, de acordo com a constituição social do sujeito, a partir de determinada classe será determinado seu modo de pensar, agir e de se comportar no mundo. Este proceder corresponde a classe social a que pertence, isto porque a constituição da consciência individual se realiza no bojo da relações na classe social a que pertence.

Como diz Vigotski (2000), tudo o que é pessoal ou intrapsicológico já foi antes social ou interpsicológico. Ao se apropriar da linguagem, os indivíduos apropriam-se também de formas sociais de ver, pensar, sentir e agir no mundo. Conforme os postulados de Vigotski (2001), internalizamos o mundo mediado pelo sistema de conceitos produzido socialmente nas relações materiais entre os homens. Isso significa que nossas expressões, impressões e sensações objetivas, a partir das quais se constitui nossa concepção de mundo, são orientadas pelas mediações do outro e pelos significados atribuídos histórica e socialmente aos objetos e fenômenos. Para o autor, toda a experiência do homem culto atual está representada, em relação à realidade externa e à realidade interna, em um determinado sistema de

conceitos, que tem sua origem e seu desenvolvimento ligados à realidade que representa. (ALMEIDA *et al.*, 2011, P. 553)

A relação de exploração, existente na sociedade, se sustenta pela manutenção da ideologia determinada pela classe dominante, que naturaliza as relações de autonomia, exploração e poder de decisão de uma classe frente outra, pelas formas de explicação das relações na sociedade, viabilizando a relação de exploração estabelecida. Conforme explica Souza:

A classe burguesa dominante cria formas de explicação da sociedade que se tornam o modo de se ter ciência da realidade. Assim, e consequentemente se constrói a consciência social. O perverso é que essas explicações promovem a elaboração de ideias sobre o que seja o mundo e estas passam a justificar e induzir a reprodução do modo de produção. A esse processo se denomina de superestrutura, pois potencializa a relação de domínio do capitalista sobre o trabalhador. As representações mentais das coisas concretas ou abstratas que compõem a superestrutura ao não explicarem a realidade vivida pela classe trabalhadora e lhes oferecerem diferentes explicações para aquilo que vivenciam; tornam as relações travadas entre os homens algo místico e fantasmagórico, que serve como velamento das contradições reais da sociedade. O argumentado acima indica que a superestrutura social faz uma mediação entre a realidade e as classes sociais e que a mediação estabelecida para a classe social burguesa explica a essa como é a sua vida, não abarca a diferença de como os trabalhadores a experimentam. (2015, p.38)

Nas relações sociais, o homem é constituído por meio da linguagem (VIGOTSKI, 2004), como meio de comunicação, meio de apropriação da cultura, mas também meio de atuação e expressão de si em um determinado grupo social, contudo a linguagem enquanto produto histórico, anterior a sua existência, carrega em si valores, representações e significados de um determinado grupo social, portanto a linguagem assume o papel de “veículo da ideologia do grupo; enquanto para o indivíduo é condição necessária para o desenvolvimento do seu pensamento” (LANE, 1989, p. 41)

Desse forma, a ideologia determina a manutenção da classe dominante em seu lugar social, sendo articulada no plano superestrutural da sociedade, pelas instituições jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas. No plano individual serão expressos na alienação da consciência do indivíduo de si mesmo. “A ideologia, que, como toda ideia, tem sua base no próprio real, transforma-se em instrumento de dominação ao universalizar as ideias da classe dominante e colocá-las como autônomas em relação a esse real, servindo de base para construir um sistema teórico que camufla e justifica a dominação de classe.” (ALMEIDA *et al.*, 2011, P. 554)

Desse modo, ao vivenciar tal confronto na realidade concreta, o indivíduo pode tornar-se consciente somente ao dar-se conta das contradições existentes na sua produção de vida material com suas representações idealizadas, explica Lane:

Quando falamos em consciência de si como sendo necessariamente consciência social, a alienação definida pela psicologia em termos de doença mental, neuroses, etc., se aproxima da concepção sociológica de alienação. Se no plano sociológico é feita a análise da relação de dominação entre as classes sociais, definidas pelas relações de produção da vida material da sociedade, esta relação se reproduz através da mediação superestrutural, via instituições que prescrevem os papéis sociais e que determinam as relações sociais de cada indivíduo. (LANE, 1989, p. 41)

Ao deslindar as ideologias da classe dominante reproduzidas pelas instituições sociais permite ao indivíduo articular sua atividade consciente de seus limites e, também, a possibilidade de planejar ações que visem avanços junto aos sujeitos atendidos em suas ações nas atividades do CRAS. O Estado, é uma das principais instituições veiculadoras da ideologia dominante, sustentando por meio de ações assistenciais que cumpre seu papel diante da população que perece as mazelas do sistema capitalista, quando de fato realiza controle e contenção de lutas sociais por maiores direitos,

Com a própria complexificação da sociedade, que surge como aprimoramento do trabalho humano, o Estado ganha um aparente caráter autônomo, como se não mais dependesse dos homens, transformando-se em uma entidade que mistifica, para, assim, mediar as suas relações antagônicas. É por este instrumento que se desenvolvem formas de expressão da consciência social de determinado período. Foi isso que Marx explicou quando disse que “o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política” (MARX, 2012, p.76). Sendo o Estado instrumento de controle da classe dominante, que se mostra como defensor dos interesses de todas as classes, e faz com que a realidade apareça como entidade mistificada. (SOUZA, 2015, 39)

Cabe destacar que a consciência de classe é uma categoria sociológica, diz respeito a um processo essencialmente vivenciado por um grupo de pessoas, as quais os membros pertencentes, se percebem sujeitos das mesmas determinações históricas que os tornam pertencentes a um grupo social, por meio das relações de produção, num determinado momento histórico. Contudo, pertencer a um grupo que percebe e atuam por meio de uma consciência de classe, se torna imprescindível ao

sujeito na constituição de sua consciência social e portanto também de si. Pontua Lane:

O indivíduo consciente de si, necessariamente, tem consciência de sua pertinência a uma classe social; enquanto indivíduo, esta consciência se processa transformando tanto as suas ações e a ele mesmo; porém para uma atuação enquanto classe, ele necessariamente deve estar inserido em um grupo que age enquanto tal (por exemplo, uma greve, uma assembleia, exigem grupos organizados em torno de uma consciência comum de sua condição social). (1989, p.42)

Portanto, para romper a alienação determinada pela ideologia superestrutura, faz-se necessário compreender as contradições que existem na realidade, e esse contato se dá via experiência, percebe-las e questionar, portanto pensar, e não somente reproduzir o que está posto:

O pensar uma ação pode ser um confronto das possíveis consequências tanto imediatas quanto mediatas. Este pensar recupera experiências anteriores, quando ações transformaram o ambiente e outras, omitidas, mantiveram o status quo, apesar de ter havido uma necessidade que gerou a contradição entre fazer/não fazer. Refletir sobre estas contradições e suas consequências fará com que a ação decorrente seja um avanço no processo de conscientização. Se esta reflexão não ocorre o pensar a ação se caracterizará por uma resposta pronta, tida como “verdadeira”, já elaborada pelo grupo, reproduzindo a ideologia e mantendo o indivíduo alienado. Desta forma o pensar ação/não ação – agir/não agir e repensar o feito/não-feito traz em si contradições que podem ser resolvidas através de uma explicação, de uma justificativa que encerra o processo com uma elaboração ideológica. Porém se a contradição é enfrentada, é analisada criticamente e é questionada no confronto com a realidade, o processo tem continuidade, onde cada ação é renovada e repensada, ampliando o âmbito da análise e da própria ação, e tem como consequência a conscientização do indivíduo. (LANE, 1989, p. 43-44)

Portanto é necessária a reflexão, mas também o entendimento por meio de uma reflexão crítica com conceitos que possibilitem a tomada de consciência, e articulação, superação de tal situação, para que então se de a realização de ações que promovam a ampliação da consciência social e de si. O psicólogo entrevistado menciona que busca conhecimento nos treinamentos oferecidos pelo Estado para contribuir com sua formação, contudo é certo que neste espaço formativo haverá direcionamento para dar continuidade a manutenção do modo de produção capitalista.

A possibilidade de reconhecer as contradições da realidade se dá no movimento, na ação. Essas contradições podem ser vividas individualmente, para isso é preciso que o indivíduo se aproprie não somente de conceitos espontâneos, a partir da experiência imediata, mas também se aproprie de conceitos científicos que

permitam compreender a realidade que se apresenta em suas contradições, para além das aparências percebendo suas relações e conexões, de acordo com Almeida *et al.* (2011):

Para que a pessoa possa confrontar ideias anteriormente internalizadas como sua concepção de mundo com novas ideias produzidas em novos contextos e percebê-las como ideias que se contradizem, é necessário que a vivência das contradições da realidade seja acompanhada do desenvolvimento de um segundo tipo de movimento dos conceitos, o qual desenvolve os conceitos científicos, situados em um sistema geral hierarquizado e que produzem a consciência reflexiva. É necessário que o indivíduo comece a desenvolver um sistema de conceitos com base na apropriação de conceitos científicos e na ascendência dos conceitos espontâneos. (2011, p. 556)

Para poder modificar as coisas na sociedade é preciso ter poder – para criar lógicas de enfrentamento é preciso articular estruturas/estratégias de poder – conquistar poder (lugar de decisão) – possível via ampliação da consciência de classe, social e de si:

Na medida em que sua atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas sim grupos ou classes sociais, e inclusive a sociedade inteira, ela pode ser denominada práxis social, ainda que num sentido amplo toda prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais (relações de produção na práxis produtiva) e, além disso, porque a modificação prática do objeto não humano se traduz, por sua vez, numa transformação do homem com ser social. Num sentido mais restrito, a práxis social é a atividade de grupo ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política. Nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acordo com os interesses e finalidades correspondentes. (VAZQUES, 1986 P.200)

Nesse sentido a psicologia crítica – além de buscar emancipar os sujeitos, deve reconhecer a necessidade de articular espaços de poder e decisão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final da presente pesquisa, pensamos compreender o que explica Silvia Lane,

O pesquisar é também uma “práxis”: se parte do empírico, se analisa, se teoriza, se volta ao empírico, e assim por diante, se aprofundando gradativamente para se captar o processo no qual o empírico se insere. Chegar ao concreto, à totalidade é uma produção coletiva onde as lacunas apontadas pelas “sínteses precárias” são tão fundamentais quanto os conhecimentos desenvolvidos. (1989, p.46)

Nesse sentido, começo tais considerações com ressalvas indispensáveis: reconheço que ficaram lacunas na produção desta pesquisa, e há muito pra se discutir e pensar a respeito de tal objeto de pesquisa. Pensar o trabalho do psicólogo na sociedade, e pensar uma prática comprometida com as transformações sociais é um desafio grande e necessário. Contribuir com essa reflexão no campo da psicologia e assistência social é imperativo, sobretudo diante do abismo da desigualdade social que se acentua em nossa sociedade..

A intenção principal é corroborar com as discussões que já vem sendo levantadas sobre esta temática. Questionar a psicologia em seus limites teóricos tradicionais, em busca de aproximar-se a realidade objetiva, faz parte de atuar na direção de uma nova sociedade.

O objetivo principal desta pesquisa ao buscar compreender as modificações da consciência de um psicólogo, devidas ao seu trabalho, realizado na execução da Política de Assistência Social, mais especificamente em um Centro de Referência de Assistência Social. Ou seja, buscamos compreender se, e como se dá a modificação de sua consciência decorrentes da mediação das técnicas e teorias psicológicas, no trabalho do psicólogo, nas ações de implementação da política pública de Assistência Social.

Ao adotar os pressupostos da Psicologia Sócio Histórica, entendemos que a constituição da consciência está relacionada a constituição da personalidade, que por sua vez nunca é pensada como separada das relações sociais vivenciadas pelo sujeito no mundo. A personalidade do sujeito expressa a sua compreensão, portanto, sua visão de mundo que orientará os modos como agir no mundo.

Nesta direção interpretamos o enunciado expresso pelo sujeito representativo, que permitiu o entendimento das mediações que modificam sua consciência em sua atividade.

Podemos afirmar que o que foi dito pelo psicólogo entrevistado é um indicador de seu pensamento expresso no enunciado a que chegamos por meio do uso da Análise Gráfica do Discurso – uma expressão da dinâmica de sua consciência. Visto que é pelas palavras que o sujeito organiza e expressa seu pensamento. Verificamos que conforme a teoria sócio histórica aponta, é nas relações sociais que ocorrem a apropriação e transformação dos elementos culturais e sociais acumulados historicamente.

Assim, na realização de sua atividade, são mediados os processos interpsicológicos e intrapsicológicos, e, no acúmulo de suas vivências permitem construir uma crítica sobre a psicologia: Eu isso sou: (na) realidade, (o) conhecimento (se) consegue (na) prática, (no) fazer, (na) atuação,/ acho pouco nosso olhar (da) psicologia hoje.

O psicólogo, demonstra reconhecer os limites teóricos da psicologia ao se deparar com a realidade de trabalho junto às classes populares, que sobrevivem às mazelas do modelo de produção capitalista.

E os conceitos teóricos que ele aprendeu e que o fizeram psicólogo, não explicam a realidade que ele precisa pensar para trabalhar com as pessoas que vão ao CRAS. A pobreza da psicologia não lhe permite executar sua atividade, pela incongruência entre a realidade e os instrumentos que possui. A partir da constatação dessa insuficiência, compreendemos o que ele tem feito a partir das atividades do seu trabalho, expresso na sua consciência como - Eu isso sou: (na) realidade, (o) conhecimento (se) consegue (na) prática, (no) fazer, (na) atuação.

Os estudos da Psicologia Sócio Histórica, que se comprova nas análises do discurso do psicólogo entrevistado na pesquisa nos mostra que os modos de ser que vivenciamos são desenvolvidos mediados pelas determinações sociais. Devido a divisão da sociedade em classes antagônicas, os processos de desenvolvimento de cada sujeito estarão relacionados aos processos de aprendizagem, que este irá viver de acordo com a classe social a que pertence.

Isto porque, será por meio do trabalho que serão apropriados e desenvolvidos o uso de instrumentos que realizarão a mediação, permeados nas relações sociais estabelecidas neste espaço. Desse forma, somente ao trabalhar no CRAS o

profissional de psicologia se deparou com as necessidades, possibilidades e limites para atuar lá.

Assim, constatou a insuficiência de seus instrumentos teóricos, visto que a ciência moderna não têm desenvolvido conhecimentos e práticas referentes a classe popular suficientes para serem ensinados e usados nos trabalhos voltados para essa classe.

Estar trabalhando sem os instrumentos adequados provocaram as transformações dos sentidos e significados da psicologia na consciência do psicólogo.

Considera-se que o sujeito representativo entrevistado apresenta o movimento prático, que a materialidade o despertou para a realidade, mas não chega a realizar a práxis justamente porque falta elementos explicativos da realidade concreta. O psicólogo chega perto via o reconhecimento das relações de poder. Por meio da acumulação de experiência neste campo, que lhe permite chegar até esse ponto da crítica, no entanto não possui elementos para pensar criticamente tais relações sociais, e dar significado a limitação de sua atuação via ciência psicológica.

Entendemos que a teoria psicológica sócio histórica corrobora a atuação do psicólogo neste campo de atuação por se tratar de uma forma de compreender as múltiplas determinações envoltas, explicando as relações de conflito entre as classes, possibilitando ao psicólogo orientar suas práticas, na construção de mediadores que contribuam para a ampliação da consciência dos sujeitos atendidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições**. São Paulo: Psicol. cienc. prof. vol.32, pp.44-65. 2012.

_____. **A psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional**. In: MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (orgs). História da Psicologia no Brasil, novos estudos. São Paulo: Educ; Cortez, p.110-152, 2004.

ALMEIDA ET AL. **Contribuições de Vigotski para a análise da consciência de classe**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 4, p. 551-560, out./dez. 2011.

ARAUJO, Fabiana. Itaci. Correa de. **“...Mas a gente não sabe que roupa dever usar”**: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. 249p. Mestrado (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARROS, Omar Netto F. **Espaço e Poder**: reflexões sobre o Estado. Londrina: Revista Geografia (Londrina), v. 2, n. 2 (1984). Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9814/8608>

Acessado em: 25 de março de 2019.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/131159349/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-194>>. Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 8.742**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 7 de dez. 1993

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf> Acesso em fevereiro de 2019.

_____. **Cartilha: SUAS – Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de assistência social**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social 2006.

_____. **Resolução nº33** - Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social, 2012.

CARVALHO, Davi Magalhães. **O psicólogo nos centros de referência da assistência social**: o fazer profissional em análise. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

CORRÊA, Mônica Bandeira. **A Psicologia nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Goiânia**: os limites e avanços no Atendimento Psicossocial desenvolvido com pessoas idosas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GO, Goiânia, 2016.

DANTAS, Candida Maria Bezerra. **Psicologia e pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DELARI JR, Achilles. **Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

_____. **Questões de método em Vigotski: busca da verdade e caminhos da cognição**. In: Tuleski, S.C.; CHAVES, M.; LEITE, H.A. Materialismo histórico dialético como fundamento da psicologia histórico cultural. Método e metodologia de pesquisa, Maringá: EDUEM, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Ed. Afrontamento, 1975.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição Eletrônica: Ed. RidendoCastigat Mores, 1876. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em 27/10/2019.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: HARBRA, 1986.

FARIA, Luiz Augusto. **Olhares sobre o capitalismo: estruturas, instituições e indivíduos na economia política**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 325-352, out. 2007.

GONÇALVES, Maria da Graça. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ed. São Paulo: CORTEZ; CELATS, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LANE, Silvia Tatiane Maurer; SAWAIA, Bader Burihan. (Orgs.) **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense/EDUC, 1995.

LANE, Silvia Tatiane Maurer. **Uma técnica de Análise Gráfica do Discurso**. Psicologia e Sociedade, Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Ano IV, nº 7, pp. 37-41, 1989.

_____. **Consciência/ alienação: a ideologia no nível individual**. IN: LANE, S.T.M; CODO, W. Psicologia Social: o homem em movimento. 8ª edição, Editora Brasiliense. São Paulo, 1989.

_____. **Avanços da Psicologia Social na América Latina**. In: LANE, S., T. M. e SAWAIA, B B. (Orgs.) **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense/EDUC, p.67- 83, 1995.

LEÃO, Inara Barbosa. **Os professores universitários: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado**. São Paulo: PUC. Tese de doutorado, 1999.

_____. **A psicologia sócio-histórica como um mediador entre as políticas públicas e a constituição dos aspectos psíquicos dos homens**. In: CHAVES, J. de C. (org). *Psicologia social e políticas públicas: contribuições e controvérsias*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

_____. **Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 67-75, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em fevereiro de 2019.

_____. **O sujeito representativo: o sujeito socialmente determinado**. Campo Grande. No prelo.

LEÃO, Inara Barbosa; QUEIROZ, Veridianna Oliveira de. **A Personalidade é uma visão de mundo: as contribuições de Vigotsky**. Campo Grande, No prelo.

LIMA FILHO, Luiz Medeiros de Araujo, **Amostragem**. Departamento de Estatística. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. s/d. Disponível em: <http://www.de.ufpb.br/~luiz/Adm/Aula9.pdf> Acessado em 23 de março de 2019.

LIMA, Vinicius Cesca de. **Psicologia da pobreza e pobreza da psicologia: um estudo sobre o trabalho de psicólogas (os) na política pública de assistência social**. 631 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

LORDELO, Lia da Rocha; TENÓRIO, Robinson. **A consciência na obra de L.S. Vigotski: análise do conceito e implicações para a Psicologia e a Educação**. São Paulo, Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Volume 14, Número 1, p.79-86, 2010.

LURIA, Alexandr Romanovich. **Pensamento e Linguagem: as ultimas conferências de Luria**. Trad. Diana Myriam Lichtenstein; Mário Corso. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1986.

MACÊDO, Orlando Junior Viana. **Atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social**. 278p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I – O processo de produção do capital. Sessão III – A produção do mais valor absoluto. 2ª Ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____, **O Manifesto Comunista**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MENZ, Dione. **Práticas Desenvolvidas pelos Psicólogos que Atuam nos Centros de Referência de Assistência Social: Interface com a Formação Acadêmica.** Dissertação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2012

MOLON, Suzana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky.** 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e serviço social.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes *et al.* **Psicologia no contexto do SUAS: um olhar para o cenário e para as tendências do trabalho na política de assistência social.** IN: OLIVEIRA, Adélia Augusta (Org). *Psicologia Sócio Histórica e o contexto de desigualdade psicossocial.* Maceió, EDUFAL, 2017.

PEREIRA, Lucilene Damascena. **O profissional de Psicologia no CRAS: análise das práticas socioeducativas.** p.108. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

PALANGANA, Isilda Campagner. **A concepção de Lev Semenovitch Vigotski.** In: *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social.* São Paulo – SP, Sumus Editorial, p. 91-131, 2015.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista'. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed Brasiliense, 2006

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Os pobres na Idade Média:** de minoria funcional à excluídos do Paraíso. Universidade de Taubaté: *Revista Ciências Humanas*, , v.1, n.1, p.1 – 9, 2009.

SANTOS, Livia Gomes; LEÃO, Inara Barbosa. **O inconsciente sócio-histórico:** aproximações de um conceito. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe, 2), 38-47, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Perspectiva Marxiana do Problema:** Subjetividade-Intersubjetividade. p. 44-45. IN:DUARTE, Newton (org). *Crítica ao fetichismo da individualidade.* Campinas-SP: Autores associados, 2004.

SIRGADO, Angel Pino. **A corrente sócio histórica de psicologia:** fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. Em Aberto, Brasília, ano 9, n.48, out/dez. 1990.

SILVA, Flávia Gonçalves. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade:** concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 28, pp. 169-195, 2009.

Tuleski, Silvana Calvo. **Reflexões sobre a gênese da Psicologia Científica.** In: Duarte, N. (Org). *Crítica ao fetichismo da individualidade.* (2ª ed) Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

_____. **Vygotski: a construção de uma psicologia marxista.** 2ªed: EDUEM, Maringá, 2008.

_____. **Reflexões sobre a gênese da psicologia científica.** IN:DUARTE, Newton (org). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas-SP: Autores associados, 2004.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Trad. Luiz Fernando Cardoso. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

YIGOTSKY, Lev Semyonovich. **Desarrollo de la personalidad del niño y de su concepción del mundo.** In: Obras Escogidas, Tomo III. 1931. Disponível em <https://www.taringa.net/vygotsky> Acesso em 10 de junho de 2018.

_____. **História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.** In: Obras escogidas III Madrid: Visor. (Originalmente publicado em 1931). Santos H. P., João Batista Martins J. B, 1995.

_____. **Obras Escogidas.** Tomo III. Madrid: Visor/MEC, 1995.

_____. **A transformação socialista do homem.** (1930) Marxists Internet Archive, outubro de 2004. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>> Acesso em: 21 de maio de 2019.

_____. **Pensamiento y Lenguaje.** In: L. S. Vygotski, Obras escogidas II (pp. 9-348). Madrid: Visor. (Originalmente publicado em 1934), 2001.

_____. **Teoria e método em psicologia** (3ª ed., pp. 103-135). São Paulo: Martins fontes. Originalmente publicado em 1930, 2004.

_____. **Sobre os sistemas psicológicos.** In L. S. Vigotski, Teoria e método em psicologia (3ª ed., pp. 103-135). São Paulo: Martins fontes. (Originalmente publicado em 1930), 2004a.

_____. **O método instrumental em psicologia.** In L. S. Vygotski, Teoria e método em psicologia (3ª ed., pp. 93-100). São Paulo: Martins fontes. (Originalmente publicado em 1930), 2004b.

_____. **O significado histórico da crise da psicologia.** Teoria e Método em Psicologia. 3ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 2004c.

_____. **Obras escogidas** Tomo V: Fundamentos de defectología. Madrid: Visor. 1997.

ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS & cols. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WOOD, Ellen. Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 143p. 2001.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime & OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. **Políticas Sociais e Psicologia**: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 25(especial), 2010.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”**: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, v.19(1). p.30-37.2007.

ANEXOS

**ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE**

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O trabalho do Psicólogo nas Políticas Sociais de Assistência Social”. Não se apresse a tomar a decisão, leia atentamente às informações contidas neste TCLE e qualquer dúvida pergunte ao responsável pela pesquisa. Essa pesquisa está sendo conduzido pela pesquisadora do curso de Psicologia Veridianna Oliveira de Queiroz, sob a orientação da Prof. ^a Inara Barbosa Leão.

A finalidade deste estudo é investigar a relação entre atividade e formação da consciência na atuação profissional da psicologia, por parte dos psicólogos que atuam nas ações da Política de Assistência Social, em específico em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em Campo Grande/MS. Será realizada uma entrevista semi estruturada, cujas perguntas serão orientadas para o aspecto das atividades desenvolvidas em seu trabalho. A entrevista será gravada em áudio e terá a duração de aproximadamente 60 (sessenta) minutos e posteriormente transcrita para a realização da análise. Ficando o material (áudio das entrevistas) guardado sob a responsabilidade da referida pesquisadora. Os dados obtidos serão utilizados apenas nesta pesquisa, e somente após o término da pesquisa, pelo prazo de aproximadamente 2 (dois) anos.

Caso você, participante da pesquisa, se sinta desconfortável acerca de algum questionamento durante a entrevista, ou seja, sentir a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural - ressaltamos que poderá sinalizar e desistir de sua participação a qualquer momento. Seu direito de desistência é salvaguardado pela Resolução CNS nº510 de 2016, Artigo 2º, Inciso XXV.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o participante terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 e 954 e Resolução CNS nº510 de 2016, Artigo 19.)

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante da pesquisa

Os critérios para ser incluído como participante desta pesquisa são: ser psicólogo(a); trabalhar em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em Campo Grande/MS (indicado pela Secretária de Assistência Social – SAS) por pelo menos 6 meses; e concordar em conceder uma entrevista com gravação em áudio, para que possamos utilizar dos dados obtidos para análise e interpretação.

Cabe salientar que nenhuma compensação financeira será realizada pela participação no referido estudo, portanto, sua participação é voluntária e caso concorde em participar sua identidade será mantida em sigilo. O presente estudo poderá vir a contribuir na atividade prática dos psicólogos que trabalham na área de assistência social. Haja vista que a pesquisa busca compreender os aspectos relacionados ao processo de atividade e a formação da consciência do mesmo.

Destaca-se que nesta pesquisa, o participante da pesquisa, tem assegurado o direito de acesso aos resultados e da pesquisa, considerando as diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 520/2016. Cabe ainda ressaltar que a presente pesquisadora garante a proteção, sigilo e confidencialidade dos dados. Os resultados serão apresentados a terceiros somente mediante a anonimização do participante.

Este trabalho considera os aspectos éticos necessários para a realização de pesquisa estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), este comitê tem por missão salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa. Além disso, contribui para a qualidade das pesquisas, e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento social da comunidade.

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante da pesquisa

Caso haja alguma dúvida quanto sobre seus direitos como participante no estudo poderá entrar em contato direto com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, via telefone (067) 3345-7187, ou comparecendo na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Cidade Universitária, Campo Grande – MS. Dúvidas relacionadas ao estudo, entre em contato com a pesquisadora Veridianna Queiroz pelo telefone (67) 9 9929-0853 ou pelo e-mail veridianna.queiroz@gmail.com.

Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte neste estudo.

Campo Grande, ____ de _____ de _____.

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante da pesquisa

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Iniciar a entrevista com a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

-Agora vamos iniciar a entrevista, vou fazer algumas perguntas a respeito do seu trabalho. Fique à vontade para falar.

Pergunta desencadeadora:

“Você pensa com quais conceitos da Psicologia para trabalhar?”

**Observação: Caso a resposta à pergunta desencadeadora não contemple os aspectos importantes para compreender como a atuação do psicólogo nas ações de implementação da política pública de Assistência Social promovem alterações na sua consciência, sobretudo, no sentido individual das teorias e técnicas psicológicas como instrumentos de trabalho que lhe devem possibilitar o desenvolvimento das suas atividades. - apresentaremos algumas das questões abaixo, para que estas funcionem como um afeto para manter a continuidade do seu discurso.*

Perguntas complementares:

Como você organiza sua atividade profissional?

O que orienta suas atividades?

O que você aprendeu como teoria orienta sua prática profissional hoje?

De que modo você avalia os resultados da sua atividade?

Em geral, como você busca conhecimento para sua atuação?

Como você entende seu trabalho de Psicóloga no CRAS?

ANEXO D – DISCURSO INTEGRAL NORMALIZADO E COM OS NÚCLEOS MARCADOS

V- *Você* pensa com quais conceitos da Psicologia, pra **trabalhar**, aqui no CRAS? P- Então, (eu penso com) os conceitos (da Psicologia) que **a gente trabalha** (aqui no CRAS), **é, ligado** a Psicologia Social, né!? Então, é... (eu penso com) as, as principais teorias que **a gente trabalha** **é ISSO: é Sócio Histórica** em **si, também**, né!? a Psicologia **Comunitária**, pra **dar ESSA** base, pra que **a gente possa** então, é... *efetivamente*, entender **ESSAS** realidades, que *estão...* né!? **EMARANHADAS** dentro de **um** contexto **social** o **Trabalho** com **famílias**, e **podê também**, fazer **uma, uma intervenção** a partir **DESSAS** realidades, né!? Então, a ..., **É ISSO...** V- E como, como *você* organiza **ESSAS atividades**? P- Então, a **organização** das **atividades...** V- Como *se dá* **ESSA organização**? P- (**ESSA organização**) **a gente VAI**, (**dá**) a partir das **demandas** né!? que **surgem** tanto no **território**, quanto dos *grupos* que **a gente trabalha**. **a gente VAI** então **planejando**, **Algumas atividades**, **alguns percursos**, pra que **a gente possa** *efetivamente* ajudá, é... nos **processos** de *emancipação*, de **protagonismo**, de é...de **autonomia** das **famílias** e dos **usuários** aqui do CRAS. **ESSA é** a maneira que..., que **a gente trabalha...** V- E, assim, o que *você* aprendeu como teoria né, **ORIENTA** sua **PRÁTICA** hoje? P- (o que eu aprendi como teoria) **ORIENTA** (minha **PRÁTICA** hoje). *Se* eu **FOR**, é... **olhar hoje** né!?, tá!? pra **coisa** da **formação** e pra **PRÁTICA**, em **especial**, na **área social**, eu **acho tem sim uma lacuna** né!?(o que eu aprendi) como teoria **é um** conhecimento da **graduação**, que **a gente vê** de **uma** forma **muito superficial**, **muito rápida**, né?! Então, **ELA não é** **satisfatória** ou **suficiente** na verdade, pra **dá conta** da **PRÁTICA** em **si**. Então, **ESSES** conhecimentos **a gente VAI** **tê** que buscando **FORA** e... **lá** na **PRÁTICA** mesmo. Eu, eu **sinto ISSO...** V- *Você* pode **falar um pouquinho** mais **sobre ISSO**? P- (Eu) **Posso** (**falar um pouquinho** mais **sobre ISSO**). Assim... O que que eu **live** de Psicologia Social na **graduação...** **FOI, FOI um semestre** né?! E daí, **a gente vê** **tudo ISSO** **junto**, né?!

Psicologia Social, **Comunitária**, daí *você vê* **Sócio Histórica** e tal, **dentro** de **um** mesmo **pacote**, né?! E...e **ESSA** ligação entre **ESSA** **teoria** e, necessariamente, esta **PRÁTICA** eu *rejo* que **fica um pouco distante**, né?! Então, **teoricamente** **a gente** consegue **olhar** pr'**AQUILO** e tal, mas... de...como **aplica ISSO lá** na **realidade**, então, **a gente** **sente um pouco** de **difficuldade** quanto a **ISSO** né?! E daí *você* vem, *você* consegue **olhar** pr'**AQUELA** **realidade** através **DESSSES** **pressupostos** **teóricos** e..., da..., **sente um pouquinho perdido**. No **primeiro contato** **é ISSO**, **sente um pouquinho perdido** “como que eu **faço agora?**” né!? Ok! **Consigo** **olhar** pr'**AQUILO ali**, faz **sentido** **AQUELA** **outra coisa**, mas, **efetivamente**, o que eu **VOU fazer** **DIANTE** de **tudo ISSO**, né? Daí, então, *você* **VAI ter** que **pensar** em **estratégias** né?! Pra **dar conta** **DESSA** **realidade**, né?! E **é ISSO**...V- Certo. E, de que modo *você* **avalia** os **resultados** da sua **atividade** aqui no **CRAS**? P- Como que eu **avalio** (os **resultados** da **minha atividade** no **CRAS**)? (silêncio) Então **a gente** (**avalia** os **resultados** da **minha atividade** no **CRAS**)... Quando **a gente** **VAI construir** (a **atividade**) ... por **exemplo**: ah! eu **VOU fazer** (como **atividade**) **oficina** com **famílias** né!? **a gente** **faz tudo**, a **construção** **DESSE** **percurso** (da **atividade**), o **planejamento** das **oficinas** né!?, quais **temas** **VÃO ser** **trabalhados** (na **atividade**), qual **VAI ser** a **forma** de **trabalhar** **ESSES** **temas**: *se* **dinâmicas**, **vídeos** né!? através da **fala**, **roda de conversa** né?! E ao **final** **a gente** **faz** **junto** com os **usuários** a **avaliação** né?! de como que **FOI** (a **atividade**), é...**participar** **DISSO**, de como que **ISSO** **FOI produtivo** pra **vida** **DELES** ou *não*, **entendeu?** E abrindo **possibilidade** pra novos **encontros** a partir **DAQUILO** que **ELES** **TRAZEM** como é... *se ficou* claro (a **atividade**) ou *se não ficou*, ou *se despertou* **outros** tipos de **interesse**, **entende**, né... e **também** pelo, pela... pelos **encaminhamentos**. Então **a gente** **trabalhou** (uma **atividade**), por **exemplo**, semana passada, com as **famílias**, é...**ESSA** situação do **protagonismo social** né?! do **empoderamento**, da **autonomia** né?! Então **FORAM** (**atividades**), **FOI** uma **oficina** com dois **encontros** em que **a gente** **abordou** **todos** **ESSES** **temas** né!?, E ao **final** (da **atividade**) **a gente** **teve**, é...a procura de **alguns** **DESSSES** participantes pra **encaminhamento** pra **FUNSAT**, pra, atrás de **serviço**,

ESSAS coisas. Então, (eu avalio) pra a gente, ISSO é uma forma de mensurar também o impacto da nossa ação junto a ESSAS PESSOAS, né?! Além das falas que a gente vê no final da (atividade), das, dos ~~encontros~~... V- E em geral, como que você busca o conhecimento pra sua atuação? P- Como é que eu busco conhecimento (para minha atuação)? Então, nós temos é... um planejamento uma vez por semana aqui no CRAS (para buscar conhecimento para atuação) né?! os técnicos de nível superior. Então, se reúnem pra falar sobre ESSAS atividades e tal. O conhecimento (para atuação) hoje é... parte muito do, das capacitações que a gente tem da parte da Prefeitura, grande parte dos conhecimentos (para atuação) vem dali né?! E dos nossos estudos dirigidos aqui no CRAS. a gente traz (o conhecimento) né?! as temáticas, as metodologias e tal, e a gente consegue é ... sentar ali juntos é... tá atualizando Algumas coisas (de conhecimento para atuação), (e também) procurando outras coisas (de conhecimento para atuação) também que venham de encontro com a nossa atuação. Hoje é ISSO... V- Você pode falar um pouco mais sobre ISSO, o que você pensa DESSES espaços? P- Eu acho que é muito... (eu penso) que é muito interessante (ESSES espaços)! E daí (penso que) colocando um fator positivo (DESES espaços), pra mim, (eu penso que) de olhar a realidade da (para a atuação), DESSA capacitação né!? (Eu penso que) por parte do órgão, que é a Prefeitura. Eu acho que é bacana, sabe?! Eu acho que ELES conseguem sim, é..., TRAZER ISSO, e daí tentar conciliar ISSO com a nossa PRÁTICA, de (eu penso que) a ênfase maior VALER na nossa PRÁTICA mesmo né?! Então, (eu penso que) é um espaço garantido pela pelo órgão que eu acho muito interessante, sabe. Então tem vários, várias formações né?! da, da, tanto da parte é... dos indicadores sociais, né?! quanto da PRÁTICA mesmo, no dia a dia que são muito interessantes. E (eu penso que) ESSE espaço que a gente tem também pra poder fazer ESSE planejamento e discutir casos e pensar em alternativas e, até mesmo, NESSE nível teórico né!?, de (poder) Compartilhar DESSES conhecimentos né. Então, (eu penso que) a gente é uma equipe hoje que tem é... três assistentes sociais e dois psicólogos, então (eu penso que) são

áreas de conhecimentos diferentes mas que, convivem no mesmo ambiente e fa[...], e tem PRÁTICAS muito próximas né!? Então (eu penso que) ESSE, (eu penso que) ESSE multiplicar o conteúdo ou Compartilhar de conteúdo eu acho que é muito salutar também né?! que consegue então ampliar as nossas visões aí sobre a realidade que a gente tá inserido, que é social. V- E como você entende seu Trabalho de psicólogo no CRAS? P- Como que eu entendo (o meu Trabalho de psicólogo no CRAS). Eu entendo que (meu Trabalho de psicólogo no CRAS) é um Trabalho de, de grande valia né?! é... como eu falei, assim no início: (eu entendo que) quando a gente entra na assistência Social, a gente é, tem Algumas, Algumas dificuldades né?! porque, querendo ou não, (o Trabalho de psicólogo no CRAS) é, eminentemente (um Trabalho) é um Trabalho é... é uma área (de Trabalho) né?! até no nome (CRAS) já né?! (Eu entendo que) social né?! Daí, (eu entendo que) o psicólogo fica um pouco com receio de entrar NESTA área (de Trabalho). Ainda mais que historicamente ELA FOI, é...produzida aí, pelo Serviço Social em si, né?! Então, assim, (eu entendo que) muito mais forte se a gente FOR falar, é...do Serviço Social NISSO. Então, (eu entendo que) você tem que entrar NISSO, você tem que conseguir, é...fazer um Trabalho (de psicólogo no CRAS), mas também não se perder dentro das suas funções (de psicólogo no CRAS), dentro da tua realidade (de Trabalho). Então, (eu entendo que) o teu objeto (de Trabalho de psicólogo no CRAS), o teu modo de olhar as realidades é diferente do Assistente Social, você tem né então (eu entendo que) ESSA, ESSE conhecimento (de psicólogo no CRAS) pra ISSO e tal, então conquistar (meu Trabalho de psicólogo no CRAS) (...) V- (retomada da gravação) - Como você entende seu Trabalho né?! Você tava dizendo aqui na gravação sobre ESSAS questões do Trabalho, da chegada no Trabalho, em lidar com a Psicologia_Social... P-Então, eu acho que eu entendo hoje né?! como eu falei, é de grande valia (o Trabalho do psicólogo no CRAS) né!? de grande importância ESSE Trabalho do psicólogo dentro da realidade da assistência Social. é... então, inicialmente a gente entra (no Trabalho de psicólogo

no CRAS) com alguns receios, com alguns é...medos mesmo né quanto a nossa atuação, quanto a nosso espaço (de Trabalho), e daí, quando você VAI se apropriando DESTA realidade né, da PRÁTICA em si (de Trabalho de psicólogo no CRAS), ISSO (o Trabalho) VAI ficando um pouco mais tranquilo né?! E você VAI conseguindo então ganhar o seu espaço (de Trabalho), consolidar- se né?! como profissional de psicologia dentro DESTA realidade né?! E daí VAI ficando menor, menor, é...ESSAS dificuldades e também ESSAS diferenças que a gente encontra (no Trabalho de psicólogo no CRAS) né?! Mas é um Trabalho que eu entendo como, como gratificante né, então eu sou uma PESSOA que me identifico hoje com, é... com meu Trabalho (de psicólogo no CRAS) e (eu) não me sinto diminuído DIANTE das outras PESSOAS ou dos outros profissionais (que trabalham no CRAS). NISSO (eu) consigo perceber é...o meu Trabalho como... especial pr'AQUELAS PESSOAS que tem acesso (ao meu Trabalho) né?! Sejam as famílias sejam os usuários seja o próprio território né?! a gente consegue então olhar pra ISSO hoje e, contribuir de forma significativa. Então ISSO é muito bom né, e... e os desafios, os desafios (no Trabalho) ELES VÃO aparecendo, e se você tem então, é...ESSA boa vontade de olhar pra tudo ISSO e conseguir pensar - se, e é aquilo reinventar- se a cada dia né, pra conseguir produzir as mudanças né, e as contribuições pra realidade que é colocada (no Trabalho de psicólogo no CRAS). Eu acho que ISSO fica muito, muito melhor, muito mais tranquilo muito mais gratificante. Então ser psicólogo dentro da realidade social (do CRAS) é...é possível de ser feito né!? Tem seus desafios, mas é...é possível e é muito gratificante, e é bom fazer o Trabalho (de psicólogo no CRAS), acho que é ISSO...

ANEXO E - PALAVRAS/NÚCLEOS E SUAS INCIDÊNCIAS NO DISCURSO

Palavras/Núcleos:	Incidências
Eu (50), minha (4), meu (6), mim (1), me (2)	63
ISSO (24), ESSA (9), ESSAS (8), ESSE (6), ESSES (4)	51
E (30), ser (5), são (2), sou (1), seja (1)	39
Então	36
Você (21), si (4), se (3), teu(2), suas (1), seu (3), seus (1)	35
a gente	34
Um (21), uma(11)	32
Trabalho	32
CRAS	27
VAI (11), FOI (6), FOR (2), VOU (2), VÃO (2), FORAM (1)	26
Psicólogo (19), psicólogos (1)	20
Tem (13), tê (1), ter (1), teve (1), tive (1), temos (1)	18
Penso (13), pensar (3), pensa (2)	18
Atividade(12), atividades (5)	17
DESSES (5), NISSO (3), DESSA (2), DESTA (2), DESSAS (1), DESSE (1), DISSO (1), NESSE (1), NESTA (1)	17
Entendo (11) entende (3) entendeu (1) entender (1)	16
Muito	16
Realidade(11), realidades(3)	14
conhecimento (9), conhecimentos (4)	13
PRÁTICA (10), PRÁTICAS (1)	11
Consegue (5), conseguir (3), consigo (2), conseguem (1)	11
Também	10
Fazer (6), faz (3), faço (1)	10
Atuação	10

Acho	9
Pouco (5), Pouquinho (4)	9
Nossa (5), Nós (1), nossas (1), nossos (1), nosso (1)	9
Psicologia (8)	8
Algumas (4), alguns (4)	8
Hoje	8
Olhar	8
Trabalha (4), trabalhar (2), trabalhou (1), trabalham (1)	8
Aqui (7)	7
Mesmo	7
Fica (3), ficou (2), ficando (2)	7
Espaço (4), espaços (3)	7
Possa (2), poder (2), podê (1), posso (1), pode (2)	7
Dentro	6
Não	6
ELES(3), ELA (2), DELES (1)	6
Sobre	6
AQUILO (2) AQUELA (2) DAQUILO (1) AQUELAS (1)	6
Social	6
Famílias	5
Teorias (1), teoria (4)	5
Falar	5
Tudo (3), todo (1), todos (1)	5
Parte	5
Outros (2), outras (2), outra (1)	5
dá (3). Dar (2)	5
Lá (2), ali (2), dali (1)	5
<i>Sinto (2), sente (3)</i>	5
Grande	4
<i>vê (4) vejo (1)</i>	4

Forma	4
Avalio (2), avalia (2)	4
PESSOAS (3), PESSOA (1)	4
Efetivamente	3
Organização	3
Usuários	3
Área	3
Junto	3
Sente	3
Resultados	3
Planejamento	3
Oficina(2), oficinas (1)	3
Temas	3
Final	3
Encontros	3
Buscando (1), busco (1), buscar (1)	3
Interessante (2), interessantes (1)	3
Conceitos	2
Sócio Histórica	2
Comunitária	2
Território	2
Protagonismo	2
Autonomia	2
Aprendi	2
ORIENTA	2
Coisa	2
Especial	2
Sim	2
Graduação	2
Perdido	2
DIANTE	2

Conta	2
Exemplo	2
Encaminhamentos (1), encaminhamento (1)	2
Fala (1), falas (1)	2
Nível	2
Prefeitura	2
TRAZEM(1), TRAZER (1)	2
Compartilhar	2
Valia	2
Teóricos (1), teórico(1)	2
Diferente(1), diferentes (1)	2
Ligado	1
Principais	1
Base	1
Entender	1
Estão	1
EMARANHADAS	1
Contexto	1
Intervenção	1
Demandas	1
Surgem	1
Grupos	1
Planejando	1
Percursos	1
Processos	1
Emancipação	1
Formação	1
Lacuna	1
Semestre	1
Superficial	1
Rápida	1
Satisfatória	1

Suficiente	1
Verdade	1
FORA	1
Pacote	1
Distante	1
Teoricamente	1
Pressupostos	1
Primeiro	1
<i>Contato</i>	1
Agora	1
Aplica	1
Dificuldade	1
Sentido	1
Estratégias	1
construir	1
construção	1
percurso	1
dinâmicas	1
vídeos	1
avaliação	1
participar	1
produtivo	1
vida	1
<i>possibilidade</i>	1
despertou	1
<i>abordou</i>	1
superior	1
reúnem	1
capacitações	1

ANEXO F –ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO

